

## Apresentação

*O estudo preliminar da Renda Nacional do Brasil referente aos anos de 1947 a 1949, que se publica neste número, é o resultado de quatro anos de trabalho. Foi realizado pela Equipe de Estudos da Renda Nacional do antigo Núcleo de Economia, ora reorganizado sob a denominação de Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas.*

*O método da estimativa e suas deficiências são detalhadamente expostos no trabalho ora publicado. —As estimativas representam o melhor que se pôde conseguir com os dados disponíveis.*

*O Instituto Brasileiro de Economia deverá não só prosseguir na estimativa da Renda para os anos posteriores a 1949, procurando, sempre que possível, suprir as deficiências do material estatístico por inquéritos especiais e amostragens, como estendê-la ao período de 1940 a 1946.*

*O programa inicial do antigo Núcleo de Economia da Fundação compreendia três objetivos. O de promover a organização dos balanços de pagamentos do Brasil foi o primeiro dêles. Os trabalhos realizados pela Fundação nesse sentido foram publicados na "Revista Brasileira de Economia", de dezembro de 1948 (ano 2, n.º 4). Só o Banco do Brasil dispõe entretanto dos dados necessários para efetuar os cálculos. Dois de seus funcionários já foram aos Estados Unidos, a convite do Fundo Monetário Internacional, para se especializarem no assunto, devendo a organização dos balanços de pagamentos do Brasil prosseguir regularmente a partir de 1952.*

*O segundo objetivo, em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi o de preparar os índices pon-*

*derados, parciais e totais, de preços em grosso, cuja publicação iniciaremos no próximo ano.*

*O terceiro objetivo, estimativa da Renda Nacional, é o assunto da presente publicação.*

LUIZ SIMÕES LOPES

Presidente da Fundação Getúlio Vargas

# Estimativa da Renda Nacional do Brasil 1947-1949

ANTONIO DIAS LEITE JR. e GENIVAL A. SANTOS

## 1.<sup>a</sup> Parte — Introdução

Para aqueles que têm conhecimento das atividades da Fundação Getúlio Vargas é com aparente atraso que são apresentados os primeiros resultados das pesquisas no setor da Renda Nacional. Na verdade, são decorridos já quatro anos desde que o antigo Núcleo de Economia da Fundação (1) começou a preocupar-se com este setor de estudos. Impõe-se-nos, em consequência, fazer, preliminarmente, um breve histórico desta pesquisa, cujos melhores resultados são agora divulgados.

### 1.1 — *Histórico da Pesquisa:*

A atividade da Fundação, no setor da Renda Nacional, teve início na segunda metade do ano de 1947, época em que o Núcleo de Economia realizou as primeiras reuniões orientadas no sentido de promover a avaliação, em bases permanentes, das estatísticas brasileiras da Renda Nacional, Balanço de Pagamentos e Índices de Preços. Realizou o Núcleo, durante alguns meses, reuniões em que foram discutidos os aspectos puramente conceituais da recente Teoria da Renda Nacional, então ainda não bem conhecida em seus detalhes, pela maioria dos economistas e estatísticos brasileiros. As dificuldades, nessa altura da pesquisa, fo-

---

(1) O antigo Núcleo de Economia foi transformado, a 31-8-1951, em Instituto Brasileiro de Economia, que inclui também outros órgãos então existentes na Fundação. Vide Estatutos do Instituto Brasileiro de Economia, aprovados pelo Conselho Diretor da Fundação Getúlio Vargas em 31-8-1951.

ram numerosas, não só devido ao fato de não existir ainda concordância de pontos de vista, no exterior, relativamente a questões teóricas fundamentais, como ainda devido à necessidade de serem êsses conceitos reanalisados por nós, tendo em vista a existência de características específicas da economia brasileira. Contou o Núcleo em algumas das suas reuniões dos meses de junho a setembro de 1947, com a presença do Prof. G. Haberler, da Universidade de Harvard, que tomou parte em várias discussões. Terminou essa fase inicial com a elaboração de um primeiro programa de pesquisa.

O Núcleo de Economia estava, já nessa época, convencido de que pouco significado teria a obtenção do total geral da Renda Nacional e que o interesse maior se concentrava no conhecimento das parcelas em que se decompõe êsse total. Havia, porém, ainda, nesse momento, quem duvidasse da existência no Brasil de dados estatísticos que permitissem a satisfação dêsse objetivo mais largo. O primeiro programa de trabalho foi, por isso, muito limitado em suas pretensões, visando, apenas, uma coleta dos elementos estatísticos oficiais disponíveis na época e dos elementos que, para serem utilizados, dependessem apenas de apuração estatística reduzida. Tratou-se, pois, preliminarmente, de fazer um amplo inventário do material existente, depois do que ter-se-ia uma visão mais segura das providências necessárias a um trabalho de maior fôlego. A extensão dêsse primeiro programa era restrito aos anos 1945-1947.

O Núcleo encarregou Antonio Dias Leite Jr. — um dos seus membros colaboradores — de encaminhar a realização do programa adotado sem que, no entanto, fôsse organizado, desde logo, um corpo permanente de pessoal auxiliar. Em novembro de 1948, todavia, Genival Santos passou a colaborar na execução da tarefa programada, tendo sido organizada, então, sob sua chefia direta, embora que ainda em bases precárias, a Equipe de Estudos da Renda Nacional (E.E.R.N.). Só muito lentamente, entretanto, foi a E.E.R.N. dotada do pessoal indispensável ao satisfatório preenchimento das suas atribuições. Assim é que, contando inicialmente com dois auxiliares em regime de "part-time" — que também prevalecia para a chefia — somente no segundo semestre de 1949 foi possível obter-se um dos indispensáveis auxiliares em regime de "full-time".

Apesar dessas fraquezas de estrutura, pôde a E.E.R.N. concluir, em novembro de 1949, uma primeira estimativa provisória da Renda Nacional Líquida, aos custos dos fatôres, para 1947. Já em janeiro de 1950, porém, a Equipe tinha refeito essa primeira estimativa provisória, à luz de novos dados coletados, apresentando à direção de pesquisas da Fundação uma segunda estimativa, também provisória, para 1947, e outra para 1946.

Em fins de 1949, estabeleceram-se os entendimentos para a vinda ao Brasil do Dr. J. B. D. Derksen, chefe da Seção da Renda Nacional do Serviço de Estatística da Organização das Nações Unidas. Para a visita desse técnico a E.E.R.N. preparou um Relatório que teve circulação interna e foi distribuído a alguns chefes de repartições federais de estatísticas.

Dêsse Relatório constaram os elementos estatísticos coletados até a primeira quinzena de maio de 1950, inclusive, consubstanciados em nova estimativa da Renda Nacional para 1947, e bem assim uma análise das principais dificuldades encontradas.

Esta nova estimativa ainda foi baseada unicamente em dados coletados, sem recurso a nenhuma avaliação independente. Impõe-se-nos salientar, nesta oportunidade, a ausência de estimativas para 1945 e 1946 no referido Relatório, em desacôrdo, portanto, com o programa incial. Êste fato resultou das deficiências dos dados então coletados e da exiguidade dos meios de que dispunha a E.E.R.N. para a execução da sua tarefa preliminar. Pareceu mais proveitoso, por conseguinte — e a experiência o confirmou — concentrar todos os esforços disponíveis nas pesquisas referentes ao ano de 1947, relativamente ao qual havia maior quantidade de informações, ficando para uma oportunidade mais favorável o encaminhamento da pesquisa no sentido dos anos mais recuados da última década. Essa estimativa incompleta e excessivamente baixa no seu montante, devido a ausência de correções, algumas vêzes necessárias, das estatísticas oficiais, ou de estimativas especiais destinadas à cobertura das lacunas das estatísticas oficiais, não apresentava interêsse que justificasse a sua publicação.

Das reuniões que tivemos com o Dr. Derksen, de 23 de maio a 17 de julho de 1950, e das visitas feitas por êste a várias repartições federais e do Estado de São Paulo, resultou um Relató-

rio crítico deixado por aquêlê técnico em nosso poder para circulação interna.

Tendo em vista os dois Relatórios, o dos autores da presente e o do Dr. Derksen, e atendendo à sugestão do Chefe do Núcleo de Economia, Prof. Eugênio Gudin, a Direção da Fundação Getúlio Vargas resolveu atribuir maiores recursos aos estudos sobre Renda Nacional, possibilitando a realização de programa mais amplo de pesquisas, com caráter de continuidade. Dêsse modo, em meados de agôsto de 1950, a Fundação iniciava providências no sentido de completar as principais condições materiais indispensáveis à boa consecução das finalidades da Equipe de Estudos da Renda Nacional.

O nosso segundo programa de trabalho, que teve início, portanto, depois da partida do Dr. Derksen, foi mais amplo que o anterior, tendo-se realizado neste período, em colaboração com alguns serviços federais de estatística e com alguns especialistas, pesquisas especiais, destinadas a preencher lacunas encontradas na pesquisa anterior. Ainda nesse período, porém, não foi realizado nenhum inquérito especial para obtenção de qualquer informação necessária à avaliação da Renda Nacional. A natureza dêsses inquéritos, mesmo quando feitos pela técnica da amostragem, exigem despesas vultosas nas quais só estávamos dispostos a incorrer quando tivéssemos examinado tôdas as fontes existentes de informações e feito a sua consolidação em um trabalho de conjunto como o que ora apresentamos. Seria talvez desnecessário acrescentar que das informações colhidas e das análises realizadas estão apresentadas neste trabalho apenas aquelas que resultaram aproveitáveis. O número de coletas e análises abandonadas por imprestáveis é, sem dúvida, maior que a parte aproveitada.

Não é demais assinalar que um estudo da Renda Nacional, que envolve uma série de conceitos ainda não definitivamente consolidados, nunca está pronto, mas sim em permanente revisão em face de novos procedimentos de cálculo e de novas estatísticas e informações que vão aparecendo. Assim se passa ainda hoje em países como os Estados Unidos e a Inglaterra, onde a abundância de estatísticas e a tradição das estimativas de Renda Nacional são bem diferentes daquelas que se verificam no Brasil. Ao tomar a resolução, portanto, de levar a público o resultado

dêsses 4 anos de trabalho desejamos atender ao duplo objetivo de: a) suscitar a crítica indispensável de quantos neste país têm interesse no assunto, e queiram, destarte, trazer sua valiosa colaboração ao aperfeiçoamento das pesquisas econômicas neste setor; b) e oferecer alguns números — melhores do que nada — para serem utilizados, com as devidas reservas e com as restrições por nós mesmos indicadas no texto do trabalho.

E' com grande satisfação que registramos os nossos agradecimentos aos que, de um modo geral, nos diversos Departamentos e Serviços da alçada do Governo da República, nos distinguiram com a compreensão e o apoio de que carecem os estudos da Renda Nacional. Consideramos imperiosa, entretanto, uma menção especial ao Prof. Antônio Garcia de Miranda Neto, Diretor do Departamento Nacional de Indústria e Comércio, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; aos Srs. Carlos Leal Jourdan, Chefe do Serviço Atuarial, e Gastão Quartin de Moura, Diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (S.E.P.T.), ambos do referido Ministério; ao Sr. Gastão Cerqueira ~~Bueno~~<sup>Croella</sup>, Chefe da Seção de Estatística da Divisão do Imposto de Renda; ao Sr. Jesus Soares Pereira, que nos prestou valiosa cooperação quando da estimativa da produção de madeiras; ao Professor Jessé Montello, Chefe do Serviço Atuarial do I.A.P.B.; ao senhor Raul Lima, Diretor do Serviço de Estatística da Produção (S.E.P.), do Ministério da Agricultura, e aos seus auxiliares imediatos D. Dulce Meurer e Sr. Rubens Freitas; ao Sr. Severino Montenegro, Diretor do Serviço de Estatística e Atuária do I.A.P.C.; ao Conselho Técnico de Economia e Finanças, do Ministério da Fazenda, particularmente aos Srs. Afonso Almiro e Gerson Augusto da Silva; ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, onde seria longa a lista de nomes a citar, pois sempre encontramos no I.B.G.E., de par com vivo interesse pelos estudos da Renda Nacional, o mais decidido apoio que poderíamos almejar.

Desejamos expressar os nossos agradecimentos também de forma especial ao Prof. Giorgio Mortara, Consultor Técnico do I.B.G.E.

Colaboraram eficientemente na preparação da presente estimativa, além do Prof. Eduardo Lopes Rodrigues, Chefe do C.E.F., e dos Técnicos Srs. G. Fritz Loeb e Pierre Van der Meiren, os

devotados membros da Equipe de Estudos da Renda Nacional, da Fundação Getúlio Vargas: Adjuntos Técnicos permanentes, Economistas Annibal Villanova Villela, Diogo Adolpho Nunes de Gaspar, Isaac Kerstenetzky, Julian Magalhães Chacel e Luiz de Magalhães Botelho; Colaboradores Carlos Amando Lyra Madeira, João Jochmann e Milton Medronho Guimarães. Cumpre-nos pôr em destaque, outrossim, a colaboração prestada, a partir de 1 de junho pp., pelos Srs. Dionisio Rios, José Carlos Palácios Krueel, Sebastião Advíncula da Cunha e Sven Guilherme Reichert, alunos da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, da Universidade do Brasil, em regime de Bolsas Especiais de Estudo.

As insuficiências, omissões ou erros da presente estimativa, são, entretanto, da nossa responsabilidade (1).

### 1.2 — *Posição atual das pesquisas sobre a Renda Nacional fora do Brasil.*

As estatísticas da Renda Nacional são relativamente recentes. A maioria dos trabalhos em bases permanentes teve início depois de 1930. E' natural, portanto, que os problemas teóricos e as dificuldades práticas encontradas não tenham sido ainda, todos, resolvidos ou vencidos. Acresce ainda que, no desenvolvimento das pesquisas, novos aspectos técnicos vão sendo considerados, frequentemente em consequência de objeções ou dúvidas levantadas pelos economistas que fazem uso dos resultados numéricos encontrados pelos pesquisadores da Renda Nacional. Alguns desses aspectos controvertidos já deram lugar a dezenas de artigos, teses e discussões verbais em conferências especializadas (2).

Pelos motivos acima expostos, não há uma especificação padrão, e de aceitação generalizada, para as estatísticas de Renda Nacional. Em face do constante aperfeiçoamento teórico e contínua melhoria nos cálculos, nos últimos dez anos, os países cientificamente mais adiantados têm revisto por mais de uma vez todos os seus resultados anteriormente publicados.

(1) Cabe, especificamente: a Antônio Dias Leite Jr., a elaboração do plano de pesquisas, que foi aprovado pelo antigo Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas, e as sondagens preliminares das fontes de informação; a Genival Santos, a direção da pesquisa, a preparação das estimativas especiais destinadas a preencher lacunas das estatísticas disponíveis, e bem assim a redação deste relatório.

(2) Para uma revisão da situação, ver Carl S. Shoup — "Development and Use of National Income Data", pág. 288 do livro "A survey of Contemporary Economics" — The American Economic Association", Philadelphia, 1949.



Não cabe nesta comunicação (1) de cunho essencialmente prático, discutir detalhes relativos às bases teóricas dos conceitos da Renda Nacional cuja situação atual, em linhas gerais, foi acima descrita. Dado, porém, o caráter controvertido de algumas definições e certos aspectos da questão teórica, seria desaconselhável apresentar resultados numéricos sem indicar e justificar a posição assumida pelos autores em face dêsses pontos.

### 1.3 — *Alguns conceitos fundamentais*

Resumindo a situação presente — e deixando de lado, em primeira aproximação, os esclarecimentos acessórios necessários à integral compreensão do problema — podemos dizer que estão em uso generalizado os seguintes conceitos fundamentais para os totais que são designados sob o nome genérico da “Renda Nacional”.

#### a. *Renda Nacional Líquida*

A Renda Nacional propriamente dita, ou Renda Nacional Líquida aos custos dos fatores corresponde à soma de todos os pagamentos aos fatores da produção, computados êsses pagamentos antes da dedução dos impostos diretos. Em outras palavras, é a soma dos salários, ordenados, juros líquidos, aluguéis e lucros. A remuneração do fator capital será, neste caso, computada depois de apartadas as provisões para a depreciação e obsolescência. Êsse total é designado nos Estados Unidos e na Inglaterra por “National Income”.

#### b. *Renda Nacional Bruta*

A Renda Nacional Bruta é, ainda, computada aos custos dos fatores e é equivalente ao total anterior mais as provisões para depreciação e obsolescência. Êsse total não é utilizado nos Estados Unidos. Os ingleses o empregam com o nome de “Gross National Product”.

#### c. *Produto Nacional Líquido*

O Produto Nacional Líquido ou Produto Nacional Líquido aos Preços do Mercado corresponde — com pequenas correções que

---

(1) Para uma discussão teórica ver: A. Dias Leite Jr. — “Renda Nacional (teoria)”, Rio de Janeiro, 1948.

não convém considerar neste trabalho — ao total da Renda Nacional mais impostos indiretos e menos subsídios pagos pelo Governo. Se agora considerarmos esse mesmo total pelo prisma dos dispêndios, verificaremos que ele é equivalente ao resultado da soma das seguintes parcelas: consumo de bens e serviços pelas pessoas, inclusive aluguéis; investimento privado líquido no país; investimento no exterior; dispêndio total realizado pelo Governo em bens e serviços, inclusive pagamentos a funcionários. Nos Estados Unidos esse total é designado “Net National Product”.

#### d. *Produto Nacional Bruto*

O Produto Nacional Bruto ou Produto Nacional Bruto aos Preços do Mercado é igual ao total do Produto Nacional Líquido mais as provisões para depreciação e obsolescência de edifícios, instalações e equipamentos. Do lado dos dispêndios haverá a considerar as mesmas parcelas do produto nacional líquido, com a diferença apenas que o investimento privado no país será bruto ao invés de líquido como no caso anterior. Nos Estados Unidos esse total é designado “Gross National Product”.

Os quatro conceitos estão em uso no presente momento e são em geral apresentados simultaneamente nas estatísticas oficiais de diversos países. Conforme se indicou, as principais diferenças dependem da maneira pela qual são considerados os impostos indiretos, os subsídios e as depreciações. Cada um desses três totais merece preferência em função, naturalmente, da aplicação que deles se queira fazer. Assim, por exemplo, para um estudo de distribuição da Renda pelos fatores, o total a utilizar-se será o da Renda Nacional Líquida; já num estudo da distribuição da Renda produzida, segundo tipos de produtos ou serviços, é o Produto Nacional segundo os conceitos americanos o total a ser preferido.

### 1.4 — *Contabilidade Social*

A própria evolução das pesquisas e a adaptação dos dados elementares de forma a permitirem o seu agrupamento como melhor conviesse, foi obrigando a separação cada vez mais detalhada das parcelas constituintes dos totais gerais que se objetivava inicialmente calcular. O total geral, já todo o mundo reconhecia,

muito pouca utilidade teria; a sua decomposição sim, essa prometia interessantes conclusões e seguras bases de análise para o economista, o estatístico ou o financista. Assim acentua o Relatório do Subcomitê sobre Estatística da Renda Nacional das Nações Unidas (1): "...where national income studies are used in connection with the formulation of economic policy... it is the inter-relationship of transactions that is important rather than individual totals, such as the national income or gross national product .... the totals are obtained by a suitable combination of these constituent transactions".

No memorando anexo a êsse relatório diz ainda o técnico britânico Richard Stone: "modern inquiries which had their origin in an attempt to measure certain broad total have changed their emphasis and now concentrate more on the structure of the constituent transactions and on mutual interdependence of these transactions".

Os estudos sobre a Renda Nacional evoluem assim para um campo mais amplo que é o da contabilidade social (2): "Dividir a economia nacional em um certo número de partes, ao mesmo tempo reduzidas em número e suficientemente homogêneas em conteúdo e, em seguida, para cada uma dessas partes, à guisa de uma conta de Receita e Despesa, na base anual, organizar um quadro que discrimine todos os fluxos de pagamentos e recebimentos resultantes das relações entre cada uma das partes da economia nacional".

O sistema mais simples de Contabilidade Social adotado hoje compreende as seguintes partes: 1) indivíduos ou consumidores; 2) empresas; 3) governo; 4) exterior ou outros países; 5) conta conjunta do capital nacional.

Obtidos os diversos itens em que se desdobram a despesa e receita para cada um desses grupos, tem-se não só um conhecimento muito mais detalhado da economia nacional, como também todos os elementos necessários à obtenção do total geral da Renda Nacional de acordo com o conceito que fôr adotado. A realização desse levantamento com o uso paralelo do método contábil das partidas dobradas permite ainda a obtenção da conhecida segurança aritmética característica desse método.

(1) United Nations — Sub Committee on National Income Statistics — "Measurement of National Income and Construction of Social Accounts".

(2) J. B. D. Derksen.

Torna-se evidente, pela simples e esquemática apresentação dêsse processo hoje utilizado pelos principais centros de estudo da Renda Nacional, que os dados estatísticos devem ser coletados com uma abundância e com um detalhe infinitamente mais desenvolvido do que nos estágios iniciais e, por isso, os escritórios de estudo de Renda Nacional são, em tôda parte, hoje, centros ativamente ligados às campanhas estatísticas, ao progresso das formas de coleta de informações e aos programas de pesquisa estatística pela amostragem.

### 1.5 — *Renda Nacional Real*

Calculada a Renda Nacional, de um mesmo país, relativa a uma série de anos, para que sejam possíveis as comparações históricas, torna-se necessário a introdução de correção correspondente à variação do valor da moeda. A aplicação prática dos resultados históricos de cálculos da Renda Nacional está, pois, intimamente ligada ao problema dos índices de preços.

A correção dos valores anuais da Renda Nacional, na base do valor da moeda em determinado ano, para obtenção do que se poderia chamar de *Renda Nacional Real*, não é fácil. As dificuldades são oriundas da heterogeneidade das parcelas constitutivas da Renda Nacional. Os índices de preços existentes e comumente computados são índices de custo de vida, de preços por atacado, de custo de construção, etc.. No total da Renda Nacional encontram-se, porém, parcelas que variam com o custo da vida, outras que variam com o custo da construção e outras ainda com os preços por atacado. Ocorre ainda que a importância relativa dessas diversas parcelas da Renda Nacional varia de ano para ano tornando difícil uma ponderação dos índices acima mencionados e que — êles próprios — já correspondem a ponderações bastante complexas.

Como caminho para a libertação total das dificuldades decorrentes da variabilidade do valor da moeda, nas comparações históricas de Renda Nacional, tem sido, ainda, proposto e tentado o cálculo do volume físico da Renda Nacional. Esses aspectos já saem, no entanto, do escopo da presente comunicação.

## **2.<sup>a</sup> Parte — Resultados gerais da estimativa da renda nacional do Brasil no período de 1947 a 1949**

A presente estimativa da Renda Nacional corresponde, com a melhor aproximação a que nos foi possível chegar, aos conceitos atualmente em uso.

Relativamente à forma de apresentação há a considerar, infelizmente, que o critério adotado nos quadros não é uniforme para todas as parcelas constitutivas da Renda Nacional. No setor agro-pecuário, por exemplo, só nos foi possível realizar uma estimativa global sem distinção entre os diversos tipos de remuneração do trabalho e do capital. Já nos setores comercial e industrial as fontes de informações existentes permitiram chegar-se um pouco mais adiante na análise. O preenchimento da lacuna correspondente ao conhecimento da repartição dos resultados do setor agro-pecuário só será possível, a nosso ver, mediante campanhas de amostragem especialmente organizadas.

As estimativas para os três anos de 1947 a 1949, foram realizadas à base do valor corrente do cruzeiro, não tendo sido utilizada nenhuma correção relativa à variação do valor da moeda.

As Notas Explicativas apresentadas na 3.<sup>a</sup> Parte dêste trabalho são mais detalhadas do que as que se encontram na grande maioria dos trabalhos oficiais de outros países. O leitor que de-sejar se aprofundar no processo de cálculo e nas hipóteses formuladas, com o objetivo de suprir as deficiências de informações, encontrará nessas notas guia seguro para a sua análise. O motivo de termos adotado tal prática — nesta nossa primeira publicação — é o de fazer ver a todos os interessados as dificuldades por nós encontradas, a fim de suscitar discussões e propostas de melhoria, tanto nos cálculos como na coleta das informações básicas pelas repartições federais.

E' bem verdade que, com a apresentação sincera que foi feita dos métodos de cálculo e das fontes de informação utilizadas, os

resultados finais perderão, para muitos, um pouco do seu valor. Julgamos porém que aqueles que conhecem com certa minúcia as publicações estrangeiras e já tenham tido ocasião de nelas procurar, em vão, explicações sobre os caminhos pelos quais foram aqueles resultados obtidos, devem ter ficado na dúvida, também, sobre a validade de muitos dos números que nelas são publicados com caráter de precisão e de indiscutibilidade... Preferimos, por todos esses motivos, explicar de fato, nas nossas "Notas Explicativas", como foram os cálculos realizados.

Desejamos, para finalizar, chamar a atenção dos leitores para as diferenças profundas entre os métodos e as fontes de informação utilizados para a avaliação de cada setor da economia nacional. Essas diferenças acarretam, como consequência, graus de precisão diversos para as diversas parcelas da Renda Nacional, embora sem prejuízo da uniformidade do critério teórico adotado.

Nas análises que se fizerem, sobre os números que publicamos, visando a determinação de proporções entre os diversos setores ou diversas formas de pagamentos na Economia Nacional, dever-se-á, pois, levar em conta essa diversidade de graus de confiança.

## ESTIMATIVA DA RENDA NACIONAL DO BRASIL — 1947/1949

Em milhões de cruzeiros

ESPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949
I — REMUNERAÇÃO DO TRABALHO, EXCETO AGRICULTURA	63 460	72 769	87 437
1. Salários e Ordenados	41 302	46 251	55 007
a) Setor privado	31 097	34 602	41 291
b) Governo	10 205	11 649	13 715
2. Complemento de salários e ordenados	1 215	1 358	1 723
3. Remuneração dos trabalhadores por conta própria (autônomos)	12 251	14 207	16 733
4. Remuneração de profissionais liberais	3 710	3 863	3 978
5. Outras remunerações do trabalho	4 982	7 090	9 995
II — Lucro	15 557	15 534	18 010
6. Lucro das Sociedades Anônimas antes da taxação	6 373	6 494	8 907
a) Imposto de Renda	928	937	1 253
b) Dividendos	...	2 813	3 210
c) Outras distribuições	...	...	1 130
d) Lucros não distribuídos	...	...	3 314
7. Lucro de outras empresas	9 184	9 040	9 103
III — JUROS	1 262	1 519	1 775
IV — ALUGUÊIS	4 284	5 501	7 148
V — AGRICULTURA	42 331	50 773	57 238
VI — RENDA LÍQUIDA PAGA AO EXTERIOR (*)	—662	—1 166	—1 160
Total	126 233	144 930	170 447

(\*) O montante da renda líquida creditada a residentes no exterior em 1949 foi estimado em 2 479 milhões de cruzeiros, ocorrendo, portanto, um excesso de 1 319 milhões sobre o montante efetivamente remetido para o exterior.

## ESTIMATIVA DA RENDA NACIONAL DO BRASIL — 1947/1949

Em milhões de cruzeiros

ESPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949
<b>REMUNERAÇÃO DO TRABALHO, EXC. DA AGRICULTURA</b>	<b>63 461</b>	<b>72 769</b>	<b>87 436</b>
Setor privado (*)	53 256	61 120	73 721
Comércio	7 647	8 929	10 500
Indústria	17 377	19 685	23 962
Intermediários Financeiros	1 540	1 610	1 881
Transportes e Comunicações	7 544	8 175	9 788
Profissões Liberais	3 710	3 863	3 978
Serviços	6 019	6 971	8 232
Atividades Domésticas Remuneradas	3 222	3 439	3 662
Empregadores e Assemelhados	4 982	7 090	9 995
Complemento de salários e ordenados: contribuição do empregador para a Previdência Social	1 215	1 358	1 723
Setor público	10 205	11 649	13 715
Governo Federal	4 831	6 024	7 295
Civis	2 542	3 627	4 220
Militares	2 289	2 397	3 075
Governos Estaduais	4 894	4 990	5 619
Governos Municipais	480	635	801
<b>LUCRO</b>	<b>15 557</b>	<b>15 534</b>	<b>18 010</b>
Das empresas individuais (**)	2 530	2 691	2 867
Das sociedades anônimas	6 190	6 286	8 365
Dividendos	...	2 813	3 210
Imposto de Renda	914	921	1 210
Outras distribuições	...	...	1 130
Lucros não distribuídos	...	...	2 815
De empresas concessionárias de serv.públicos(***)	183	208	542
De sociedades civis	4	5	6
Das demais sociedades (**)	6 650	6 344	6 230
<b>JUROS (****)</b>	<b>1 262</b>	<b>1 519</b>	<b>1 775</b>
<b>ALUGUEIS</b>	<b>4 284</b>	<b>5 501</b>	<b>7 148</b>
<b>AGRICULTURA E PECUÁRIA</b>	<b>42 331</b>	<b>50 773</b>	<b>57 238</b>
<b>TRANSAÇÕES COM O EXTERIOR (*****)</b>	<b>-662</b>	<b>-1 166</b>	<b>-1 160</b>
<b>Total</b>	<b>126 233</b>	<b>144 930</b>	<b>170 447</b>

(\*) A remuneração dos trabalhadores por conta própria (autônomos) foi incluída nos ramos de atividade em que esses trabalhadores se classificam.

(\*\*) Dado da estatística fiscal, que julgamos subestimado. Não dispusemos de meios para uma estimativa independente merecedora de maior confiança.

(\*\*\*) O imposto sobre o lucro de tais sociedades elevou-se a 14 630, 43 391 e 43 403 mil cruzeiros, respectivamente, em 1947, 1948 e 1949.

(\*\*\*\*) Estimativa incompleta. Ver detalhes no texto.

(\*\*\*\*\*) Segundo a estatística das operações cambiais. O montante da renda líquida creditada a residentes no exterior em 1949 foi estimado em 2 479 milhões de cruzeiros, ocorrendo, portanto, um excesso de 1 319 milhões sobre o montante efetivamente remetido para o exterior.



### 3.<sup>a</sup> Parte — Notas explicativas

#### CAPÍTULO I

#### REMUNERAÇÃO DO TRABALHO, EXCETO DA AGRICULTURA

##### *A — Setor Privado*

A nossa estimativa da remuneração do trabalho, exceto na agricultura, se apoiou, inicialmente, nas informações referentes ao salário de contribuição para as instituições de previdência social, às quais estão obrigatoriamente filiados quase três milhões de trabalhadores das cidades. Recorremos, em seguida:

- aos resultados do Censo realizado em dezembro de 1948, pelas próprias instituições de previdência;

- aos dados que a Divisão do Imposto de Renda prepara anualmente para o Ministro da Fazenda, a respeito dos rendimentos que são objeto da taxaçaõ direta;

- às indicações constantes das análises do Gabinete Técnico do Serviço Nacional do Recenseamento, do I. B. G. E., relativas ao recenseamento de 1940;

- às estatísticas divulgadas pelo I. B. G. E., através do Anuário Estatístico do Brasil;

- às informações prestadas por outros órgãos da administração federal.

Cada uma dessas fontes tem a sua importância especial em determinadas fases deste levantamento, sendo fácil distingui-las à medida que nos aprofundamos na pesquisa.

A presente estimativa de salários e ordenados no setor privado da economia se desdobrou em duas etapas, quais sejam:

§ 1 — Estimativa dos salários e ordenados dos associados das instituições de previdência social, sob jurisdição do Governo Federal.

§ 2 — Estimativa mais ampla — dos salários e ordenados em vários ramos do setor privado (págs. 29). Esta estimativa envolve grupos de trabalhadores que não são associados das instituições de previdência social, exigindo, por isso:

- a) a estimativa da remuneração, inferior a Cr\$ 24 000,00 anuais, ganha pelos trabalhadores ditos "autônomos".
- b) a estimativa do total da remuneração de trabalho, superior a Cr\$ 24 000,00 anuais, ganha por empregadores e assemelhados.

Considera-se aqui:

- 1.) os que são contribuintes do imposto de renda;
- 2.) os que foram isentos desse imposto.

Começamos pelos salários e ordenados dos associados das instituições de previdência social sob jurisdição do Governo da República.

#### SECÇÃO I

##### SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL E SALÁRIOS EFETIVAMENTE GANHOS PELOS SEUS ASSOCIADOS

Os salários e ordenados alcançados pelo sistema de previdência social não ultrapassam, como sabemos, o limite máximo de Cr\$ 24 000,00 anuais por trabalhador, para a maioria das instituições de previdência. Excetuam-se, apenas, as Caixas de Aposentadoria e Pensões, cujo limite de contribuição foi elevado para Cr\$ 4 000,00 mensais a partir de julho de 1949. Essas instituições não alcançam, outrossim, a remuneração de trabalho de certo grupo de empregadores, considerados *segurados facultativos*. Os estudos a que procedemos, com base no Censo dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, de dezembro de 1948, nos possibilitaram, entretanto, estabelecer a relação entre o montante de salários acima e abaixo de Cr\$ 24 000,00 por ano para 1948.

Foi possível, desse modo, estimar o montante de salários e ordenados efetivamente ganhos pelos contribuintes de tais instituições no ano de 1948. A estimativa para os anos de 1947 e

1949 foi feita à base de percentagens iguais às que obtivemos para 1948.

*Em resumo:*

### § 1

Quanto aos associados dos Institutos de Previdência Social seguimos o seguinte roteiro, que representa, sem dúvida, um processo de cálculo mais longo e mais complicado do que seria necessário se pretendêssemos estimar simplesmente o montante de salários de contribuição para as instituições de previdência social e o montante de salários efetivamente ganhos. O método adotado nos dá, porém, desde logo, o montante de salários dos empregados que recebem mais de Cr\$ 24 000,00 anuais, dado que utilizamos em cálculos posteriores.

- a) Cálculo dos salários de contribuição através do montante das contribuições recolhidas, segundo consta dos balanços dos Institutos. Esse montante inclui as contribuições dos empregados das próprias instituições de previdência, e bem assim dos empregados dos sindicatos de classe em cada setor. Trata-se, porém, de parcelas insignificantes no total das contribuições e dos salários.
- b) Com os algarismos do censo de 1948, i.e., conhecendo-se o número de indivíduos ganhando salários até ..... Cr\$ 24 000,00 anuais e o número de indivíduos ganhando salários acima de Cr\$ 24 000,00 calculou-se o montante dos salários de contribuição correspondente a êstes, procedendo-se da seguinte maneira, que é exemplificada pelo caso dos Comerciantes:

	Cr\$ 1 000,00	%
Salários até Cr\$ 24 000,00 anuais	4 226 144	69,5%
Salários de Contribuição dos que recebem mais de Cr\$ 24 000,00:		
76 421 $\times$ Cr\$ 24 000,00 (n.º de indivíduos $\times$ Cr\$ 24 000,00) ...	1 834 104	30,5%
	<hr/> 6 060 248	<hr/> 100,0%

- c) Uma vez verificada a percentagem correspondente aos salários dos que ganham até Cr\$ 24 000,00 anuais no total

- de salários de contribuição, aplicou-se essa percentagem ao montante das contribuições fornecidas pelos balanços dos Institutos, obtendo-se assim a massa de salários dos que recebem até Cr\$ 24 000,00 anuais.
- d) Relativamente ao montante dos salários e ordenados superiores a Cr\$ 24 000,00 anuais, calculamos, com base nos algarismos do censo de 1948, a relação:

$$\frac{\text{montante de salários acima de 24 000 cruzeiros}}{\text{montante de salários abaixo de 24 000 cruzeiros}} = K$$

Aplicamos, então, o coeficiente K aos algarismos obtidos de acôrdo com o procedimento indicado no item 3, estimando-se, dêsse modo, a massa de salários acima de Cr\$ 24 000,00. Supusemos, portanto, que êsse coeficiente tenha permanecido constante nos três anos considerados.

- e) O salário total foi obtido pela soma dos salários até .... Cr\$ 24 000,00 e dos salários superiores a Cr\$ 24 000,00.
- f) Para a estimativa do montante dos salários dos empregados dos Bancos, admitimos a taxa média de 7%, que foi aplicada ao montante das contribuições arrecadadas pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários. Essa instituição admite quatro tipos de taxa, quais sejam, 6% sôbre salários mensais até Cr\$ 250,00; 7% sôbre salários mensais entre Cr\$ 250,00 e Cr\$ 500,00; 8% sôbre salários entre Cr\$ 500,00 e Cr\$ 2 000,00. Os salários superiores a Cr\$ 2 000,00 mensais estão sujeitos à taxa de 3% para a parcela que excede de Cr\$ 2 000,00 e à taxa de 5% para a totalidade dos salários. Adotamos a média aritmética ponderada arredondada para 7% (6,77%), calculada segundo uma distribuição de bancários por classe de salário, resultante do Censo de 1948. (1)
- g) Cumpre-nos assinalar, outrossim, que ajustamos o montante de contribuições arrecadadas pelo I.A.P. dos Industriários segundo uma percentagem de 20% de sonegação de contribuições. A administração dêsse Instituto informa que a melhoria da fiscalização possibilitou o recolhimento atrasado de contribuições que representaram

(1) Distribuição obtida do I.A.P.B., por gentileza do Dr. Jessé Montello.

8,45, 12,77 e 18,47% do montante das contribuições recolhidas, respectivamente, em 1947, 1948 e 1949.

Acreditando que o crescendo da percentagem de sonegação observada decorre da intensificação da fiscalização e não do aumento de evasão, admitimos a possibilidade de que a sonegação total seja da ordem de 20%. Não nos foi possível, por falta de dados, verificar se este caso se reproduz também nas demais instituições de previdência social.

## § 2

No caso particular dos empregados que não são associados dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, consideramos duas hipóteses, quais sejam:

- a) empregados que são associados das Caixas de Aposentadoria e Pensões, sob jurisdição do Governo Federal, em relação aos quais utilizamos processo análogo ao que aplicamos no caso do Instituto.
- b) empregados que não são filiados a nenhuma das instituições de previdência sob jurisdição do Governo Federal. Estarão associados possivelmente a instituições de previdência sob jurisdição dos Governos dos Estados e Municípios, a respeito das quais nada sabemos.

Estimando-se, portanto, o montante global dos salários de contribuição para o seguro social, pode-se, pela aplicação do coeficiente K, acima referido, determinar, desde logo, para a massa de segurados, a diferença entre o montante de salários e ordenados efetivamente ganhos e o montante dos salários de contribuição. Essa diferença atinge, em milhões de cruzeiros, a 2 530, 2 849 e 3 300, respectivamente, nos três anos do período considerado, como se vê no quadro 1.

# SALÁRIOS PAGOS AOS CONTRIBUINTES DAS INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EM Cr\$ 1 000,00

Quadro 1

INSTITUIÇÃO DE PREVIDÊNCIA	1 9 4 7			1 9 4 8			1 9 4 9		
	Salários efetivamente pagos (A)	Salários de Con- tribuição (B)	(A)-(B)	Salários efetivamente pagos (A)	Salários de Con- tribuição (B)	(A)-(B)	Salários efetivamente pagos (A)	Salários de Con- tribuição (B)	(A)-(B)
I.A.P. Bancários.....	1 333 213	1 039 851	293 362	1 374 312	1 071 910	302 402	1 614 746	1 259 439	355 307
I.A.P. Comerciais.....	5 491 109	4 791 782	699 327	6 472 348	5 648 056	824 292	7 545 155	6 584 233	960 922
I.A.P. Industriários.....	13 371 831	12 318 290	1 053 541	15 049 468	13 862 750	1 186 718	18 474 950	17 022 120	1 452 830
Caixa de Aposentadoria e Pensões..	4 939 106	4 637 497	301 609	5 080 252	4 756 479	323 773	6 593 444	6 302 161	291 283
I.A.P. Marítimos.....	690 804	646 760	44 044	726 313	680 005	46 308	747 628	699 961	47 667
I.A.P. Transportes e Cargas.....	2 163 314	2 025 385	137 929	2 592 285	2 427 006	165 279	3 014 577	2 822 373	192 204
<b>Total.....</b>	<b>27 989 377</b>	<b>25 459 565</b>	<b>2 529 812</b>	<b>31 294 978</b>	<b>28 446 206</b>	<b>2 848 772</b>	<b>37 990 500</b>	<b>34 690 287</b>	<b>3 300 213</b>

NOTA: — O montante de salários efetivamente pagos no I.A.P. dos Marítimos e no I.A.P.E. Transportes e Cargas foi estimado na base da relação encontrada entre os salários efetivamente pagos e os salários de contribuição, das Caixas de Aposentadoria e Pensões.

## § 3

Supomos que estes resultados representam, pelo menos com grande aproximação, os salários ganhos pelos indivíduos que trabalham no setor privado da economia e que são filiados obrigatoriamente (com poucas exceções) às instituições de previdência social sob jurisdição do Governo da República. Quando quisemos discriminar os salários por ramo de atividade, tivemos de considerar, entretanto, que, algumas vezes, uma instituição de previdência abrange não só o campo de atividade econômica coberto pela referida instituição, mas também empresas ditas "assemelhadas", ou que são simplesmente agregadas, no todo ou em parte, a determinada instituição de previdência, por determinação da autoridade competente. Por esse motivo, a utilização dos dados fornecidos pelas Caixas de Aposentadoria e Pensões ficou condicionada ao conhecimento do ramo de atividade das empresas filiadas a cada Caixa, com os respectivos números de trabalhadores, o que nem sempre se verificou. Este fato, e a contradição, algumas vezes observada, entre dados que se referem a uma mesma Caixa, nos levaram a usar largamente um processo de estimativa independente, baseado no Censo das Caixas (dezembro de 1948) — no que respeita a salários — e em informações oficiais — no que respeita ao número de empregados.

Dêsse modo, ao tentar estimar o montante de salários e ordenados pagos nos vários ramos da economia nacional, tivemos de desdobrar o quadro 1, procedendo a várias dissociações.

Uma vez feitas estas dissociações indispensáveis à reconstituição de ramos de atividade econômica tão homogêneos quanto possível, ampliamos os novos quadros, então resultantes, não somente para incluir os resultados da estimativa referente aos trabalhadores cujas remunerações de trabalho escapam ao regime da previdência social, como também para admitir os resultados de estimativas feitas com apoio em outras fontes e referentes a certos grupos cobertos pelas instituições de previdência social.

Vamos, pois, ao segundo passo em nossa estimativa dos salários e ordenados. As várias secções em que se desdo-

bra o nosso trabalho daqui por diante correspondem às remunerações do trabalho nos diversos ramos de atividade.

## SECÇÃO II

### REMUNERAÇÃO DO TRABALHO NO COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO POR CLASSE DE ATIVIDADE DO EMPREGADOR

EM Cr\$ 1 000,00

Quadro 2

CLASSE DE NEGÓCIO	1947	1948	1949
<b>Empregados:</b>			
Atacado.....	365 702	431 559	503 705
Varejo e outros.....	8 715 328	4 384 401	5 117 910
<b>Sub-total.....</b>	<b>4 081 030</b>	<b>4 815 960</b>	<b>5 621 615</b>
<b>Autônomos.....</b>	<b>3 566 324</b>	<b>4 112 962</b>	<b>4 878 334</b>
<b>Total .....</b>	<b>7 647 354</b>	<b>8 928 922</b>	<b>10 499 949</b>

## § 1

Ao total de salários pagos no comércio, calculado como se encontra explicado às págs. 25 e 26, item a) a e), aplicamos as percentagens representativas dos montantes de salários pagos nas classes de "Atacado" e "Varejo e Outros", percentagens estas observadas na amostra do censo de 1948. Foram excluídas, portanto, as classes de atividade de seguros e capitalização, cujos empregados são contribuintes obrigatórios do I.A.P. dos Comerciantes, mas cujos salários e ordenados foram incluídos no item Intermediários Financeiros (págs. 35), e a de serviços sociais, cujos dados se incluem no item próprio.

## § 2

Ao item "Varejo e Outros" acrescentamos o montante de salários pagos na Cooperativa de Consumo dos Ferroviários da Great Western, calculado segundo o procedimento seguido no caso do Sindicato Interestadual dos Ferroviários do Nordeste (vide págs. 42). Este item inclui, outrossim, os empregados do I.A.P. dos Comerciantes.



## § 3

O item "Autônomos", dêste quadro, é constituído pelos chamados trabalhadores autônomos com atividade no comércio. Vide, a respeito, a estimativa de págs. 88.

## SECÇÃO III

## REMUNERAÇÃO DO TRABALHO NA INDÚSTRIA

SETOR PRIVADO

Cr\$ 1 000,00

Quadro 3

CLASSE DE INDÚSTRIA	1947	1948	1949
<b>Empregados:</b>			
Alimentação.....	1 618 296	1 821 765	2 234 681
Cerâmica.....	662 452	745 743	914 771
Construção.....	1 622 278	1 826 248	2 240 181
Couros e Peles.....	208 427	234 633	287 814
Extrativa com beneficiamento	76 998	86 630	106 326
Fumo.....	223 030	251 072	307 979
Gráfica.....	422 164	475 243	582 960
Madeira.....	436 767	491 682	603 126
Material e aparelhos elétricos..	418 181	470 760	577 461
Metallurgia.....	1 773 621	1 996 619	2 449 167
Mobiliário.....	345 166	388 564	476 634
Objetos de luxo.....	35 844	40 351	49 497
Papel, química, borracha.....	1 431 109	1 611 044	1 976 199
Vestuário e tocador.....	839 018	944 508	1 158 588
Têxtil.....	2 846 288	3 204 153	3 930 400
Extrativa Mineral.....	220 816	245 511	280 495
Serviços Públicos em Geral...	466 940	494 814	609 608
Diversos (*).....	412 192	460 403	579 166
<b>Sub-total.....</b>	<b>14 059 587</b>	<b>15 789 793</b>	<b>19 365 053</b>
<b>Autônomos (**)</b> .....	<b>3 154 199</b>	<b>3 638 667</b>	<b>4 313 624</b>
<b>Total.....</b>	<b>17 213 786</b>	<b>19 428 460</b>	<b>23 678 677</b>

(\*) Incluem o montante de salários recebidos pelos funcionários do I.A.P.L., o qual foi de Cr\$ 96 233 000,00, Cr\$ 104 718 000,00 e Cr\$ 142 862 000,00, em 1947, 1948 e 1949, respectivamente.

(\*\*) Incluem os trabalhadores autônomos na indústria extrativa (que receberam em 1947, 1948 e 1949, respectivamente, 695, 802 e 950 milhões de cruzeiros) e na indústria de transformação. Para maiores esclarecimentos vide estimativa de págs. 88

## § 1

O total de salários pago no setor privado da Indústria, excluídos a Indústria Extrativa Mineral, os Serviços Pú-

blicos em Geral e os Autônomos, foi estimado segundo o procedimento apresentado às págs. 25. E' de se presumir que o coeficiente representativo dos salários acima e abaixo de Cr\$ 24 000,00 por ano esteja, sobretudo no caso dos industriários, ligeiramente super-avaliado. Quer parecer-nos, salvo melhor indicação em contrário, que os indivíduos não alcançados pelo Censo estão ligados a empresas de pequena importância, tendo, por isso, em geral, salários mais baixos que os seus colegas das empresas maiores, arrolados no citado levantamento. A êsse total aplicamos as percentagens representativas dos montantes de salários pagos nos diversos ramos industriais, segundo o censo de 1948 (1).

## § 2

Relativamente à Indústria Extrativa Mineral procedemos da seguinte maneira:

### a) Indústria Carbonífera:

- 1.) Os dados referentes à indústria carbonífera, nos anos 1948 e 1949, provêm de informações prestadas ao Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura (S.E.P.), pelas próprias empresas.
- 2.) Os dados referentes a 1947 foram estimados da seguinte maneira:
  - 2.1) Calculamos, com base em estatísticas do S.E.P. referentes à produção brasileira de carvão mineral, o produto médio por operário, para 1948.
  - 2.2) Consideramos que entre 1947 e 1948, a produção física por operário não tenha variado, o que nos permitiu estimar o número de empregados, em 1947, na Indústria Carbonífera.
  - 2.3) Atribuímos a êsses operários o salário médio geral verificado em 1948, na indústria extrativa do carvão.

---

(1) Para os números absolutos, vide JOÃO LYRA MADEIRA — "Distribuição de Salários na Indústria" — Censo dos Segurados do I.A.P.I. Revista "Industriários" — N. 12, 1949, pág. 33/46.

- 3.) Quanto a algumas empresas para as quais só possuíamos dados relativos a 1948 ou 1949, aplicamos ao dado disponível a variação percentual sofrida pelo nível geral de salários na indústria carbonífera, nos anos de 1948 e 1949, mantendo fixo, entretanto, nos dois anos o número de empregados.
- 4.) Os dados referentes à despesa de pessoal do Departamento Autônomo de Carvão Mineral, do Rio Grande do Sul, para 1948 e 1949, são originários dos balanços do Governo do Estado. Faltaram-nos informações referentes ao ano de 1947.

b) *Outras:*

O montante de salários, referente à St. John del Rey Mining Co. Ltd., Cia Minas da Passagem, Cia Mineração Novalimense e Cia. Vale do Rio Doce foi estimada da maneira seguinte: Consideramos como salário médio para 1948, o salário médio dado pelo Censo de 1948, dos associados da Caixa de Aposentadoria e Pensões a que pertencem os empregados destas empresas. Para o cálculo do montante de salários correspondente a 1947 e 1949, fizemos tal salário médio variar na mesma proporção em que variou o salário médio de contribuição dos associados da Caixa, durante o período de tempo em estudo.

Nada sabemos quanto às demais empresas de mineração, como já assinalado, de um modo geral, às págs. 27, letra b.

§ 3

Os "Serviços Públicos em Geral" — Setor Privado — abrangem empresas concessionárias de serviços públicos, tais como energia elétrica, gás, água, esgoto, saneamento e outros.

Para estimar o montante de salários deste item procedemos da maneira seguinte:

- a) NÚMERO DE EMPREGADOS. Para 1949, foi-nos fornecido pelo Departamento Nacional de Previdência Social. Para os anos de 1947 e 1948, foi estimado do seguinte modo:

- 1.) Calculamos as percentagens representativas do número de empregados de cada empresa em relação ao total de associados da Caixa de Aposentadoria e Pensões a que estava filiada a empresa em 1949.
- 2.) Aplicamos essas percentagens representativas aos anos de 1947 e 1948. Tal procedimento significa que consideramos como constante, para os três anos, a relação entre o número de empregados da empresa e o número de associados da Caixa respectiva.

b) SALÁRIOS. Adotamos como salário médio para 1948:

- 1.) No caso da empresa concessionária de serviços públicos possuir serviços de carris urbanos, o salário médio do setor carris urbanos.
- 2.) Nos demais casos, o salário médio, segundo o Censo de 1948, da Caixa de Aposentadoria e Pensões, a que estava filiada a empresa.

Para estimar o montante de salários, correspondente a 1947 e 1949, fizemos variar o salário médio de 1948, de cada empresa, segundo a variação observada no salário médio de uma empresa filiada à mesma Caixa de Aposentadoria e Pensões, ou de uma empresa do mesmo tipo ou que se lhe assemelhasse, dentro da mesma região geográfica, cujo salário médio, para os três anos, fôsse conhecido. Em outros casos em que faltavam tais informações, ou em que as informações disponíveis contrariavam a tendência ascensional dos salários neste período, ou em que as variações observadas, de ano a ano, pareciam demasiado bruscas, tomamos por base a variação do salário médio de contribuição dos segurados da Caixa a que estivessem filiados os empregados de tal empresa. No caso da empresa manter serviço de carris urbanos, além de outros serviços públicos, o total de salários recebidos pelos empregados em carris urbanos (vide classe "Carris Urbanos") foi abatido do total de salários recebidos pelos empregados da empresa, calculado da maneira acima.

Quanto à The Ceara Tramway Light and Power Co. Ltd., tendo o tráfego de carris urbanos sido paralisado em abril de 1947 (vide Boletim Estatístico do I.B.G.E., ano VIII, n.º 30, abril-junho de 1950, pág. 95), o total de salários para os três anos não inclui a despesa feita, em 1947, com o pessoal de carris urbanos da empresa. Isto porque, dada a maneira de cálculo adotada para o número de empregados, o número de empregados em carris urbanos, em 1947 não está computado no total estimado para a empresa naquele ano.

**REMUNERAÇÃO DO TRABALHO NA INDÚSTRIA  
SETOR GOVERNAMENTAL. SALÁRIOS E ORDENADOS (\*)**  
Cr\$ 1 000,00

Quadro 4

ATIVIDADE	1947	1948	1949
Serviços Públicos em Geral (**)	91 254	146 816	162 703
Imprensa Nacional	21 553	33 696	45 676
Indústrias Fabris, Manufatureiras e Estabelecimentos e Serviços Diversos (***)	50 777	75 839	75 196
<b>Total</b>	<b>163 584</b>	<b>256 351</b>	<b>283 575</b>

(\*) O presente quadro foi elaborado com base em balanços e orçamentos dos Governos da União, dos Estados e Municípios.

(\*\*) Serviços de água, esgoto, saneamento e energia elétrica, mantidos por alguns Estados e por algumas Prefeituras Municipais.

(\*\*\*) Abrange indústrias fabris e manufatureiras, bem como Imprensas Oficiais dos Estados e serviços diversos.

**SECÇÃO IV**

**REMUNERAÇÃO DO TRABALHO DOS EMPREGADOS NO RAMO  
INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS**  
Cr\$ 1 000,00

Quadro 5

CLASSE DE ATIVIDADE	1947	1948	1949
Bancos	1 333 213	1 374 312	1 614.746
Capitalização e Seguros	206 397	235 942	266 175
<b>Total</b>	<b>1 539 610</b>	<b>1 610 254</b>	<b>1 880 92</b>

## § 1

Para a estimativa dos salários pagos pelos Bancos vide informações de págs. 26, item f).

## § 2

Os dados referentes a Seguros provêm de informações prestadas pela Divisão de Estatística e Mecanização do Instituto de Resseguros do Brasil.

## § 3

Para estimarmos o total de salários pago pelas companhias de capitalização, consideramos que a proporção entre os salários pagos e o total das Despesas Administrativas fôsse a mesma tanto na classe Seguros, como na classe Capitalização. Calculamos, assim, as percentagens representativas na classe Seguros e aplicamo-las ao montante das Despesas Administrativas na classe Capitalização, constante do Anuário Estatístico do Brasil — Ano XI, 1950, pág. 381. O processo adotado resultou na ligeira diminuição do montante de salários e ordenados que se verifica para 1949, diminuição que decorre de acentuada redução das Despesas Administrativas no conjunto das empresas desta classe.

## § 4

O item Bancos inclui os empregados do I.A.P. dos Bancários.

## SECÇÃO V

REMUNERAÇÃO DO TRABALHO NO RAMO TRANSPORTE E  
COMUNICAÇÕES

Cr\$ 1 000,00

Quadro 6

CLASSE DE ATIVIDADE	1947	1948	1949
<b>Empregados:</b>			
Aéreos e Telecomunicações (*).....	384 212	396 242	400 810
Carris Urbanos.....	270 810	300 432	434 781
Correios e Telégrafos.....	459 540	475 477	661 935
Ferrovários.....	2 537 626	2 439 546	3 144 655
Marítimos.....	769 459	813 693	832 192
Rodoviários e Estiva.....	2 163 314	2 592 285	3 014 577
Serviços Telefônicos.....	191 442	196 242	270 938
<b>Sub-total.....</b>	<b>6 776 403</b>	<b>7 213 917</b>	<b>8 759 888</b>
<b>Autônomos (**)......</b>	<b>767 850</b>	<b>960 880</b>	<b>1 028 164</b>
<b>Total.....</b>	<b>7 544 253</b>	<b>8 174 797</b>	<b>9 788 052</b>

(\*) Telecomunicações no setor privado unicamente, exceto telefone.

(\*\*) Compreende os chamados trabalhadores autônomos.

## § 1

O total de salários pago na classe Transportes Aéreos e Telecomunicações foi calculado com base nos salários de contribuição para a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Serviços Aéreos e Telecomunicações, incluindo, portanto, os ordenados do pessoal empregado na Caixa. Durante os anos de 1947 e 1948 a taxa de contribuição era de 5% sobre os salários até Cr\$ ..... 2 000,00 mensais, não importando, para efeito de contribuição, que o segurado ganhasse mais de Cr\$ 2 000,00 pois o limite era aquela quantia. Em 1949 houve um aumento de 5% para 7%, a partir de agosto, e ao mesmo tempo o limite de contribuição passou de 2 000 para 4 000 cruzeiros.

Partindo do que acima foi exposto, era-nos fácil calcular para 1947 e 1948 os totais dos salários de contribuição, pois conhecíamos o montante das contribuições, que, como dissemos, correspondiam a 5% dos salários, na base máxima de Cr\$ 2 000,00 mensais.

A apuração do censo realizado pela Caixa em dezembro de 1948 forneceu-nos elementos para estimar os salários dos segurados que ganhavam até Cr\$ 2 000,00 mensais e dos que ganhavam salários superiores àquela quantia.

Para o cálculo dos montantes globais de salários referentes aos anos de 1947 e 1948, utilizamos o procedimento descrito às págs. 25.

Relativamente ao ano de 1949, há a considerar, conforme já vimos, uma majoração na taxa de contribuições, que a partir de agosto passou a ser de 7% e, ao mesmo tempo, um deslocamento do limite de contribuição, o qual passou de Cr\$ 2 000,00 para Cr\$ 4 000,00 mensais.

Conhecíamos, através dos balanços, o montante das contribuições pagas no ano de 1949. Era necessário, entretanto, devido às modificações acima aludidas, fazer um ajustamento a fim de saber os "quanta" correspondentes às taxas de 5% e de 7%.

O censo das Caixas de Aposentadoria e Pensões, realizado em dezembro de 1948, nos possibilitou o conhecimento da frequência e do montante correspondente de salários abaixo de Cr\$ 2 000,00, entre Cr\$ 2 000,00 e Cr\$ 4 000,00 e acima de Cr\$ 4 000,00.

Admitindo-se a constância, para 1949, da distribuição de salários verificada em 1948, calculou-se qual seria, em 1949, a proporção entre os montantes das contribuições relativas aos primeiros sete meses e aos cinco meses restantes.

Chamou-se  $C_1$ , para esse fim, a massa de contribuições dos 7 primeiros meses, de  $C_2$  a dos 5 últimos meses e de  $C_T$  a massa total de contribuições.  $M_{2.000}$  será a massa de salários até Cr\$ 2 000,00;  $M_{4.000}$  massa de salários até Cr\$ 4 000,00;  $F_{2.000}$  número de indivíduos que ganham acima de Cr\$ 2 000,00;  $F_{4.000}$  número de indivíduos que ganham acima de Cr\$ 4 000,00 mensais.

Calculamos  $C_1$  e  $C_2$  da seguinte maneira:

$$C_1 = M_{2.000} \times 7 \times \frac{5}{100} + F_{2.000} \times 2.000 \times 7 \times \frac{5}{100}$$



$$C_2 = M_{4.000} \times 5 \times \frac{7}{100} + F_{4.000} \times 4.000 \times 5 \times \frac{7}{100}$$

$$C_T = C_1 + C_2$$

Distribuímos, finalmente, a massa de contribuições do ano de 1949 na mesma proporção verificada para  $C_1$  e  $C_2$ .

Para o cálculo do montante de salários pagos em 1949 utilizamos o seguinte processo:

- a) — *Período janeiro a julho*: procedimento semelhante ao que seguimos para a estimativa referente aos anos de 1947 e 1948.
- b) — *Período agosto a dezembro*: Igual procedimento citado no item anterior, considerando-se, entretanto, o novo limite máximo de contribuições (Cr\$ ..... 48 000,00 anuais) e a nova taxa de contribuição (7%).

## § 2

Os dados referentes a Carris Urbanos foram estimados do seguinte modo:

Os salários médios para esta classe, no ano de 1948, foram estimados calculando-se a média aritmética ponderada dos salários médios de motorneiro, condutor e fiscal de bonde, segundo o censo das Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Para calcular o montante de salários de 1947 e 1949 fizemos variar o salário médio de 1948, em cada empresa, em alguns casos, segundo a variação observada no salário médio de uma empresa filiada à mesma Caixa de Aposentadoria e Pensões, cujo salário médio fôsse conhecido para os três anos; em outros casos, em que faltava tal informação, ou em que as informações disponíveis contrariavam a tendência ascensional dos salários neste período, ou ainda em que as variações observadas de ano a ano pareciam demasiado bruscas, tomamos por base a variação do salário médio de contribuição dos segurados da Caixa a que se filiavam os empregados de tal empresa.

Esse processo só nos permitiu estimar, no entanto, o total de salários e o salário médio recebidos pelos empregados em carris urbanos nas cidades de Manaus, Fortaleza, Recife, Salvador, Niterói, Distrito Federal, São Paulo e Pôrto Alegre. O montante de salários recebidos por tais empregados representava cerca de 75% do total de salários pagos na classe Carris Urbanos. Calculamos, para os três anos em estudo, o nível médio de salários dêsses 75%. Observamos quais as variações percentuais sofridas por êsse nível médio de salários nos três anos. Consideramos que tais variações percentuais se verificaram para as demais empresas, de uma maneira uniforme, calculando assim o total de salários recebidos pelos empregados em carris urbanos das cidades restantes. O número de empregados nos foi dado pelo Anuário Estatístico do Brasil — I.B.G.E. — anos 1948, 1949 e 1950.

### § 3

Os dados referentes aos Correios e Telégrafos são originários de Balanços do Govêrno da República.

### § 4

Os dados totais relativos a Transporte Ferroviário foram obtidos adicionando-se, aos montantes de salários do pessoal das Estradas de Ferro, salários pagos no Sindicato Interestadual dos Ferroviários do Nordeste.

Quanto aos empregados das Estradas de Ferro, adotamos, na quase totalidade dos casos, o montante dos salários consignados nas estatísticas do Departamento Nacional de Estradas de Ferro (D.N.E.F.). Sempre que nos faltaram dados oficiais (D.N.E.F.), fizemos estimativas baseadas nos procedimentos que passamos a explicar:

#### a) *Estrada de Ferro Itabapoana:*

Para calcularmos o total de salários pago durante o ano de 1949 consideramos que as flutuações do salário médio nesta ferrovia deviam acompanhar, pro-

porcionalmente, entre 1948 e 1949, as flutuações verificadas na E. F. Itapemirim. Assim, o salário médio dessa ferrovia, para 1949, foi estimado com base:

- 1.) nas variações percentuais ocorridas no salário médio da E. F. Itapemirim, entre 1948 e 1949;
- 2.) no salário médio da própria E. F. Itabapoana para o ano de 1948. O número de empregados nos foi fornecido pelo D.N.E.F.

b) *Estrada de Ferro Bragantina:*

Os salários médios nesta ferrovia, para 1947 e 1948, foram calculados da maneira indicada no item anterior, tendo servido de base:

- 1.) as variações percentuais ocorridas na E. F. Santos-Jundiá;
- 2.) o salário médio da própria E. F. Bragantina em 1946. Quanto ao número de empregados, tomamos para 1947 os dados conhecidos para 1946.

c) *Estrada de Ferro Mate-Laranjeira:*

Os salários médios nesta ferrovia, para 1947 e 1948, foram estimados com base:

- 1.) nas variações percentuais ocorridas na E. F. Noroeste do Brasil;
- 2.) no salário médio da própria E. F. Mate-Laranjeira em 1949. O número de empregados foi considerado como fixo em 1949 (dado disponível).

d) *Estrada de Ferro Palmares-Osório:*

Os salários médios nesta ferrovia, para os três anos em consideração foram estimados com base:

- 1.) nas variações percentuais ocorridas no salário médio da E. F. Jacuí;
- 2.) no salário médio da própria E. F. Palmares-Osório em 1945. O número de empregados foi considerado como fixo em 1948 (dado disponível).

e) *Estrada de Ferro Tocantins*:

- 1.) Os salários médios nesta ferrovia foram calculados da maneira seguinte:
  - 1.1) para 1948, tomamos o salário médio de contribuição dos segurados da Caixa dos Servidores Públicos do Estado do Pará, segundo o censo das Caixas de 1948;
  - 1.2) consideramos que as flutuações dos salários médios desta ferrovia deviam acompanhar, proporcionalmente, as flutuações ocorridas nos salários médios da E. F. Bragança.
- 2.) O número de empregados foi estimado da maneira seguinte:
  - 2.1) para 1949 tomamos o dado oferecido pelo D.N.P.S.;
  - 2.2) consideramos que em 1948 o número de empregados desta ferrovia, percentualmente, devia ser o mesmo que em 1949, dentro da Caixa a que pertencem e aplicamos essa percentagem ao total da Caixa em 1948;
  - 2.3) consideramos que o número de empregados não houvesse variado entre 1947 e 1948.

No caso dos empregados do Sindicato Interestadual dos Ferroviários do Nordeste, consideramos, para 1948, o salário médio dos contribuintes da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Great Western, e fizemos esta média variar em 1947 e 1949 segundo a variação do salário médio dos empregados da The Great Western Railway Company.

§ 5

O montante de salários pago na classe Transportes Marítimos, foi calculado da seguinte maneira:

- a) Ao total dos salários de contribuição dos associados do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (dados fornecidos pelos balanços desta instituição) aplicamos a relação entre "salários efetivamente pagos" e "salários de contribuição", observada nos re-

sultados totais das Caixas de Aposentadoria e Pensões. Este procedimento nos pareceu adequado, uma vez que o Censo de 1948 só nos forneceu, relativamente aos marítimos, os salários de contribuição. A escolha dos resultados das Caixas para base da estimativa decorreu do desejo de considerar, tanto quanto possível, o ocorrido em atividades afins. Na verdade, a maioria das Caixas de Aposentadoria e Pensões sob jurisdição do Governo Federal abrange empregados em empresas de transportes terrestres e aéreos. Verificamos, por outro lado, ausência de informações sobre salários superiores a Cr\$ 24 000,00 anuais relativos aos trabalhadores em transportes terrestres agrupados no I.A.P.E.T.C.

- b) Ao total assim calculado, adicionamos os salários pagos em Serviços de Navegação e Portos, mantidos por alguns Estados e Municípios (dados originários de balanços e orçamentos, estaduais e municipais). Relativamente ao pôrto de Recife repetimos em 1949 o dado de 1948, na falta do dado próprio do ano. Este item inclui os ordenados dos empregados no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos.

## § 6

Os dados relativos a Transporte Rodoviário e Estiva foram estimados com base no montante anual dos salários de contribuição dos associados do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, ao qual aplicamos a relação entre "salários efetivamente pagos" e "salários de contribuição", observada nos resultados totais das Caixas de Aposentadoria e Pensões, uma vez que o Censo de 1948, realizado pelo I.A.P.E.T.C. cobriu somente os salários de contribuição. Inclui, também, os ordenados dos empregados no citado Instituto.

## § 7

- a) O número de empregados em serviços telefônicos em cada Unidade da Federação, foi tirado do Anuário Estatístico do Brasil, anos 1948, 1949 e 1950.

Relativamente ao ano de 1949, entretanto, o Anuário de 1950 (1) apresenta uma modificação no quadro referente aos serviços telefônicos. Tal modificação consiste na omissão do número de empregados da Cia. Telefônica Brasileira, localizados especificamente nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, vindo, todavia, em nota de rodapé do quadro, englobadamente, o número total de empregados da referida Companhia naqueles três Estados.

Pretendendo, contudo — no interesse de um estudo mais completo — conhecer a distribuição por Estado no decurso do triênio, supusemos que não tivesse ocorrido variação no emprêgo, nas demais empresas, nos três Estados acima mencionados, e, pelo confronto dos dados de 1949 com os de 1948, correspondentes a tais Unidades da Federação, obtivemos uma diferença em cada Estado, que admitimos representar o número de empregados da Companhia omissa. Como, porém, a soma dessas diferenças resultasse num total ligeiramente superior ao total global fornecido no Anuário citado, fizemos, à guisa de ajustamento a êste total global, o cálculo das percentagens de cada diferença no total das diferenças e aplicamos tais percentagens ao total global fornecido pelo Anuário. Obtivemos, assim, a estimativa do número de empregados da Companhia Telefônica Brasileira em 1949, nos três Estados a que aludimos.

- b) Quanto aos salários, adotamos, em princípio, o critério da média ponderada, com base nos dados do Censo dos associados das Caixas de Aposentadoria e Pensões de 1948 (2). Êste critério foi plenamente aplicado para o Distrito Federal, onde os empregados em serviços telefônicos estão filiados a uma Caixa privada dêsse ramo de atividade. Nas demais Unidades da Federação, entretanto, os empregados nesse tipo de atividades são associados de Caixas que reúnem trabalhadores de outros setores da economia, de modo que não é possível distinguir, nos resultados tabulados do

---

(1) Ano XI, 1950, pág. 211.

(2) Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

referido Censo, quais os empregados de empresas telefônicas. Excetua-se, talvez, apenas a profissão de telefonista, a qual, embora possa ser exercida em qualquer ramo de atividade, parece indubitavelmente muito mais freqüente nas empresas telefônicas. Assim sendo, o número de telefonistas apresentado por qualquer Caixa pode ser considerado, em nosso entender, como representativo — pelo menos na sua maior parte — de empregados de empresas telefônicas. Calculamos, dêsse modo, o salário médio de telefonista, nas Unidades da Federação em que há empresas telefônicas.

Na impossibilidade, pois, de calcular a média ponderada para todos os casos, supusemos que as diferenças de salário verificadas entre as diversas categorias profissionais empregadas nos serviços telefônicos do Rio de Janeiro deveriam ocorrer, em proporção igual, nos serviços telefônicos do resto do país. Nesses termos, calculamos a diferença entre o salário médio de telefonista e o salário médio ponderado de todos os trabalhadores dêsse setor no Rio de Janeiro e aplicamos esta diferença ao salário médio de telefonista nos Estados e Territórios, com o que se pretende estimar o salário médio ponderado nessas Unidades. As flutuações dêsses salários médios foram consideradas iguais às flutuações ocorridas no salário médio de contribuição dos associados da Caixa respectiva, durante o período de tempo em estudo. Fizemos, entretanto, os salários médios dos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal, S. Paulo, Mato Grosso e Goiás, flutuar nas mesmas proporções em que flutuou o salário médio da Cia. Telefônica Brasileira.

Este procedimento nos parece justificável uma vez que a Cia. Telefônica Brasileira é a única empresa no gênero no Distrito Federal; é a empresa preponderante, no gênero, nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro; e porque não

dispuséssemos de outro critério melhor para aplicação aos Estados de Mato Grosso e Goiás.

O salário médio pago pela Cia. Telefônica Brasileira em 1948 foi estimado como sendo o salário médio ponderado dos associados da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Serviços Telefônicos do Distrito Federal, segundo o Censo de 1948. Fizemos tal salário médio variar nos anos de 1947 e 1949 na mesma proporção em que variou o salário médio de contribuição dos associados da referida Caixa de Aposentadoria e Pensões.

## SECÇÃO VI

### HONORÁRIOS DAS PROFISSÕES LIBERAIS

Quadro 7

A N O	Renda média Cr\$	Número de Indivíduos	Renda Total Cr\$ 1 000,00
1947.....	87 100	42 600	3 710 460
1948.....	88 400	43 700	3 863 080
1949.....	88 800	44 800	3 978 240

A renda de muitos indivíduos que exercem profissão liberal é derivada, parcialmente, de seus salários como funcionários públicos, autárquicos ou privados, e, em parte, da prática particular das respectivas profissões. Só tivemos em vista, aqui, a remuneração derivada do livre exercício da profissão, uma vez que os salários e ordenados já foram computados em outros ramos.

O nosso cálculo divide-se em duas partes: — estimativa do número e estimativa da renda. As principais fontes utilizadas foram as análises do censo demográfico de 1940 e relatórios e dados da Divisão do Imposto de Renda.

## § 1

### *Estimativa do número de indivíduos*

Como ainda não são conhecidos os dados do Censo de 1950, utilizamos os resultados do Recenseamento de 1940, ajustados se-



gundo as taxas de crescimento verificadas para a população total (1).

a) O quadro das profissões liberais em 1940 apresentava algarismos constantes do quadro 8.

Com o objetivo de identificar perfeitamente a classe dos profissionais liberais no amplo ramo em que aparecem nos resultados do Recenseamento de 1940, tentamos isolar os indivíduos ocupados em atividades auxiliares dos profissionais liberais e as pessoas da família que colaboram com os referidos profissionais sem perceber uma remuneração direta.

Verificamos, preliminarmente, que os profissionais liberais e respectivas atividades auxiliares representavam 52,2% do ramo denominado "culto, profissões liberais, ensino particular e administração privada", do quadro geral da distribuição da população ativa (mais de 10 anos) em 1940. Desejando examinar, porém, a composição de cada classe construtiva deste ramo, fomos a tanto obstados pela ausência de levantamentos mais completos, referentes a cada classe. Para o total dos indivíduos pertencentes ao ramo, o Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento nos oferece, todavia, uma distribuição segundo a posição ocupada na empresa (2). Supusemos, então, na falta de melhores informações, que o número de indivíduos ocupados nas atividades auxiliares das profissões liberais deveria representar, em relação ao total de "empregados" e "membros da família" do ramo, uma percentagem igual à que tem a própria classe "profissões liberais e atividades auxiliares" no conjunto do item, ou sejam 52,2%. Obtivemos, desse modo, uma estimativa de 25 781 auxiliares de profissionais liberais no total de 49 388 "empregados" e "membros da família" do ramo.

Estimamos, em consequência, que em 1940 os profissionais liberais somavam 36 129 indivíduos, num total de 61 910 indivíduos da classe "profissões liberais e atividades auxiliares".

b) Estimativa do número de profissionais liberais em 1947, 1948 e 1949.

---

(1) "Nos oito anos decorridos depois do censo de 1940, a distribuição proporcional das atividades na população do Brasil não se modificou radicalmente". "... os traços gerais do quadro de distribuição das atividades econômicas do Brasil de 1948 são ainda os de 1940" (Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento — Análise n. 390. 1948).

(2) Análise n. 376. Posições ocupadas na empresa: "empregador", "empregado", "autônomos", "membro da família" e "posição ignorada".

Supusemos que a população cresceu, durante o período compreendido entre 1940 e 1950 (1.º de setembro) segundo uma progressão geométrica (1).

Admitimos, outrossim, que a proporção, observada em 1940, entre a população e o número de profissionais liberais se tenha mantido constante até 1949 (Quadro 9).

## § 2

### *Estimativa dos honorários*

A estatística do Imposto de Renda não informa sobre o número de contribuintes por ramo de atividade ou por cédula, no período considerado. Tivemos, por isso, de partir de uma apuração especial do I.B.G.E. referente aos rendimentos de 1945 — única que distinguiu os contribuintes de profissão liberal. Supomos que o rendimento médio (2) destes e o do total de contribuintes mantêm entre si uma relação constante, pelo menos nos anos imediatamente posteriores. Calculada, por conseguinte, esta relação para os rendimentos de 1945, aplicamo-la aos rendimentos de 1947 e 1948.

Tal processo de cálculo se justifica, uma vez que a inexistência de informações adequadas tornou impossível o confronto — que seria de desejar — entre a distribuição do total de contribuintes e a dos profissionais liberais, por classe de renda bruta.

Em 1949, entretanto, a renda bruta média do total de contribuintes é inferior a dos dois anos anteriores. Esta diminuição é conseqüente a um aumento do número de contribuintes de renda superior a Cr \$120 000,00 anuais, em proporção maior que a do crescimento das rendas desse mesmo grupo de contribuintes (3).

Observou-se, entretanto, que 88,5% dos contribuintes de profissão liberal no exercício de 1946 (rendimentos de 1945) estavam justamente concentrados nas classes de renda compreendidas entre 24 e 120 mil cruzeiros. Dêsse modo, concluímos:

a) que foram alteradas em 1949 as condições de comparabilidade estabelecidas nos dois anos anteriores;

b) que, no ano de 1949, as causas determinantes da diminuição da renda bruta média do total de contribuintes não afetaram

(1) GIORGIO MORTARA, Estudos Demográficos n.º 6; Laboratório de Estatística — I.B.G.E. — 15-7-1951.

(2) Vide nota no rodapé da pág. 49.

(3) Vide quadro da pág. 52.

a renda bruta média dos profissionais liberais, que decorre, na sua maior parte, como assinalamos, de rendimentos inferiores a Cr\$ 120 000,00 anuais.

Assim sendo, utilizamos um procedimento diferente para a estimativa de 1949, o único, aliás, que nos ocorreu. Trata-se de estabelecer a relação entre a renda líquida média da totalidade dos contribuintes — dado conhecido por classe de renda — e a renda bruta média dos profissionais liberais (1). Bem sabemos da precariedade dêste critério, pois não podemos assegurar que haja necessariamente uma relação fixa entre a renda bruta e a renda líquida dos contribuintes do Imposto de Renda no decurso de anos sucessivos. Êste o motivo por que não estendemos tal critério aos anos anteriores.

Estabelecida, portanto, a taxa de crescimento, entre 1948 e 1949, da renda líquida média do total dos contribuintes compreendidos nas classes de renda líquida de 24 a 120 mil cruzeiros, aplicamos esta taxa à renda bruta média dos profissionais liberais em 1948 para obtenção da cifra que lhes corresponderia em 1949.

Os quadros de ns. 8 a 14 apresentam os números utilizados de acôrdo com êste procedimento.

#### PROFISSÕES LIBERAIS E ATIVIDADES AUXILIARES RECENSEAMENTO DE 1940

Quadro 8

CLASSE DE ATIVIDADE	Número de ocupados
Advocacia e atividades auxiliares.....	9 306
Engenharia, arquitetura, agronomia, química industrial e respectivas atividades auxiliares.....	4 189
Medicina, veterinária, odontologia, farmácia e respectivas atividades auxiliares.....	34 188
Ciências e atividades auxiliares.....	357
Artes e atividades auxiliares.....	3 995
Letras, jornalismo e atividades auxiliares.....	6 347
Economia, finanças e atividades auxiliares.....	3 528
<b>Total</b> .....	<b>61 910</b>

FONTE: Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento — Análise n.º 390 Bis.

(1) Na linguagem do imposto de renda "considera-se renda líquida a diferença entre a renda bruta e os abatimentos extracedulares". Por sua vez, a renda bruta é a soma dos "rendimentos líquidos", sendo estes iguais aos "rendimentos brutos", menos as respectivas deduções cedulares (Decreto n.º 24.239 de 22-12-1947).

**CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA APÓS 1940  
ESTIMATIVA DO NÚMERO DE PROFISSIONAIS LIBERAIS**

Quadro 9

A N O	População total 1 000 hab.	Profissionais Liberais
1940.....	41 253	36 129
1947.....	48 692	42 600
1948.....	49 859	43 700
1949.....	51 053	44 800

**RENDIMENTOS DE 1945 TAXADOS PELO IMPÔSTO DE RENDA**

Quadro 10

ESPECIFICAÇÃO	Renda bruta Cr\$ 1 000,00 (*)	Número de contribu- intes	Renda bruta média	
			Cr\$	%
Total de Contribuintes.....	12 264 270	118 342	103 634	100,0
Contribuintes de profissão li- beral (**). .....	866 744	9 746	88 933	85,8

(\*) "Considera-se renda bruta a soma dos rendimentos líquidos das cédulas."

"Constitui rendimento líquido, em cada cédula, a diferença entre o rendimento bruto e as deduções cedulares."

"Constituem rendimento bruto, em cada cédula, os ganhos derivados do capital, do trabalho ou da combinação de ambos, e demais proventos previstos neste regulamento."

Deduções cedulares — "Poderão ser deduzidas, em cada cédula, as despesas referidas neste capítulo necessárias à percepção dos rendimentos, inclusive os impostos específicos relativos ao exercício da profissão." (Decreto n.º 24.239, de 22-12-47).

(\*\*) Exclusivo Distrito Federal.

RENDIMENTOS DE 1947 E 1948 TAXADOS PELO IMPÔSTO DE RENDA  
Quadro 11

ESPECIFICAÇÃO	1 9 4 7			1 9 4 8		
	Renda bruta Cr\$ 1 000,00	Número de contribu- intes	Renda bruta média Cr\$	Renda bruta Cr\$ 1 000,00	Número de contribu- intes	Renda bruta média Cr\$
Total de contri- buintes .....	17 397 182	171 821	101 252	20 615 404	200 600	102 269
Contribuintes de profissão liberal...	—	—	87 100	—	—	88 400

RENDA LÍQUIDA MÉDIA DOS CONTRIBUINTES EM GERAL E RENDA  
BRUTA MÉDIA DAS PROFISSÕES LIBERAIS

Quadro 12

A N O	Renda líquida média (classes de Cr\$ 24 000,00 a Cr\$ 120 000,00) Cr\$	Renda bruta mé- dia dos profis- sionais liberais Cr\$
1 9 4 8	48 725	88 400
1 9 4 9	48 915	88 800
Taxa de Incremento.....	1,004	

NÚMERO DE CONTRIBUINTES DO IMPÓSTO DE RENDA NAS CLASSES DE RENDA LÍQUIDA ACIMA E ABAIXO DE  
Cr\$ 120 000,00 — 1947/1949

(VALORES EM Cr\$ 1 000,00)

Quadro 13

CLASSE DE RENDA (em Cr\$ 1 000,00)	1 9 4 7		1 9 4 8				1 9 4 9			
	Renda Líquida	N.º de con- tribuintes	Renda Líquida	N.º de con- tribuintes	Índices (1947 = 100)		Renda Líquida	N.º de con- tribuintes	Índices (1948 = 100)	
					Renda Líquida	Contri- buintes			Renda Líquida	Contri- buintes
Entre 24 e 120...	7 216 423	145 973	8 343 192	171 231	116	117	9 910 531	202 606	119	118
Acima de 120....	7 149 394	25 848	7 866 961	28 643	110	111	8 757 884	33 017	111	115
<b>Total .....</b>	<b>14 365 817</b>	<b>171 821</b>	<b>16 210 153</b>	<b>199 874</b>	<b>113</b>	<b>116</b>	<b>18 668 415</b>	<b>235 623</b>	<b>115</b>	<b>118</b>

Nota: Números absolutos oriundos da Divisão do Impôsto de Renda — Ministério da Fazenda.

RENDA LÍQUIDA MÉDIA DOS CONTRIBUINTE  
DO IMPÔSTO DE RENDA

EM CRUZ-DEITOS

Quadro 14

CLASSES DE RENDA	1947	1948	1949
Entre 24 000 a 120 000.....	49,4	48,7	48,9
Acima de 120 000.....	276,6	274,7	265,3
Todas as classes.....	83,6	81,1	79,2

SECÇÃO VII

REMUNERAÇÃO DO TRABALHO DOS EMPREGADOS EM  
SERVIÇOS

1947/1949 — Em Cr\$ 1 000,00

Quadro 15

FONTE DOS DADOS	1947	1948	1949
I. A. P. dos Comerciaários.....	1 203 682	1 420 446	1 657 910
Autônomos.....	4 762 797	5 494 275	6 514 323
Remuneração imputada aos membros das organizações religiosas.....	52 430	56 100	59 890
Total.....	6 018 909	6 970 821	8 232 123

A estimativa dos salários e ordenados ganhos em atividades catalogadas sob a denominação genérica de Serviços se divide em duas partes, a saber:

§ 1

Salários e ordenados pagos nos serviços de hotéis, restaurantes, edifícios de apartamento, estabelecimentos de diversões, turismo, "prestação de serviços", serviços de "atividades liberais" (inclusive serviço de estatística, contrôle, atuária e laboratórios de análise); serviços de estabelecimentos hospitalares, ambulatórios, fundações, instituições e associações de

caridade e asilos; serviços de instituições culturais, estabelecimentos de ensino e difusão cultural, empresas jornalísticas e radiodifusoras e de culto.

Os empregados nessas atividades são contribuintes do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes. A estimativa referente a este grupo de empregados foi feita com base no Censo de dezembro de 1948 e nas contribuições recolhidas ao mencionado I.A.P. dos Comerciantes.

## § 2

Salários e ordenados ganhos por trabalhadores "autônomos" e pelos que, respondendo aos questionários do Recenseamento de 1940, se atribuíram, nas empresas, a posição de "membros da família" ou que, relativamente ao tipo de remuneração, se declararam "indiretamente remunerados".

Acreditamos que, na sua grande maioria, os indivíduos classificados nesta alínea se dedicam a "serviços de confecção, conservação e conserto de artigos de uso pessoal". Esta hipótese nos é sugerida pelas diferenças bastante acentuadas que observamos entre os resultados do Censo Demográfico e do Censo de Serviços (feito através de empresas), ambos de 1940. Cumpre-nos assinalar, entretanto, que o ramo "Serviços Sociais" inclui, em princípio, segundo a análise n.º 376, do Censo Demográfico de 1940, do Gabinete Técnico do Serviço Nacional do Recenseamento — I.B.G.E. — as seguintes classes de atividade: serviços de hospedagem e alimentação, serviços de higiene pessoal, serviços de conservação e reparação da habitação; serviços de confecção, conservação e reparação de artigos de uso familiar, serviços de transporte manuais, etc.; espetáculos, diversões, radiodifusão; desportos, outros serviços sociais; abastecimentos e melhoramentos urbanos; assistência médico-sanitária, assistência, beneficência social, sindicatos profissionais, atividades sócio-culturais, etc.

Relativamente ao reajustamento do número dos autônomos para o triênio considerado vide págs. 91.

## § 3

Remuneração imputada aos membros das organizações religiosas. A estimativa da remuneração a ser imputada aos indi-



víduos que se dedicam exclusivamente às organizações religiosas, exige também a estimativa do seu número. Nenhuma informação tínhamos a êsse respeito para o triênio em consideração. Tomamos por base, então, o dado do censo demográfico de 1940, o qual foi ajustado para os anos do período considerado, segundo a taxa média de crescimento anual da população. Obtivemos, dêsse modo, os números constantes do quadro 16.

## SACERDOTES E MEMBROS DE ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS

Quadro 16

A N O	N Ú M E R O
1940	9 086
1947	10 700
1948	11 000
1949	11 300

A estimativa da remuneração a ser atribuída aos membros desta classe é muito precária. Na ausência de melhor indicação, consideramos um montante indispensável às despesas mínimas de manutenção de um indivíduo. Admitimos, nesse sentido, como base de cálculo, uma quantia equivalente ao salário mínimo legal. Recorremos, por conseguinte, ao salário mínimo nacional, conforme indicado no quadro 18.

Acreditamos que se, dêsse modo, não conseguimos uma estimativa muito boa, obtivemos, entretanto, um dado menos arbitrário do que qualquer outro baseado em impressões pessoais ou informações esparsas.

## SEÇÃO VIII

## ESTIMATIVA DOS SALÁRIOS E ORDENADOS DOS EMPREGADOS EM ATIVIDADES DOMÉSTICAS REMUNERADAS. IMPUTAÇÃO DE REMUNERAÇÃO ÀS PESSOAS OCUPADAS EM ATIVIDADES DOMÉSTICAS NÃO REMUNERADAS

Cr\$ 1 000,00

Quadro 17

A N O	ATIVIDADES DOMÉSTICAS	
	Remuneradas	Não Remuneradas
1947.....	3 222 240	53 792 690
1948.....	3 438 930	57 411 720
1949.....	3 662 300	61 142 390

## § 1

Embora no quadro geral da renda nacional só tenhamos incluído a estimativa de salários e ordenados relativos às atividades domésticas remuneradas, procedemos, no entanto, como se vê no quadro acima, à estimativa do valor atribuível às atividades domésticas não remuneradas. Não incluímos esta segunda parcela no quadro geral, com o propósito de acompanhar a prática prevaiente nas publicações oficiais do gênero. Julgamos oportuno, todavia, fazer uma indicação da importância de tal parcela neste país, a qual não deverá ser esquecida, no caso de comparações com outros países de estrutura econômica diferente.

## § 2

Não há levantamentos estatísticos referentes à remuneração dos domésticos. Utilizamos, por isso, como base da nossa estimativa, o salário mínimo legal (1), ajustado para 1947, 1948

(1) "Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte". "O salário mínimo será determinado pela fórmula  $S_m = a +$

e 1949, pelo índice do custo da vida, de "Conjuntura Econômica". Este salário mínimo representa u'a média nacional de salários mínimos estaduais, ponderada segundo a população de cada Unidade da Federação. Nas unidades em que prevalece mais de um tipo de salário mínimo, adotou-se, como representativa da Unidade, a média aritmética dos salários mínimos aí existentes. Obtivemos, dêsse modo, os resultados constantes do quadro 18.

## SALÁRIO MÍNIMO ANUAL AJUSTADO — EM CRUZEIROS

Quadro 18

A N O	Média Nacional
1947.....	4 900
1948.....	5 100
1949.....	5 300

## § 3

Não existem, outrossim, levantamentos estatísticos referentes ao número de indivíduos ocupados em atividades domésticas, quer sejam ou não remunerados. Conhecemos, entretanto, a composição dessas duas classes em 1940, através do resultado do Recenseamento feito naquele ano. Procedemos, então, a uma estimativa para o triênio considerado, com base nos dados do Censo Demográfico de 1940, aos quais aplicamos taxas de crescimento da população total. Supusemos, pois, mais uma vez, que se verificou a constância das relações quantitativas existentes, em 1940, entre os diversos ramos da população ativa. Alcançamos, dessa maneira, os resultados constantes do quadro 19.

+b+c+d+e, em que a, b, c, d e e representam, respectivamente, o valor das despesas diárias com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte necessários à vida de um trabalhador adulto (Art. 76 e 81. Decreto-lei n.º 5452 — 1-5-43).

INDIVÍDUOS OCUPADOS EM ATIVIDADES DOMÉSTICAS  
ESTIMATIVA PARA 1947/1949

Quadro 19

A N O	ATIVIDADES DOMÉSTICAS	
	Remuneradas	Não Remuneradas
1940.....	557 294	9 303 495
1947.....	657 600	10 978 100
1948.....	674 300	11 257 200
1949.....	691 000	11 536 300

## SECÇÃO IX

REMUNERAÇÃO DO TRABALHO DE EMPREGADORES E  
ASSEMBLHADOS

Quadro 20

A N O	Cr\$ 1 000,00
1947.....	4 981 674
1948.....	7 090 279
1949.....	9 994 513

Esta foi, sem dúvida, a parte mais difícil da nossa estimativa. A escassez de dados é, aqui, de tal ordem que pusemos de lado, desde o começo dos nossos trabalhos, qualquer pretensão a resultados satisfatórios. Fizemos, porém, todo o esforço que se nos afigurou necessário nesta penosa tentativa de aproximação da realidade.

## § 1

*Considerações gerais*

- a) Este item compreende empregadores e assemblhados, com remuneração de trabalho superior a Cr\$ .....

24 000,00 anuais (1), que não são associados das instituições de previdência social. E' o caso, por exemplo, de diretores de sociedades anônimas, de empregadores em outros tipos de empresa e assemelhados (trabalhadores por conta própria), cuja remuneração de trabalho ultrapassa o limite supramencionado. Não se incluem neste item, portanto, os trabalhadores ditos "Autônomos" com remuneração do trabalho até 24 000,00 anuais.

No estado atual das nossas estatísticas não é possível distribuir os indivíduos agrupados neste item pelos respectivos ramos de atividade.

Vimos, em páginas anteriores, que, relativamente aos indivíduos na situação de empregado, a estimativa do montante da remuneração de trabalho superior a Cr\$ 24 000,00 anuais poderia ser feita, em princípio, para a maioria dos ramos da atividade econômica exercida nas cidades e vilas, através da amostra do Censo dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões (dezembro de 1948) e também das estatísticas do Imposto de Renda. Essas duas fontes não se excluem; ao contrário, se completam. Assim é que o Censo de 1948 (dezembro), realizado pelas instituições de previdência social, nos dá salários e ordenados por grandes ramos de atividades econômicas, por assim dizer urbanos, ao passo que a Divisão do Imposto de Renda, do Ministério da Fazenda, informa o total dos rendimentos do trabalho taxados (cédulas C e D), sem distinguir profissões nem ramos de atividade. Há, outrossim, uma classe de empregadores cuja filiação às instituições de previdência social é facultativa, como já assinalamos, mas que se atribui, todavia, uma remuneração por seu trabalho individual na empresa, efetivada sob a forma de "retirada pro-labore", que é objeto de incidência do imposto através da cédula C.

---

(1) Este é, como se sabe, o limite a partir do qual é obrigatória a declaração de rendimentos para efeito do Imposto de Renda.

Tomando a massa de contribuintes dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, no setor privado, podemos dividi-la, em dois grupos:

- 1.) os que recebem menos de Cr\$ 24 000,00 por ano;
- 2.) os que recebem mais de Cr\$ 24 000,00 por ano, e que, por êsse motivo, estariam sujeitos à declaração de rendimentos para efeito do imposto de renda.

O imposto de renda incide, durante o período considerado, como é notório, sobre a renda líquida individual superior a Cr\$ 24 000,00 anuais. Dêsse modo, o grupo dos empregados que recebem mais de Cr\$ 24 000,00 por ano, como remuneração do trabalho, pode ser subdividido ainda em dois outros:

- 2.1) os que pagam imposto de renda;
- 2.2) os que são isentos, em virtude das deduções que a lei admite.

b) O montante das remunerações do trabalho taxadas através da cédula C deve corresponder, entretanto, às seguintes parcelas principais:

- 1.) vencimentos, ordenados, subsídios e quaisquer proventos ou vantagens pagos ao pessoal do Governo, alcançados pelo imposto.
- 2.) salários e ordenados e quaisquer proventos ou vantagens pagos aos associados das instituições de previdência social.
- 3.) remuneração do trabalho de empregadores que, não sendo segurados obrigatórios das instituições de previdência social, e não contribuindo, portanto, para tais instituições, se atribuem, entretanto, um ordenado como compensação ao esforço de trabalho próprio que despendem nas suas respectivas empresas. Essas remunerações são taxadas através da cédula C quando "representadas por importância mensal fixa e levadas a despesas gerais ou contas subsidiárias, na contabilidade da firma ou sociedade".

- 4.) remuneração de sócios de indústria e remuneração de “conselheiros fiscais, de administração e diretores de sociedades anônimas, civis ou de qualquer espécie (Artigo 5.º, § 1.º, incisos I e II, do Decreto n. 24.239, de 22-12-1947).
  - 5.) remuneração decorrente de atividades mencionadas nas diversas alíneas do parágrafo anterior que, eventualmente, não estejam compreendidas no âmbito das instituições de previdência social.
- c) A estimativa do montante da remuneração dos empregados que fizeram declaração de rendimentos para efeito do imposto de renda (alíneas *a* e *b* do n.º 2 acima) deve abranger, portanto, os que pagaram e os que foram isentos do imposto.
  - d) A estimativa da remuneração do trabalho do grupo que designamos “Empregadores e Assemelhados”, especificados nas alíneas *c*, *d* e *e*, do n.º 2 acima, comporta também uma avaliação do montante tributado e do montante que foi isento em virtude das deduções legais.

## § 2

### *Estimativa da remuneração taxada pelo imposto de renda*

- a) O cálculo se desdobrou nas seguintes etapas:
  - 1.) Determinação do rendimento bruto declarado na cédula *C*. Adição do rendimento líquido da cédula *D* (1).
  - 2.) Estimativa dos salários e ordenados dos funcionários do Governo Federal que pagaram imposto de renda e dos que foram isentos desse imposto. Quanto ao pessoal dos governos estaduais e municipais, fizemos, na falta de qualquer indicação a respeito, uma avaliação arbitrária das remunerações tributadas.

---

(1) As despesas indispensáveis à percepção dos rendimentos declarados na cédula *C* não foram deduzidos do total dos rendimentos brutos, em consequência da falta de informações necessárias à estimativa.

Relativamente ao total dos rendimentos taxados através da cédula *D*, já a Divisão do Imposto de Renda divulga os totais líquidos.

- 3.) Estimativa da remuneração dos que, no setor privado, são taxados, simultaneamente, pelas instituições de previdência social e pelo imposto de renda.
  - 4.) Deduzir do total dos rendimentos declarados nas cédulas *C* e *D*, calculado conforme o número 1, as parcelas obtidas em os números 2 e 3. O resultado será o total das cédulas *C* e *D* a computar em nossa estimativa de remuneração do trabalho no setor privado.
- b) Vejamos os cálculos elaborados em cada uma dessas etapas:
- 1.) Determinação do rendimento bruto da cédula *C*. Adição do rendimento líquido da cédula *D*.

Os valores da cédula *C* foram calculados com base na relação entre o rendimento líquido e o rendimento bruto verificada em 1949, para o Distrito Federal (diferença de 7,41%). Os valores correspondentes à cédula *D*, que correspondem aos rendimentos líquidos taxados nesta cédula, no conceito do imposto de renda, devem representar efetivamente os rendimentos ganhos pelos declarantes, para fins do cálculo da Renda Nacional.

Obtivemos, assim, os seguintes resultados para a soma do rendimento bruto da cédula *C* e do rendimento líquido da cédula *D*.

Quadro 21

A n o	Cr\$ 1 000,00
1947.....	9 648 322
1948.....	11 914 983
1949.....	14 725 811

Relativamente aos rendimentos taxados através da cédula *D*, cumpre observar que, apesar de termos feito uma estimativa independente para as Profissões Liberais, cujos rendimentos deveriam ser taxados através desta cédula, resolvemos incluir em nossa estimativa de Renda Nacional tanto os rendimentos colhidos através da referida cédula *D*, como também, em item próprio, os rendimentos obtidos em nossa estimativa para as Profissões Liberais. Há, então,



evidentemente, uma duplicação que se não pode evitar. Acreditamos, todavia, que esta duplicação é pequena uma vez que supomos — até que seja provado o contrário — seja mínima a participação das Profissões Liberais nos resultados apresentados pela cédula *D*. Na verdade, são também incluídas nesta cédula as remunerações correspondentes a:

- “emolumentos e custos de serventuários da justiça, como tabeliães, notários, oficiais públicos e outros, quando não forem remunerados exclusivamente pelos cofres públicos”;
- “corretagens e comissões de corretores, leiloeiros e despachantes, seus prepostos e adjuntos”;
- “proventos de profissões, ocupações e prestação de serviços não comerciais”;
- “ganhos da exploração de patentes de invenção, processos ou fórmulas de fabricação, quando o possuidor auferir lucros sem os explorar diretamente”;
- “lucros da exploração individual de contratos de empreitada unicamente de labor, qualquer que seja a natureza, quer se trate de trabalhos arquitetônicos, topográficos, terraplanagem, construções de alvenaria e outras congêneres, quer de serviços de utilidade pública, tanto de estudos como de construções”;
- “remuneração de agentes, representantes e outras pessoas que, tomando parte em atos de comércio, não os pratiquem, todavia, por conta própria”.

2.) Estimativa dos salários e ordenados superiores a Cr\$ ....  
24 000,00 anuais, pagos pelo Governo Federal. Incidência do imposto de renda.

2.1) O montante das despesas com o pessoal do Governo da União foi obtido, como veremos adiante, através dos Balanços divulgados pela Contadoria Geral da República. Relativamente ao pessoal com remuneração superior a Cr\$ 24 000,00 anuais, suscetível, portanto, de declaração de rendimentos para efeito do imposto de renda, obtivemos, ainda, no Departamento Administrativo do Serviço Público (D.A.S.P.) um levantamento da situação do pessoal civil, por padrões de vencimentos ou ordenados, divididos os servidores em

apenas dois grupos, quais sejam "Funcionários" e "Extranumerários mensalistas". Tal levantamento se refere, porém, somente a duas datas: 30-9-1945 e 31-1-1951, entre as quais ocorreram dois grandes reajustamentos de vencimentos e ordenados no serviço público federal (1).

Consultamos, outrossim, o texto do Decreto-lei número 8 512, de 21-12-1945 (2) que autorizou o aumento de vencimentos vigente a partir de janeiro de 1946 para todo o pessoal do Governo da União, e bem assim o texto da Mensagem presidencial n.º 1 216, de 20-5-1948 (3) à Câmara dos Deputados, que se transformou em lei através do Decreto n.º 488, de 15-11-1948 (4), o qual autorizou novo aumento de vencimentos para o pessoal pago pelos cofres da União. Examinamos, também, os recentes decretos referentes à revisão das Tabelas Únicas de Extranumerários do Serviço Público Federal. Nada sabemos, contudo, sobre a distribuição dos servidores dos Estados e Municípios segundo padrões de vencimentos ou ordenados.

Com base nesses elementos informativos procedemos à estimativa constante do quadro 22.

SERVIDORES DA UNIÃO COM VENCIMENTO OU ORDENADO  
SUPERIOR A CR\$ 24 000,00 POR ANO (\*)

Quadro 22

A N O	Número de Servidores	Total dos vencimentos — Cr\$ 1 000,00
1947.....	28 025	1 111 520
1948.....	(**) 37 834	2 052 270
1949.....	51 728	3 107 907

(\*) Supusemos um total de 130 730 servidores incluindo somente o pessoal civil efetivo e extranumerário mensalista, e os militares a partir do posto de 3.º sargento.

(\*\*) Média ponderada: Consideramos o mesmo número do ano anterior até julho. A partir de agosto tivemos de computar novos números decorrentes do aumento de vencimentos, adotando-se, por isso, numa média ponderada.

(1) Tomados conjuntamente esses dois grupos de funcionários, segundo o referido levantamento do D.A.S.P., verifica-se que apenas 5% desses funcionários ganhava Cr\$ 24 000,00 e mais por ano a 30-9-1945, enquanto que a 31-1-1951 tal proporção era já de 48%.

(2) Diário Oficial de 21-12-1945, suplemento.

(3) Diário do Congresso Nacional de 26-5-1948, pág. 3 640.

(4) Diário Oficial de 18-11-1948.

2.2) Feita essa estimativa preliminar, restar-nos-ia determinar, ainda, entre os servidores públicos federais que recebem vencimentos ou ordenados superiores a Cr\$ 24 000,00 por ano, quais os que pagaram e os que não pagaram imposto de renda. Procedemos, para tanto, à estimativa de um abatimento médio a ser aplicado a quantos, no serviço do governo, ganham mais de Cr\$ 24 000,00 anuais. Os rendimentos líquidos superiores a Cr\$ 24 000,00, após a dedução média admissível, seriam considerados como alcançados pelo imposto. A possibilidade de se determinar a posição relativa dos servidores públicos na amostra de contribuintes do imposto de renda em 1946 (rendas de 1945) (1), e de se considerar tal posição constante desde então até agora, pelo menos no que respeita ao total dos rendimentos brutos declarados, foi logo afastada, uma vez que a referida amostra exclui os contribuintes do Distrito Federal, onde há, como é sabido, grande número de pessoas remuneradas pelo Estado.

Conhecido, embora *grosso modo*, o número de pessoas a serviço do Governo Federal com vencimentos ou ordenados superiores a Cr\$ 24 000,00 anuais, e bem assim o montante destes vencimentos ou ordenados, cumpriria distinguir entre tais servidores, para efeito do cálculo previsto:

- o número de casados e viúvos com filhos menores ou outros dependentes;
- o número dos que, compreendidos no item anterior, foram taxados pelo imposto de renda;
- o número dos solteiros ou supostamente sem encargos de família.

Poríamos de lado, desde logo, como se vê, para simplificação dos cálculos, o caso de solteiros com dependentes admitidos para efeito de abatimentos na renda declarada.

Verificada, entretanto, a impossibilidade da estimativa através do número de indivíduos, quer se trate de servidores, quer se trate dos seus respectivos dependentes (2), resolvemos examinar

---

(1) Contribuintes do Imposto de Renda em 1946 (rendas de 1945). Levantamento detalhado feito em cooperação com o I.B.G.E.

(2) Para proceder à distribuição dos servidores segundo o estado civil teríamos de recorrer, na falta de outra possibilidade, às percentagens encontradas para a totalidade da população nacional em 1940. Nada nos autorizaria a admitir que a composição deste grupo de trabalhadores, por idade e estado civil, seja semelhante à que se obtém para o conjunto da população. Parece certo, aliás, que o funcionário público se inclui, de um modo geral, neste país, na chamada classe

a possibilidade da estimativa através dos dados de renda obtidos na referida amostra de contribuintes de 1946 (rendas de 1945).

Ao adotar esta nova orientação devemos assinalar, inicialmente, que a amostra de que nos ocupamos se refere a um ano em que a base do abatimento por cônjuge e por filho era diversa da que prevalece a partir do exercício de 1948 (rendas de 1947). Em 1945, a lei do imposto de renda permitia o abatimento, no rendimento do contribuinte, da importância de Cr\$ 8 000,00 por

média, tendo, por conseguinte, todos os hábitos e tôdas as dificuldades inerentes aos indivíduos que, nos dias atuais, se situam nessa posição social. Deve decorrer daí uma tendência ao retardamento do casamento nos homens e à constituição de prole pequena, em geral. No que respeita especificamente aos serviços do governo, as apurações conhecidas do Recenseamento Geral de 1940 apresentam um total de 310 726 pessoas ocupadas nos serviços da "administração pública, justiça e ensino público", distribuídas segundo o sexo e a idade. A distribuição dos servidores segundo o estado civil poderia ser feita, contudo, seja tomando as percentagens registradas para o conjunto da população, seja utilizando apenas as percentagens verificadas para certa parcela da população, a que estivesse compreendida, digamos, dentro dos limites de idade em que se supusesse classificada a totalidade ou a quase totalidade dos servidores sujeitos a declaração de rendimentos e dos que, nesse grupo, apresentem encargos de família. Observa-se, por exemplo, que 89% dos servidores estavam, então, classificados entre as idades de 20 a 59 anos, 5,9% nas idades inferiores a 20 anos e 4,7% nas idades superiores a 59 anos.

Nas idades compreendidas entre 20 e 59 anos encontraríamos, para o conjunto da população, em números redondos, 63% de casados, 6% de viúvos e 31% de solteiros (desprezados os "separados, desquitados ou divorciados", que constituíam, então, uma fração insignificante da população). Nas idades compreendidas entre 30 e 49 anos havia, aliás, 74% de casados.

A dificuldade insuperável atualmente consiste, porém, em que, podendo estimar o número de servidores que têm remuneração superior a Cr\$ 24 000,00 por ano e o montante das remunerações que lhes cabem, não podemos classificá-los, entretanto, simultaneamente, por padrões de vencimentos ou ordenados e estado civil. Por outro lado, se o cálculo do número de filhos menores é viável para a totalidade dos servidores, através do montante global da despesa do governo com o salário-família (que é pago à razão de Cr\$ 50,00 por filho), subsistiria a dificuldade essencial de estimar o número desses filhos que cabe aos servidores com remuneração superior a Cr\$ 24 000,00 anuais. E para efeito da estimativa das deduções face ao Imposto de Renda parece-nos excessivamente arbitrário — se é que se pode falar de gradações no domínio do arbitrário — adotar-se u'a média de filhos por servidor considerada a totalidade dos servidores. A média, neste caso, não seria apenas o significado de uma coisa irreal, mas, sobretudo, criaria tais condições que a estimativa perderia inteiramente a nossa confiança. Sabemos que entre os servidores casados há os que têm filhos e os que não os têm. Os casados com filhos se dividem ainda segundo o número de filhos. A média, suponhamos, de 1 ou 2 filhos por servidor casado, em geral, viria aumentar o montante das deduções de uma parte, talvez apreciável, dos que, de outra maneira, deveriam estar incluídos entre os contribuintes do imposto. Imaginemos, para exemplificar, o caso de cinco servidores casados, três dos quais não tivessem filhos, um tivesse dois e o outro três filhos. Teríamos, então, em conjunto, cinco servidores casados e cinco filhos. A média seria de um filho por servidor. Se os três servidores sem filhos estivessem, porém, na realidade, com uma renda líquida, suponhamos, de Cr\$ 29 000,00, a imposição de um filho levá-los-ia à isenção fiscal. A adoção

cônjuge e Cr\$ 4 000,00 por filho. Essas quantias foram elevadas, em fins de 1947, para respectivamente Cr\$ 12 000,00 e Cr\$ 6 000,00.

Como quer que seja, as deduções aceitas pela Divisão do Imposto de Renda em 1946 (rendas de 1945) resultam num abatimento total médio de Cr\$ 20 850,00 por servidor, segundo a amostra em referência. Este abatimento total médio se compõe

da média falsearia, por conseguinte, o resultado da estimativa do número de servidores suscetíveis de pagar o imposto.

Na amostragem feita, em colaboração com o I B G E, entre os contribuintes do Imposto de Renda em 1946 (rendas de 1945) — excluídos lamentavelmente, como já salientamos, os contribuintes do Distrito Federal — verifica-se que de 77 795 contribuintes da amostra 5 901 eram servidores públicos (o número total de contribuintes no país foi de 118 342).

Não conhecemos o conceito de servidor público adotado nesse levantamento, mas considerando que o número dado representa apenas 2,94% do número de servidores públicos, "em sentido restrito", abrangidos pelo Recenseamento Geral da população em 1940, vamos considerá-lo como constituído exclusivamente de pessoal pago diretamente pelos cofres da União, dos Estados e Municípios.

Observa-se ainda que a média de dependentes por servidor público taxado oscilou, nessa amostra, entre 1,05 na classe de renda líquida mais baixa (24 a 30 mil cruzeiros) e 2,4 na penúltima classe (150 a 200 mil cruzeiros), alcançando, enfim, a média de 1,33 por servidor (os servidores públicos incluídos na amostra tinham um total de 7 873 dependentes).

Tal amostra não possibilita, todavia, o conhecimento direto do montante dos abatimentos por encargos de família, nem permite, tampouco, distinguir a qualidade dos dependentes, do que resulta impossível estimar o número de cônjuges e o de filhos (ou dependentes que se assemelham a filho, para efeito das respectivas deduções) na massa de funcionários incluídos na amostra.

Conhecemos o número de filhos encontrados entre os dependentes na totalidade da amostra. Vacilamos, entretanto, em considerar esse resultado total como suscetível de representar a situação do grupo particular dos servidores públicos, não somente dadas as características próprias desse grupo, senão também porque tal grupo representa apenas 7,59% dos indivíduos da amostra. Desta forma, acreditamos que os dados globais da amostra sejam fortemente influenciados pelas características dos restantes 92% de indivíduos que a compõem. Na verdade, o número médio de dependentes por contribuinte é variável, embora em pequena proporção, nos diversos grupos, havendo sido de 2 na Agricultura, 1,7 no Comércio, 1,6 na Indústria, 1,4 nos Bancos e Profissões Liberais, 1,3 no Serviço Público e 1,1 em "Outras" atividades.

Seria difícil, portanto, senão impossível, em face da ausência de informações idôneas, calcular com exatidão o número de cônjuges e de filhos dependentes de servidores públicos com vencimentos ou ordenados superiores a Cr\$ 24 000,00 no triênio 1947/1949. Há dificuldades até mesmo em estimar o número total de servidores públicos, uma vez que os levantamentos existentes se ocupam dos cargos previstos e não dos cargos efetivamente ocupados. Daí a grande diferença entre a despesa prevista nos levantamentos que consultamos e a despesa efetivamente feita, pelo menos no que se refere ao governo federal.

Para efeito de estimativa dos encargos de família, seria necessário considerar também os casos — que parece vão aumentando de número a cada ano — em que os dois cônjuges são servidores públicos, nos quais apenas o cabeça do casal teria direito ao abatimento por cônjuge, ficando o outro cônjuge sujeito à taxaço.

de uma parcela de Cr\$ 6 994,00 correspondente aos abatimentos cedulares e de outra de Cr\$ 13 856,00 correspondente aos demais abatimentos, os quais incluem os encargos de família, ou seja, deduções à conta de dependentes, e outros. Sabe-se, pois, aceitando-se como boa a amostra em foco, que os servidores públicos alcançados pelo imposto de renda em 1945 tiveram, em média, uma abatemento total de Cr\$ 20 850,00. Trata-se, dêsse modo, de servidores com remuneração média superior a Cr\$ 44 850,00 por ano.

A variação — ocorrida em fins de 1947 — das quantias que se deduzem da renda do contribuinte pela dependência de cônjuge e filho deve ter alterado, porém, o montante daquele abatimento médio precisamente na parte que se refere a dependentes. Para estimar os efeitos dessa variação precisaríamos determinar, entretanto, a parcela que corresponderia aos abatimentos por dependente na amostra de 1945.

Com êsse propósito, utilizamos, então, na ausência de melhores dados, as percentagens registradas para a totalidade dos indivíduos da amostra (77 795 pessoas) entre casados com filhos, casados sem filhos, solteiros e viúvos. Consideramos, pois, que os servidores públicos constantes da amostra se distribuíam de forma semelhante ao conjunto da amostra, quanto ao estado civil e à divisão de casados em “casados com filhos” e “sem filhos”. Obtivemos, assim, um total de 4 426 casados, dos quais 3 364 “com filhos”. Supondo que cada servidor casado tinha um cônjuge dependente, na linguagem do imposto de renda, teríamos aí, então, 4 426 dependentes do tipo cônjuge. Os restantes 3 447 dependentes dariam, em média, um filho para cada servidor do grupo “casados com filhos”, restando ainda 83 dependentes do tipo filho que deverão ser distribuídos entre os “casados com filhos” ou possivelmente entre os viúvos. E’ provável que haja casais com mais de um filho. Aqui estamos, por conseguinte, em pleno domínio do arbitrário. Assim é que, observando a média de dependentes por servidor (1,33) e a média estimada de filhos por servidor casado com filho (1,02) resolvemos considerar cada casal com apenas um filho, em média, e distribuir os 83 dependentes restantes entre 83 servidores presumivelmente viúvos (do grupo “solteiros e viúvos”), conservando-se, dêsse modo, a média de um filho por “servidor com filhos”.

Obtivemos, então, o quadro 23.

AMOSTRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS CONTRIBUINTE DO IM-  
PÔSTO DE RENDA — ESTIMATIVA DO ABATIMENTO MÉDIO  
POR DEPENDENTE — RENDAS DE 1945

Quadro 23

ESPECIFICAÇÃO	Número de Servidores	Abatimento médio - Cr\$
Casados com filho.....	3 364	12 000
Casados sem filho.....	1 062	8 000
Viúvos com filho.....	83	4 000

Podemos calcular agora u'a média ponderada dos encargos por dependentes.

Atendendo, porém, à necessidade de aplicação desses resultados aos dados que dispomos para 1947-48-49, calculamos a média ponderada, não apenas para os 4 509 servidores com dependentes, mas para o conjunto dos 5 901 servidores da amostra. Apuramos, dêsse modo, u'a média de Cr\$ 8 303,00 de abatimentos por encargos de família para os servidores da amostra. Teríamos, então, o abatimento total médio de Cr\$ 20 850,00 constituído da maneira indicada no quadro 24.

Quadro 24

ESPECIFICAÇÃO	Cr\$
Abatimento médio por dependente.....	8 303,00
Abatimento médio cedular.....	6 994,00
Média dos outros abatimentos.....	5 553,00
<b>Abatimento total médio.....</b>	<b>20 850,00</b>

O uso da média aritmética para a estimativa do “abatimento médio cedular” e da “média dos outros abatimentos” resultou, como se vê, em Algarismos que nos parecem por demais elevados. Isto porque a preocupação fundamental aqui é a estimativa de um nível de remuneração acima do qual começa verdadeiramente a incidência do imposto de renda. U'a média dêsse tipo pode es-

tar situada muito acima do ponto em que, de um modo geral, o indivíduo de rendas relativamente baixas começa a pagar o imposto.

A adoção de u'a média, qualquer que seja, para estimativas de tal natureza apresenta inconvenientes inevitáveis, como os que assinalamos na nota de rodapé (2) às págs. 65. E' sempre possível, portanto, após a escolha da média, apontar-se muitos casos de indivíduos com rendimentos superiores a esta média e que foram isentos do imposto e, bem assim, de indivíduos com rendimentos inferiores à média e que pagaram o imposto (caso comum de solteiros ou de viúvos sem dependentes). Na ausência, entretanto, de levantamentos diretos de todos os casos, não há como fugir à estimativa através de médias, se se deseja realmente fazer alguma coisa.

2.21) A estimativa dos abatimentos médios no triênio considerado foi feita, então, nas seguintes bases:

2.211) abatimento médio por dependentes:

Considerando que o abatimento médio por encargo de família deve ter crescido a partir de 1947, em consequência da mudança do montante da dedução permitida por dependente, supusemos que tivesse permanecido constante a composição por estado civil e por encargos de família observada na amostra de 1945, a que nos referimos linhas atrás. Atribuímos, pois, aos 5 901 servidores públicos dessa amostra os encargos de família calculados segundo a nova base de deduções, de modo a estimar o abatimento médio que deveria ocorrer agora que a lei admite a dedução de Cr\$ 12 000,00 por cônjuge e Cr\$... 6 000,00 por filho.

De acôrdo com êste procedimento, estimamos em Cr\$ .... 12 533,00 o abatimento médio por dependente, no período 1947-1949, considerado o total de servidores taxados.

2.212) abatimento médio cedular:

No que se refere ao abatimento médio cedular estaríamos interessados, na verdade, nas deduções feitas na cédula C. Deixamos de lado, por impossibilidade de estimativa, os casos de contribuintes na cédula C que, mesmo com ordenados ou



salários relativamente pequenos, são também contribuintes através de outras cédulas (1).

Na amostra das rendas de 1945, tributadas pelo imposto de renda, verifica-se que as deduções permitidas na cédula C, para a totalidade dos contribuintes, representavam 4,75% do total dos rendimentos brutos declarados nessa cédula. Os dados de 1949 que nos foram cedidos pela Divisão do Imposto de Renda — infelizmente somente disponíveis para o Distrito Federal — dão-nos, porém, uma percentagem de 6,90%, a qual pode ser explicada, em parte, pela elevação geral das taxas de contribuição para as instituições de previdência social — objeto de dedução na cédula — e pela existência provável de maior número de contribuintes do tipo servidor público, e cujas contribuições, para as instituições de previdência social incidem, como é sabido, ao contrário do que ocorre com os trabalhadores do setor privado, sobre a totalidade da remuneração recebida.

A percentagem representativa das deduções na cédula C talvez não seja a mesma para o resto do país. Acreditamos, todavia, que não seja maior.

Na ausência de melhores informações, arredondamos para 7% a percentagem encontrada para o Distrito Federal e utilizamo-la, assim, para todo o país. Obtivemos, desse modo, uma dedução média de Cr\$ 2 931,00 em 1949. Trata-se, como se vê, de um montante inferior à média de Cr\$ 6 994,00, que abandonamos e que corresponde, como vimos, à média das deduções em todas as cédulas na amostra de 1945.

## 2.213) média dos outros abatimentos:

Temos a impressão de que, em geral, os contribuintes do imposto de renda, cujos rendimentos se classificam nos níveis mais baixos devem ter abatimentos (exceto os que se referem a encargos de família) proporcionalmente baixos. Supusemos, por conseguinte, uma proporcionalidade entre o nível do rendimento e o montante dos chamados "outros abatimentos". A dificuldade da estimativa decorre da inexistência de estatísticas que apresentem a distribuição dos contribuintes do im-

---

(1) Vale asinalar, outrossim, que também não levamos em consideração os casos de indivíduos com ocupações suplementares.

pôsto de renda por classe de rendimento bruto. A distribuição, comumente feita, segundo a renda líquida por classe de renda, desacompanhada dos encargos verificados em cada classe de renda, impossibilita uma visão segura da provável distribuição por classe de rendimento bruto.

Conhecido, porém, o montante total dos abatimentos à conta de encargos de família e outros, subtraímos, dêsse montante, a parcela correspondente aos encargos de família — à base da média de Cr\$ 12 533,00 da nossa estimativa — com o que isolamos a parcela correspondente ao total dos “outros abatimentos”. Com o propósito de distribuir esta parcela proporcionalmente à renda de cada contribuinte, admitimos que tal parcela se distribui entre os indivíduos de cada classe de renda na proporção da renda bruta dêsses indivíduos para a renda bruta total.

Estimado, desta maneira, o total dos “outros abatimentos” dos contribuintes da primeira classe de renda líquida, calculamos, em seguida, o abatimento médio da classe. Obtivemos, assim, a quantia média de Cr\$ 2 394,00 como representativa dos “outros abatimentos”. Supusemos, por conseguinte, na falta de melhores informações, que os contribuintes classificados na primeira classe de renda líquida representavam, pelo menos *grossa modo*, os contribuintes de rendimentos brutos mais baixos.

O abatimento médio total utilizado pela E.E.R.N. se compõe, portanto, das parcelas indicadas no quadro 25.

Quadro 25

ESPECIFICAÇÃO	Cr\$
Abatimento médio por dependente.....	12 553,00
Abatimento médio cedular.....	2 931,00
Outros abatimentos.....	2 394,00
<b>Abatimento médio total.....</b>	<b>17 878,00</b>

O imposto teria incidido, pois, de um modo geral, sôbre os servidores com rendimentos superiores a Cr\$ 41 878,00 anuais,

número que pode ser arredondado, para efeito de estimativa, para Cr\$ 42 000,00.

Aceitando, na falta de melhor indicação, os algarismos resultantes dêste cálculo, a estimativa do número de indivíduos e do montante dos respectivos salários ou ordenados atingidos, no serviço público federal, pelo impôsto de renda, apresenta os resultados indicados no quadro 26.

ESTIMATIVA DOS SERVIDORES DO GOVÊRNO FEDERAL (\*) CONTRIBUINTES DO IMPÔSTO DE RENDA

Quadro 26

A n o	Número de servidores	Cr\$ 1 000,00
1947.....	9 432	524 897
1948.....	17 914	1 004 942
1949.....	25 962	1 574 897

(\*) Cíveis e Militares.

Resta-nos, ainda, fazer uma estimativa semelhante para os indivíduos pagos pelos governos dos Estados e Municípios. Aqui se observa completa ausência de dados para qualquer estimativa. E' bem sabido que o Estado de São Paulo e a Prefeitura Municipal do Distrito Federal adotam padrões de ordenados e salários equivalentes — em alguns casos até mesmo superiores — aos do Govêrno Federal e que o govêrno dessas duas unidades da federação mantém um grande número de empregados.

Relativamente aos demais Estados e Municípios, quer parecer-nos que o nível das remunerações é inferior, excetuando-se, talvez, a Prefeitura da capital do Estado de São Paulo. Não dispusemos, entretanto, de informações suficientes para a estimativa. Quando do Recenseamento de 1940, o número de empregados do Govêrno do Estado de São Paulo e da Prefeitura do Distrito Federal representava 55% do número de empregados do Govêrno da União. Não podemos imaginar qual será atualmente esta percentagem, especialmente se considerarmos também as pessoas pertencentes às forças armadas.

Nestas condições, resolvemos supor que a contribuição dos empregados dos governos estaduais e municipais para o impôsto

de renda seja 40% da dos empregados do Govêrno da União. Nessa base alcançamos os resultados totais indicados no quadro 27.

SERVIDORES PÚBLICOS (\*) CONTRIBUINTES DO IMPÔSTO DE RENDA  
Quadro 27

A n o	Número de Servidores	Cr\$ 1 000,00
1947.....	13 205	734 856
1948.....	25 079	1 406 919
1949.....	36 347	2 204 856

\*) Cíveis e Militares.

- 3.) Estimativa da remuneração dos que são taxados simultaneamente pelas instituições de previdência social e pelo impôsto de renda.

3.1) As estatísticas do impôsto de renda nos informam o montante das remunerações do trabalho sôbre o qual incidiu a taxação. Nada nos dizem sôbre as remunerações que se tornaram isentas de acôrdo com a lei. As estatísticas da previdência social (Censo de 1948), por outro lado, nos informam, apenas, o montante das remunerações superiores a Cr\$ 24 000,00 anuais, indistintamente, de empregados e de alguns pequenos empregadores que se lhes assemelham. Trata-se, então, de determinar qual a parcela de salários e ordenados alcançados simultaneamente pelas instituições de previdência social e pelo impôsto de renda, fazendo-se a estimativa de modo a evitar duplicações.

Não há informações sôbre o número de contribuintes por cédula, para todo o Brasil. A Divisão do Impôsto de Renda apurou, entretanto, o número de declarações feitas em cada cédula no ano de 1950 (rendas de 1949) no Distrito Federal, apuração que tentaremos utilizar para a estimativa em referência.

Partimos da suposição de que a grande massa dos contribuintes do impôsto de renda taxada através da cédula C e que é, concomitantemente, contribuinte das instituições de previdência social se inclui, com maior probabilidade nas três ou quatro primeiras classes de renda, provavelmente nas três primeiras, com maior segurança. A média mensal dos rendimentos brutos declarados através da cédula C no Distrito Federal (divisão do mon-

tante dos rendimentos pelo número de contribuintes) foi, em números redondos, de Cr\$ 3 000,00 (1), Cr\$ 4 600,00, Cr\$ 6 800,00 e Cr\$ 8 600,00, respectivamente, nas quatro primeiras classes de renda, rendimentos médios que podem ser atribuídos aos variados tipos de trabalho do empregado. A aplicação, aos resultados totais do Brasil, das percentagens calculadas para o Distrito Federal, foi encorajada por duas ordens de considerações, quais sejam:

3.11) ausência de melhores informações para o triênio considerado. A única informação conhecida para anos anteriores é constituída pela amostra feita nas rendas de 1945, que exclui o Distrito Federal. Segundo esta amostra — excluindo o Distrito Federal, repetimos — o número de contribuintes na cédula C representava 36% do número de contribuintes em tôdas as cédulas (2) e os rendimentos líquidos taxados naquela cédula representavam 39% do rendimento cedular líquido total. Ora, esta percentagem entre o rendimento líquido na cédula C e o rendimento cedular líquido total passou a ser de 49% em 1947, 51% em 1948 e 56% em 1949, no conjunto do país. E' de supor que o número de contribuintes da cédula C tenha aumentado também, e aumentado muito, possivelmente em proporção bem maior. No Distrito Federal, por exemplo, a taxação das rendas de 1949 revelou que os contribuintes na cédula C representavam, naquele ano, 59% do número de contribuintes de tôdas as cédulas (3).

3.12) os resultados obtidos para o Distrito Federal em 1949, *no que respeita à distribuição dos rendimentos taxados*, por classe de renda, aproximam-se bastante dos dados totais do país.

Examinemos, pois, os resultados da incidência do impôsto de renda no país e no Distrito Federal em 1949.

### *Resultados Totais*

A renda líquida total dos contribuintes do Distrito Federal representa 35,4% da renda líquida dos contribuintes do país, em

---

(1) Média evidentemente exagerada, que ultrapassa os limites da primeira classe, mas que decorre de provável erro nos dados que nos foram fornecidos.

(2) Trata-se do número de cédulas C preenchidas sobre o número total de cédulas preenchidas.

(3) Trata-se do número de cédulas C preenchidas sobre o número total de cédulas preenchidas.

1949. No que respeita às quatro primeiras classes de renda, a renda líquida dos contribuintes do Distrito Federal representa, respectivamente, 41, 38, 35 e 33% da renda líquida dos contribuintes do país (Quadro 36). Por outro lado, a distribuição percentual da renda líquida por classe de renda é sensivelmente semelhante no Distrito Federal e no país. Assim é que, pondo-se de lado as variações que se medem por pequenas frações da unidade, as maiores discrepâncias observadas são apenas da ordem de 1,1% e 1,4% a mais, no Distrito Federal, respectivamente, nas duas primeiras classes de renda (Quadro 37).

### *Resultados da cédula C*

Os salários e ordenados de 1949 taxados no Distrito Federal através da cédula *C* representavam 41% dos salários e ordenados taxados em todo o país através de igual cédula. As remunerações taxadas através da cédula *D* (que representam, *grosso modo*, um pouco menos de 10% dos rendimentos taxados através da cédula *C*) no Distrito Federal eram 36% do total da cédula no país (rendimento líquido). A distribuição percentual, por classe de renda, de rendimento líquido dos contribuintes da cédula *C* no Distrito Federal é praticamente idêntica à que se observa nesta cédula para a totalidade do país. As diferenças observadas não ultrapassam os limites de pequenas frações da unidade. O conjunto das três primeiras classes de renda representa 64,2% e 63,1% do rendimento líquido total da cédula, respectivamente, no Distrito Federal e no país. A diferença diminui com a inclusão da quarta classe (73,2% no Distrito Federal e 72,3% no Brasil), diminuindo ainda mais com a inclusão da sexta classe, com o que se obtém 85,4% dos rendimentos da cédula no Distrito Federal e 84,8% no Brasil (Quadro 38).

A importância relativa dos rendimentos taxados através da cédula *C* tem crescido, outrossim, quase paralelamente no Distrito Federal e no Brasil. Assim é que a percentagem correspondente a esta cédula, no total das cédulas, subiu de 59 para 65% no Distrito Federal entre 1947 e 1949, e de 49 para 56% no Brasil em igual período (Quadros 39 e 40).

Quanto ao número de contribuintes da cédula *C*, já não dispomos de dados anuais consecutivos como no caso do montante dos rendimentos. A amostra das rendas de 1945 revelou que,

contando-se o número de cédulas preenchidas, 35,9% destas eram constituídas de cédulas *C*. O montante dos rendimentos brutos declarados nestas cédulas representava 39,4% dos rendimentos brutos cedulares totais. Dos 78 mil contribuintes da amostra, 64 mil tinham, entre outros, rendimentos que se classificaram na cédula *C*.

Relativamente ao ano de 1949 dispomos somente de dados para o Distrito Federal. Aí foram encontrados 59% de cédulas *C*, com um montante de rendimentos brutos que constituía, como vimos linhas atrás, 65% do rendimento cederar bruto total. Dos 88 mil contribuintes do Distrito Federal cerca de 82 mil tinham, entre outros, rendimentos que se classificavam na cédula *C*.

E' bem possível que a proporção do número de contribuintes alcançados através da cédula *C* sobre o número total de contribuintes em cada unidade da Federação, se afaste dos resultados encontrados para o Distrito Federal, em virtude do nível geral de salários mais baixo que parece prevalecer naquelas unidades federadas. Os desvios talvez sejam menores apenas em alguns Estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, por influência da maior industrialização que nêles ocorre. Nos níveis inferiores a Cr\$ 24 000,00 anuais, esta hipótese encontra plena confirmação nos dados referentes à indústria, publicados pelo I.A.P.I. (1). Idêntica situação prevalece no comércio, segundo os dados do Censo de dezembro de 1948, feito pelo I.A.P.C..

Vamos supor, entretanto, dadas as similitudes encontradas do ponto de vista dos rendimentos, que a frequência de cédulas *C* em o número total de contribuintes seja a mesma tanto no Distrito Federal quanto na totalidade do país. Sem dúvida, o montante dos rendimentos taxados através da cédula *C* no Distrito Federal é, em relação aos rendimentos cedulares totais, bem mais importante do que no resto do país. E' o que nos sugerem, aliás, os quadros 39 e 40. De qualquer forma, porém, a cédula *C* compreende mais de 60% dos rendimentos líquidos taxados no Distrito Federal e no Brasil nas quatro primeiras classes de renda em 1949 e mais de 42% nas três primeiras classes em 1947.

Admitamos, a seguir, que a distribuição do número de contribuintes por classe de renda, na cédula *C*, também seja seme-

---

(1) Censo de dezembro de 1948. Relatório do Presidente do IAPI cobrindo o período de 26-2-1946 a 29-1-1951, págs. 181 a 199. Ano de 1950.

lhante no Distrito Federal e no conjunto do país, com pequenas variações iguais às que verificamos do lado das rendas e que utilizamos como elementos de correção. Resulta, então, o quadro 28:

ESTIMATIVA DA DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRIBUINTES(\*) DA CÉDULA C POR CLASSE DE RENDA. SETOR PRIVADO — 1947/1949

Quadro 28

CLASSE DE RENDA Cr\$ 1 000,00	1947	1948	1949
24 a 30.....	16 729	18 352	20 861
30 a 60.....	51 800	56 827	64 597
60 a 90.....	24 066	26 401	30 011
90 a 120.....	13 500	14 811	16 835
120 a 150.....	9 245	10 142	11 529
150 a 200.....	9 245	10 142	11 529
200 a 300.....	9 538	10 464	11 894
300 a 400.....	4 549	4 991	5 673
400 a 500.....	2 495	2 737	3 111
500 e mais.....	5 576	6 117	6 954
<b>Total.....</b>	<b>146 743</b>	<b>160 984</b>	<b>182 994</b>

(\*) Estimativa com base na distribuição percentual do número de contribuintes por classe de renda, observada para o Distrito Federal em 1949, e ajustada segundo as variações da distribuição do rendimento líquido da cédula C, por classe de renda no Brasil, no referido ano de 1949. Foram excluídos os servidores públicos, cujo número foi estimado às págs.

Multiplicando-se os números constantes das três primeiras classes de renda, neste quadro, por Cr\$ 62 796,00 (1) (parcela

Quadro 29

A N O	Cr\$ 1 000,00
1947.....	5 814 596
1948.....	6 378 818
1949.....	7 250 991

que se supõe já computada quando da estimativa de salários e ordenados através do sistema de previdência social), obtemos as seguintes quantias a deduzir do montante global das remunerações taxadas através das cédulas C correspondentes à remuneração

dos que são taxados simultaneamente pelas instituições de previdência social e pelo imposto de renda.

(1) Salário médio anual dos associados das instituições de previdência social que ganham mais de Cr\$ 42 000,00 por ano.



4.) Total das cédulas *C* e *D* a computar em nossa estimativa de remuneração do trabalho no setor privado.

Com os resultados obtidos em os números 1, 2 e 3, organizamos o quadro 30.

Em Cr\$ 1 000,00

Quadro 30

ESPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949
Rendimento bruto da cédula <i>C</i> , mais rendimento líquido da cédula <i>D</i> .....	9 648 322	11 914 983	14 725 811
<i>Menos</i> : salários e ordenados dos Servidores do Governo Federal.....	-734 856	-1 406 919	- 2 204 856
<i>Menos</i> : Cr\$ 62 796,00 dos que contribuem também para a previdência social (contribuintes das três primeiras classes de renda).....	-5 814 596	-6 378 818	-7 250 991
Total das cédulas <i>C</i> e <i>D</i> a computar no setor privado.....	3 098 870	4 129 246	5 269 964

§ 3 — Estimativa da remuneração daqueles que, trabalhando no setor privado da economia nacional, estão isentos do imposto de renda, em consequência das deduções permitidas em lei.

Este grupo compreende dois tipos de pessoas:

a) associados das instituições de previdência social.

Verificamos às págs. 78 que 101 580 associados dessas instituições eram ao mesmo tempo contribuintes do imposto de renda em 1948. Impõe-se, então, calcular o número total de associados da previdência social com salários e ordenados superiores a Cr\$ 24 000,00 anuais. A diferença entre este total e o número dos taxados pelo imposto nos dará o número dos isentos.

Pelo Censo de dezembro de 1948 verificamos que os salários e ordenados superiores a Cr\$ 24 000,00 na amostra — setor privado — se distribuíram da maneira indicada no quadro 31.

CONTRIBUINTES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL COM SALÁRIOS E ORDENADOS SUPERIORES A CR\$ 24 000,00 ANUAIS, ABRANGIDOS PELO CENSO DE 1948

Quadro 31

INSTITUIÇÃO A QUE ESTÃO FILIADOS (*)	Número de trabalhadores	Salário Global—Cr\$
I.A.P.B.....	22 140	823 188 000
I.A.P.C.....	72 696	2 719 284 000
I.A.P.I.....	40 268	1 617 388 800
Caixas de Aposentadoria e Pensões	17 126	665 701 000
<b>Total.....</b>	<b>152 230</b>	<b>5 825 561 800</b>

(\*) Não há dados para as demais instituições de previdência social.

Esses Cr\$ 5 825 561 800,00 podem ser decompostos em uma parcela correspondente aos primeiros Cr\$ 24 000,00 anuais de cada associado (que corresponde ao nível de contribuição para os Institutos e Caixas de Previdência Social) e de outra parcela que excede desse limite (1).

O cálculo do salário médio desses 152 mil associados pode ser feito seja com base na massa global, seja com base tão somente na porção superior a Cr\$ 24 000,00 anuais. Feito o cálculo, verifica-se que o salário médio dos 152 230 associados, líquido dos primeiros Cr\$ 24 000,00 anuais, é de Cr\$ 14 268,00.

Sabendo-se que a diferença entre o montante dos salários e ordenados efetivamente pagos e o montante dos salários e ordenados de contribuição para as instituições de previdência social foi, por exemplo, de Cr\$ 2 848 772 000,00 em 1948 (2), dividimos esta diferença pelo salário médio, líquido dos primeiros Cr\$ 24 000,00 (Cr\$ 14 268,00), e obtivemos o número 199 662, que supomos seja o total dos indivíduos que, entre os contribuintes das instituições de previdência social, ganhavam salários e ordenados superiores a Cr\$ 24 000,00 anuais em 1948. Desses 199 662 indivíduos, 101 580 (3) foram considerados contribuintes do im-

(1) O limite máximo de contribuição foi elevado para Cr\$ 48 000,00 em 1949 em algumas Caixas de Aposentadoria e Pensões, cujos associados não têm, aliás, grande expressão quantitativa no conjunto do sistema de previdência social.

(2) Quadro 1.

(3) Contribuintes classificados nas três primeiras classes no quadro 28.

pôsto de renda, restando 98 082 que teriam sido isentos do imposto.

A estimativa para os anos de 1947 e 1949 segue idêntico procedimento. O salário médio nestes dois anos variou, sem dúvida, ao influxo dos aumentos generalizados de que todos temos notícias. Não há informações, entretanto, sobre as variações efetivamente registradas para os salários superiores a Cr\$ 24 000,00 anuais. Parece-nos, todavia, que os aumentos têm sido proporcionalmente maiores nos níveis mais baixos de salários. Assim, pois, e na falta de melhor critério, tomamos, para os salários superiores a Cr\$ 24 000,00, uma percentagem de variação, em relação aos níveis prevaletentes em 1948, que representa 50% da variação ocorrida no salário médio dos trabalhadores na indústria (1). Obtivemos, assim, os resultados constantes do quadro 32.

ASSOCIADOS DAS INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL — SETOR  
PRIVADO — COM SALÁRIOS E ORDENADOS SUPERIORES A  
CR\$ 24 000,00 ANUAIS — 1947/1949

NÚMERO DE ASSOCIADOS

Quadro 32

ESPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949
(1) N.º total de associados.....	188 623	199 662	214 174
(2) N.º dos que contribuem para o imposto de renda.....	92 595	101 580	115 469
(3) N.º de isentos — diferença entre os itens (1) e (2).....	96 028	98 082	98 705

b) pessoas que não estão filiadas às instituições de previdência social.

A estimativa referente a este grupo de isentos do imposto de renda há de ser feita, como a de tantos outros, sem o apoio de boas estatísticas. Temos a impressão de que estariam incluídos neste item os pequenos empregadores e os trabalhadores autônomos (ou por conta própria, em geral), cujos rendimentos estão

(1) Salário médio de contribuição para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Relatório do Presidente do Instituto, 1950, pág. 134.

sujeitos à declaração perante o órgão incumbido de arrecadar o imposto de renda.

Os declarantes que foram isentos do imposto em 1947 e 1948, em consequência das deduções permitidas em lei, somaram respectivamente, 180 382 e 226 974. Não há informações relativas ao ano de 1949. Todos sabemos que o aumento do número de isentos pode decorrer seja de uma elevação dos limites de isenção (abatimento para manutenção do contribuinte e das deduções por encargo de família) — o que se não verificou no decurso dos anos de 1948 e 1949 —; seja de um aumento de certos tipos de despesa, cujo montante pode ser deduzido da renda declarada; seja de um incremento das deduções cedulares ou dos encargos de família, ou das duas coisas ao mesmo tempo, de antigos contribuintes; seja, finalmente, do aparecimento de declarantes novos com encargos tais que os isenta desde logo. O enorme crescimento de isentos em 1948, em relação a 1947, deve ter resultado preponderantemente desta última consideração. O aumento de vencimentos dos servidores públicos, por exemplo, efetivado em agosto de 1948, elevando numerosos servidores a padrões de vencimentos superiores a Cr\$ 24 000,00 talvez tenha exercido influência nesse sentido. E' provável, entretanto, que tôdas as causas apontadas tenham se manifestado em 1948.

Não podemos imaginar, todavia, qual tenha sido a resultante dêsse complexo de causas em 1949. Estamos inclinados a crer no aumento do número de isentos e por isso consideramos que o número de isentos tenha crescido de 1948 para 1949 na mesma proporção em que aumentou entre 1947 e 1948. Tendo sido de 25% o crescimento entre 1947 e 1948, obtivemos um total (arredondado) de 284 mil isentos em 1949, estimativa que adotamos.

Quanto à renda que atribuímos a êsse grupo adotamos a orientação que segue. Partindo da suposição de que se trata, aqui, de pequenos empregadores e trabalhadores autônomos ou por conta própria, parece-nos provável que a renda média individual nesse grupo corresponda, mais ou menos, à renda média de empregados com salários e ordenados superiores a Cr\$ 24 000,00 anuais e que também tenham sido isentos do imposto. Vimos às págs. 80 que o salário médio anual dêstes empregados, líquidos dos primeiros Cr\$ 24 000,00, foi de Cr\$ 14 268,00. O salário médio total seria, então, Cr\$ 38 268,00. Esta é, entretanto, u'a mé-

dia geral. O salário médio dos empregados com remuneração superior a Cr\$ 24 000,00 anuais e que supomos tenham sido isentos do imposto de renda é, porém, de Cr\$ 29 316,00 (1). Acreditamos, pois, que a renda média anual dos empregadores e assemelhados, isentos do imposto de renda, tenha sido de igual montante, ajustado para 1947 e 1949 segundo o critério indicado à pág. 81.

Quando se trata de empregadores, entretanto, temos de considerar a renda total dividida em duas parcelas. Uma aparece na contabilidade da empresa como remuneração de trabalho do empregador e outra como lucro. Esta se confunde, na realidade, com a primeira parcela, sobretudo no caso de pequenos empreendimentos, sendo, porém, objeto de taxaçoão como lucro. Supomos, entretanto, que pelo menos a grande maioria de empregadores, especialmente nas empresas individuais e nas sociedades limitadas, transfere para o item de remuneração do trabalho do empregador tudo quanto a lei do imposto de renda lhes faculta. Isto porque essa parcela de renda, declarada através da cédula C, sofre apenas a taxaçoão cedular de 1%, acrescida, naturalmente, do imposto complementar progressivo que incide sobre a pessoa física, no caso de pagamento do imposto. Se esta transferência não ocorrer, a primeira parcela seria adicionada ao lucro taxável da empresa (alínea b, § 1.º, artigo 43, Capítulo V, do Decreto n.º 24 239, de 22-12-1947), sobre o qual o imposto incide nas percentagens de 10% (lucros até Cr\$ 100 000,00), 12% (de Cr\$ .. 100 000,00 a Cr\$ 500 000,00) e de 15% (acima de Cr\$ ..... 500 000,00). Ora, o lucro médio anual das empresas individuais taxado pelo imposto de renda no triênio considerado oscilou somente entre os pequenos montantes de 11 606 (1947) e 11 978 cruzeiros (1949). Esta média corresponde a 218 mil empresas em 1947 (das quais 215 mil se classificaram, como já assinalamos na classe de lucros que vai de 0 a Cr\$ 100 000,00) e a 239 mil empresas em 1949, média que revela a esmagadora maioria das empresas com declaração de lucros muito reduzidos.

E' de se presumir, outrossim, que essa massa de empregadores só tenha tido permissão para declarar um montante que, em

---

(1) Média dos salários e ordenados compreendidos entre Cr\$ 24 000,00 e Cr\$ 42 000,00 anuais, na amostra obtida através do Censo feito pelas instituições de previdência social, supondo-se que o imposto de renda tivesse incidido realmente sobre as remunerações a partir de Cr\$ 42 000,00, como no caso dos empregados do governo.

média, seja apenas um pouco superior a Cr\$ 24 000,00 como remuneração dos seus respectivos esforços de trabalho na empresa. A lei faculta a declaração dêsse máximo de Cr\$ 24 000,00 na cédula C “quando o capital do beneficiado não fôr superior a .... Cr\$ 120 000,00; ultrapassando o capital essa quantia, a remuneração poderá atingir a 20% dêle, até o limite máximo de ..... Cr\$ 120 000,00 anuais” (§ 3.º, artigo 5.º, Capítulo II, do Decreto n.º 24 239, de 22-12-1947).

Nestas condições, atribuímos a êste grupo de isentos uma remuneração média (Cr\$ 29 316,00 em 1948, como vimos), como compensação ao esforço de trabalho que se atribuem. Trata-se de uma remuneração suscetível de ser declarada para efeito de impôsto de renda através da cédula C, distinta, portanto, da parcela taxada como lucro no caso da pessoa jurídica. A remuneração total do empreendedor na firma individual seria, por conseguinte, constituída dessas duas parcelas.

Obtivemos, então, os resultados do quadro 33.

INDIVÍDUOS ISENTOS DO IMPÔSTO DE RENDA NO TRIÊNIO 1947/49  
— ESTIMATIVA

Quadro 33

ESPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949
(1) Associados da previdência social, setor privado (*).....	96 028	98 082	98 705
(2) Servidores do Governo Federal (**). ....	26 030	27 888	36 072
(3) Diferença entre o total e os itens (1)+(2)	68 324	101 004	149 223
<b>Total de isentos (***)</b> .....	<b>180 382</b>	<b>226 974</b>	<b>284 000</b>

(\*) Na forma da estimativa de págs. 8!

(\*\*) Estimativa dos que recebem remuneração entre Cr\$ 24 000,00 e Cr\$ 42 000,00 paga pelos cofres da União, Estados e Municípios. A participação dos Estados e Municípios foi considerada — arbitrariamente — como sendo 40% do número de empregados da União.

(\*\*\*) Os dados para 1947 e 1948 são oficiais. Para 1949 aplicamos ao dado de 1948 a percentagem de crescimento observada entre 1948 e 1947.

O item 3 do quadro 33 constitui a estimativa do número dos indivíduos classificados no grupo “empregadores e assemelhados”, os quais, se supõe, foram isentos do impôsto de renda. A remuneração dêsses indivíduos, líquida da parcela que teria sido ta-

xada como lucro, é estimada nos montantes indicados no quadro 34.

ESTIMATIVA DA REMUNERAÇÃO DE EMPREGADORES E ASSEMBLHADOS, QUE FORAM ISENTOS DO IMPOSTO DE RENDA NO TRIÊNIO 1947/1949

Quadro 34

A N O	Número de Indivíduos	Ordenado Médio Anual — Cr\$	Renda Total Cr\$ 1 000,00
1947	68 324	27 557	1 882 804
1948	101 004	29 316	2 961 033
1949	149 223	31 661	4 724 549

- c. Resumindo, teríamos a seguinte estimativa de remuneração do trabalho no grupo "Empregadores e Assemblhados", a qual deverá ser adicionada à nossa estimativa da remuneração do trabalho no triênio em consideração.

ESTIMATIVA DA REMUNERAÇÃO DO TRABALHO, SUPERIOR A CR\$ 24 000,00 ANUAIS, DE EMPREGADORES E ASSEMBLHADOS — 1947/49

Em Cr\$ 1 000,00

Quadro 35

ESPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949
Empregadores e Assemblhados que pagaram imposto de renda.....(*)	3 098 870	4 129 246	5 269 964
Empregadores e Assemblhados que foram isentos do imposto de renda(**)	1 882 804	2 961 033	4 724 549
Total.....	4 981 674	7 090 279	9 994 513

\*) Total das cédulas C e D a contar no setor privado, segundo estimativa de págs. 79

\*\*) Remuneração de "Empregadores e Assemblhados", isentos do imposto de renda, segundo a estimativa acima.

**DISTRIBUIÇÃO DA RENDA LÍQUIDA DOS CONTRIBUINTES DO  
IMPOSTO DE RENDA, POR CLASSE DE RENDA — 1949(\*)**

1.º) Valores em Cr\$ 1 000,00

**Quadro 36**

CLASSE DE RENDA (Cr\$ 1 000,00)	BRASIL	DISTRITO FEDERAL	
		Montante	% sobre o Brasil
24/30	1 214 440	502 253	41,4
30/60	4 451 197	1 670 445	37,5
60/90	2 525 365	894 074	35,4
90/120	1 719 529	567 667	33,0
120/150	1 271 274	429 001	33,8
150/200	1 453 504	485 856	33,4
200/300	1 789 864	614 461	34,2
300/400	1 096 863	366 227	33,6
400/500	724 180	240 778	34,2
500/600	492 504	166 531	33,9
600/700	362 299	119 411	33,0
700/1 000	651 918	229 552	34,4
1 000/2 000	611 795	201 883	34,0
2 000/3 000	146 626	60 930	47,0
mais de 3 000	157 055	87 234	55,5
<b>Total.....</b>	<b>18 668 415</b>	<b>6 636 303</b>	<b>35,4</b>

(\*) Exercício de 1950. Fonte: Divisão do Imposto de Renda — Ministério da Fazenda.

**DISTRIBUIÇÃO DA RENDA LÍQUIDA DOS CONTRIBUINTES DO IM-  
POSTO DE RENDA, POR CLASSE DE RENDA — 1949(\*)**

2.º) Percentagens

**Quadro 37**

CLASSE DE RENDA (Cr\$ 1 000,00)	B R A S I L	DISTRITO FEDERAL
24/30	6,5	7,7
30/60	23,8	25,2
60/90	13,7	13,5
90/120	9,2	8,6
120/150	6,8	6,5
150/200	7,8	7,3
200/300	9,6	9,3
300/400	5,9	5,5
400/500	3,9	3,7
500/600	2,6	2,5
600/700	1,9	1,8
700/1 000	3,5	3,4
1 000/2 000	3,3	3,2
2 000/3 000	0,8	0,9
mais de 3 000	0,8	1,3
<b>Total.....</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

(\*) Exercício de 1950. Fonte dos números absolutos correspondentes: Divisão do Imposto de Renda, Ministério da Fazenda.



DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS RENDIMENTOS LÍQUIDOS  
DA CÉDULA C NO BRASIL E NO DISTRITO FEDERAL — 1949(\*)

Quadro 38

CLASSE DE RENDA (Cr\$ 1 000,00)	B R A S I L	DISTRITO FEDERAL
24/30	11,4	11,8
30/60	35,3	36,1
60/90	16,4	16,3
90/120	9,2	9,0
120/150	6,3	6,0
150/200	6,3	6,2
200/300	6,5	6,6
300/400	3,1	2,9
400/500	1,7	1,6
mais de 500	3,8	3,5
<b>Total.....</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

(\*) Exercício de 1950. Fonte dos números absolutos correspondentes: Divisão do Imposto de Renda, Ministério da Fazenda.

IMPÓSTO DE RENDA  
PERCENTAGEM DO RENDIMENTO LÍQUIDO DA CÉDULA C SOBRE O  
RENDIMENTO CEDULAR LÍQUIDO TOTAL POR CLASSE DE RENDA  
BRASIL E DISTRITO FEDERAL — 1949(\*)

Quadro 39

CLASSE DE RENDA (Cr\$ 1 000,00)	B R A S I L	DISTRITO FEDERAL
24/30	81,3	90,7
30/60	69,1	86,0
60/90	69,1	77,5
90/120	61,3	70,0
120/150	54,4	64,0
150/200	49,2	57,3
200/300	42,1	49,4
300/400	31,2	36,9
400/500	26,6	30,2
500/600	21,6	24,5
600/700	19,0	22,3
700/1 000	19,3	21,3
1 000/2 000	11,3	16,3
2 000/3 000	7,5	9,9
mais de 3 000	8,9	6,7
<b>Total.....</b>	<b>55,6</b>	<b>64,6</b>

(\*) Exercício de 1950 — Fonte dos números absolutos correspondentes: Divisão do Imposto de Renda, Ministério da Fazenda.

IMPÓSTO DE RENDA  
 PERCENTAGEM DO RENDIMENTO LÍQUIDO DA CÉDULA C SOBRE O  
 RENDIMENTO CEDULAR LÍQUIDO TOTAL, POR CLASSE DE RENDA  
 1 9 4 7 (\*)

Quadro 40

CLASSE DE RENDA (Cr\$ 1 000,00)	C É D U L A C		
	Brasil	São Paulo	D. Federal
24/30	64,8	63,8	72,3
30/60	53,6	57,8	66,7
60/90	43,0	42,4	48,2
90/120	38,5	37,4	44,0
120/150	35,0	33,9	41,2
150/200	30,5	28,7	35,5
200/300	24,3	22,0	28,5
300/400	19,7	16,8	23,3
400/500	18,4	15,9	20,9
500/600	17,2	15,4	19,5
600/700	15,4	13,2	18,1
700/1 000	15,3	14,9	16,9
1 000/2 000	9,8	6,9	14,1
2 000/3 000	8,7	4,6	11,5
mais de 3 000	8,9	15,4	6,7
<b>Total.....</b>	<b>48,7</b>	<b>48,6</b>	<b>58,5</b>

(\*) Fonte dos números absolutos correspondentes: Relatório da Divisão do Imposto de Renda, 1948 — Ministério da Fazenda.

### SECÇÃO X

#### COMPLEMENTO DE SALÁRIOS E ORDENADOS. CONTRIBUIÇÃO DO EMPREGADOR PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

Considerada como complemento de salários e ordenados, a parcela correspondente à contribuição dos empregadores para as instituições de previdência social é oriunda dos balanços dessas instituições.

### SECÇÃO XI

#### ESTIMATIVA DA REMUNERAÇÃO DOS TRABALHADORES "AUTÔNOMOS"

### § 1

#### *Estimativa do número de trabalhadores "autônomos"*

O recenseamento de 1940 (1) revelou a existência, então, de 1 397 482 indivíduos classificados como "trabalhadores por con-

(1) Vide Análises n.º 367 e 376 do Censo Demográfico de 1940. Gabinete Técnico do Serviço Nacional do Recenseamento. I.B.G.E.

ta própria” e que, para efeito de abreviação, foram simplesmente chamados de “autônomos”. Estes “autônomos” estavam distribuídos como se vê no quadro 41.

## TRABALHADORES AUTÔNOMOS — 1940

Quadro 41

RAMO DE ATIVIDADE	N.º de trabalhadores
Indústria extrativa.....	224 586
Indústria de transformação.....	250 259
Comércio de mercadorias.....	306 202
Comércio de valores.....	9 233
Transportes e comunicações.....	74 991
Serviços.....	532 211
<b>Total</b> .....	<b>1 397 482</b>

Havia, também, 120 243 indivíduos classificados como “indiretamente remunerados”, isto é, que não percebiam, portanto, uma remuneração direta, tais como os “membros da família” (1) e que se distribuíam na forma do quadro 42.

## TRABALHADORES INDIRETAMENTE REMUNERADOS — 1940

Quadro 42

RAMO DE ATIVIDADE	N.º de trabalhadores
Indústria extrativa.....	43 554
Indústria de transformação.....	34 659
Comércio de mercadorias.....	18 233
Comércio de valores.....	230
Transportes e comunicações.....	4 329
Serviços.....	19 238
<b>Total</b> .....	<b>120 243</b>

Trata-se, portanto, dentro da classificação do Recenseamento de 1940, de numeroso grupo de pessoas que se não incluíam perfeitamente na condição de empregador ou na de empregado. A inclusão desse grupo em nossa estimativa de Renda Nacional impõe as considerações que passamos a expor. Cumpre-nos ressaltar, desde logo, que não se trata aqui de pessoas consideradas no

grupo Empregadores e Assemelhados, cuja estimativa foi feita às págs. 58.

A falta de informações minuciosas sobre remuneração do trabalho levou-nos a reunir êsses dois grupos em um só, sob o título "autônomos", assim como não fazer distinção entre "comércio de mercadorias" e "comércio de valores", considerando apenas "Comércio".

Nada sabemos, outrossim, sobre a distribuição dêsses autônomos pelas várias classes de atividade constitutivas de cada um dos grandes ramos especificados. Verifica-se, entretanto, a necessidade de distinguir, nas indústrias extrativas, quais os indivíduos ocupados, respectivamente, nas classes animal, mineral e vegetal, a fim de que possamos evitar duplicações, que ocorreriam se não eliminássemos as pessoas ocupadas nas indústrias extrativas animal e vegetal, cujo valor total da produção já foi computado no setor agro-pecuário.

Confrontando o número de pessoas que nas indústrias extrativas mineral e vegetal estavam ligadas a empresas do "tipo capitalista" (1) e o número de pessoas que, no censo demográfico (2), se declararam com atividade nessas indústrias, observamos a existência de 161 288 pessoas nas indústrias extrativas vegetais e 82 946 nas indústrias extrativas minerais, que se colocavam fora dos quadros das empresas "tipo capitalista" recenseadas. Tais pessoas poderiam, por isso, ser consideradas autônomas.

A inclusão, neste cálculo, de autônomos das indústrias extrativas vegetais dependeria da comprovação de que se trata de pessoas ocupadas com produtos não incluídos nas estimativas do valor da produção agrícola. Como isso não é possível, resolvemos eliminar todo o pessoal das indústrias extrativas vegetais. Situação semelhante ocorre com relação às indústrias animais.

Decidimos, portanto, considerar apenas as 82 946 pessoas das indústrias extrativas minerais.

Obtivemos, então, levando-se em conta tais considerações, o quadro 43.

(1) Sinopse do Censo Industrial e do Censo dos Serviços — I.B.G.E., 1948, pág. 2.

(2) Análise n.º 390, de resultados do Censo Demográfico, S.N.R., Gabinete Técnico.

## DISTRIBUIÇÃO DOS "AUTÔNOMOS" POR RAMO DE ATIVIDADE

CENSO DE 1940

Quadro 43

R A M O	Número de "autônomos"	%
Comércio .....	333 898	25,0
Indústria extrativa.....	82 946	6,2
Indústria de transformação.....	284 918	21,4
Serviços.....	551 449	41,4
Transportes e Comunicações.....	79 320	6,0
<b>Total .....</b>	<b>1 332 531</b>	<b>100,0</b>

Estimamos, através dos censos demográficos de 1940 e 1950, a população para os anos de 1947-8-9 e fizemos a suposição de que a percentagem de 3,23% (representação percentual do número de "autônomos" no total da população em 1940) tenha se mantido constante nos anos em estudo. Fizemos, assim, a estimativa do número de "autônomos" no período de 1947-1949, com base na população estimada para aqueles mesmos anos.

## NÚMERO DE "AUTÔNOMOS"

Quadro 44

A N O	POPULAÇÃO ESTIMADA	AUTÔNOMOS ESTIMADOS
1947.....	48 692 000	1 572 800
1948.....	49 859 000	1 610 400
1949.....	51 053 000	1 649 000

Consideramos que a distribuição percentual dos "autônomos" pelos diversos ramos de atividade, no período compreendido pelos anos de 1947 a 1949, tenha se mantido inalterada desde 1940 (Censo de 1940). Aplicamos, portanto, as percentagens representativas aos totais acima calculados, com o que obtivemos o quadro 45.

DISTRIBUIÇÃO DOS "AUTÔNOMOS" POR RAMO DE ATIVIDADE  
1947/1949

Quadro 45

R A M O	1947	1948	1949
Comércio.....	393 200	402 600	412 300
Indústria extrativa.....	97 890	100 235	102 625
Indústria de transformação.....	336 210	344 265	352 475
Serviços.....	651 100	666 700	682 700
Transportes e Comunicações.....	94 400	96 600	98 900
<b>Total.....</b>	<b>1 572 800</b>	<b>1 610 400</b>	<b>1 649 000</b>

## § 2

*Estimativa da remuneração do trabalho dos "autônomos"**a) Remuneração média do trabalho no comércio*

Como não dispuséssemos de dados sobre salários médios no comércio para os anos 1947 e 1949, calculamos a relação entre o "Salário Médio no Comércio" e o "Salário Médio na Indústria", dados pelo censo de 1948. Consideramos que tal relação tenha se mantido constante para 1947 e 1949. Aplicamo-la, então, ao salário médio da indústria nestes dois anos.

$$\begin{aligned}
 1947 & \dots 1,24 \times 731,30 = \text{Cr\$ } 907,00 \\
 1948 & \dots \dots \dots = \text{Cr\$ } 1\,021,60 \\
 1949 & \dots 1,24 \times 954,20 = \text{Cr\$ } 1\,183,20
 \end{aligned}$$

*b) Remuneração média do trabalho na indústria extrativa*

Na falta de outras informações, atribuímos aos "autônomos" deste ramo o salário médio de contribuição dos associados do I.A.P. dos Industriários (1).

(1) Relatório-estudo do I.A.P. dos Industriários. 1950, pág. 142. Quanto ao dado referente a 1948, preferimos utilizar o consignado às págs. 158 do citado Relatório.

c) *Remuneração média do trabalho na indústria de transformação*

Relativamente ao ano de 1948 conhecíamos o salário médio de contribuição para o I.A.P.I. (Cr\$ 799,70) e o salário médio contratado (Cr\$ 824,10), oriundo do censo de 1948. Consideramos este último para a estimativa referente a 1948. Quanto aos anos de 1947 e 1949, dispúnhamos apenas do salário médio de contribuição para o I.A.P.I. Utilizamos, então, a relação:

$$K = \frac{\text{salário médio efetivamente pago em 1948}}{\text{salário médio de contribuição em 1948}} = 1,0305$$

a qual foi aplicada aos "salários médios de contribuição" de 1947 e 1949, fornecidos pelo Anuário do I. A. P. dos Industriários — supondo-se que tal relação tenha permanecido constante.

$$\begin{array}{rcl} & 709,8 \times 1,0305 & \\ 1947 \dots & \frac{\quad}{100} & = 731,50 \\ & 100 & \\ 1948 \dots & 824,10 \text{ (dado do Censo de 1948)} & \\ & 926,0 \times 1,0305 & \\ 1949 \dots & \frac{\quad}{100} & = 954,20 \end{array}$$

d) *Remuneração média do trabalho nos serviços*

Segundo a análise 376 do Censo Demográfico de 1940, os "serviços sociais" abrangem, como já assinalamos, numerosas atividades (1). Cotejamos o salário médio dos empregados pertencentes às empresas enquadradas na categoria "serviços sociais", do Censo dos Serviços de 1940, com o salário médio da indústria, em 1940, segundo os Censos Industrial e dos Serviços, e encontramos a seguinte relação:

$$\frac{151,40}{240,70} = 62,9 \%$$

Ora, parece-nos que os "trabalhadores autônomos" pertencentes à categoria "serviços sociais" devem ganhar um pouco mais do que os trabalhadores filiados às empresas dessa mesma

(1) Estão incluídas nesse ramo de atividades as seguintes classes: serviços de hospedagem e alimentação; serviços de higiene pessoal; serviços de conservação e reparação da habitação, etc.; serviços de confecção, conservação e reparação de artigos de uso familiar; serviços de transportes manuais, etc.

categoria, pois do contrário seria de admitir-se a tendência a deixar de ser autônomos para trabalhar nas empresas. Em vista disso, resolvemos adotar para remuneração média do trabalho dos autônomos, nesses "serviços sociais", o salário médio da indústria de transformação.

*e) Remuneração média do trabalho nos transportes*

Ao item "Transportes e Comunicações" aplicamos o salário médio de contribuição dos empregados filiados ao I.A.P. dos Empregados em Transportes e Cargas nos três anos em estudo, pois supomos que não havia, então, neste ramo, um número grande de indivíduos percebendo remuneração superior a Cr\$ .. 2 000,00 mensais, de modo a influenciar sensivelmente a média.

**SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS DO I.A.P.E.T.C.**

Quadro 46

A N O	Salário de contribuição Cr\$	Número de associados	Salário médio de contribuição Cr\$
1947	2 025 384 980	249 008	813,40
1948	2 427 006 520	244 000	994,70
1949	2 822 372 700	271 498	1 039,60

Eis os critérios que adotamos para a estimativa do número dos "autônomos" e respectivo montante de remunerações do trabalho nos vários ramos de atividade, durante os anos de 1947, 1948 e 1949. Os resultados assim obtidos nos permitiram a elaboração da estimativa de remunerações constante do quadro 47.

**MONTANTE DE REMUNERAÇÕES DO TRABALHO DOS AUTÔNOMOS  
1947/1949**

EM Cr\$ 1 000,00

Quadro 47

R A M O	1947	1948	1949
Comércio.....	3 566 324	4 112 962	4 878 334
Indústria extrativa.....	694 823	801 579	950 308
Indústria de transformação.....	2 459 376	2 837 088	3 363 316
Serviços.....	4 762 797	5 494 275	6 514 323
Transportes e Comunicações.....	767 850	960 880	1 028 164
<b>Total.....</b>	<b>12 251 170</b>	<b>14 206 784</b>	<b>16 734 445</b>



## B — SETOR PÚBLICO

## REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS — 1947/1949

Cr\$ 1 000,00

Quadro 48

G O V E R N O	1947	1948	1949
Federal e Territórios.....	4 830 978	6 024 144	(*) 7 294 640
Civis.....	2 449 375	3 489 465	4 046 214
Militares.....	2 288 812	2 396 851	3 074 960
Autárquicos.....	51 066	65 269	62 535
I.P.A.S.E. (**)	41 725	72 559	110 931
Estadual e Distrito Federal (***)	4 894 071	4 990 300	5 618 625
Municipal.....	479 581	634 524	801 482
Total.....	10 204 630	11 648 968	13 714 747

(\*) Analisando a despesa por Ministérios encontramos, no exercício de 1949, considerável aumento da despesa com pessoal no Ministério da Fazenda. Isto decorre, porém, do fato de terem sido as despesas resultantes do aumento de vencimentos concedido em fins de 1948 (crédito aberto pelo Decreto n.º 26 068, de 22 de dezembro de 1948) distribuído àquele Ministério, conforme se vê do Balanço Geral da União, relativo ao exercício de 1948 (Vol. I, pág. 314 e vol. II, págs. 235 e 301.3).

(\*\*) Empregados do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado.

(\*\*\*) As parcelas correspondentes ao Distrito Federal são, em mil cruzeiros, 902 862, 912 216 e 1 389 312, em, respectivamente, 1947, 1948 e 1949.

O procedimento seguido para o levantamento das remunerações dos servidores públicos é um dos que maior segurança oferece, pela natureza dos dados existentes.

As atividades industriais do Governo foram retiradas dos balanços ou orçamentos e levadas para o setor privado correspondente, compreendendo a Imprensa Nacional e o Departamento dos Correios e Telégrafos, as Estradas de Ferro e as Autarquias Industriais, todas de responsabilidade do Governo Federal, e bem assim os Serviços de Utilidade Pública mantidos pelos Governos dos Estados e Municípios.

## SECÇÃO I

## — Governo Federal

## § 1) Fontes dos Dados.

As fontes utilizadas na elaboração do quadro acima foram as seguintes:

- a) *Civis e Militares*: Balanços Gerais da União relativos aos exercícios de 1947, 1948 e 1949,

apresentados pela Contadoria Geral da República (especialmente o volume II, relativo à Análise da Execução Orçamentária);

- b) *Autárquicos*: balanços das autarquias, adiante relacionadas, fornecidos pelas próprias Autarquias à E.E.R.N. ou copiados na Contadoria Geral da República;
- c) *Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado*: relatórios dos exercícios em questão.

§ 2) Procedimento de cálculo.

- a) A obtenção do montante apresentado no quadro de págs. 95 resultou da totalização das verbas, consignações e alíneas que se referem a Despesas de Pessoal. De um modo geral, da "Verba 1 — Pessoal", tomamos as consignações "I — Pessoal Permanente", "II — Pessoal Ex-numerário", "V — Outras Despesas com Pessoal" e "VI — Pessoal Adido e em Disponibilidade"; Da "Verba 3 — Serviços e Encargos", consignações "I — Diversos", tomamos, da alínea 08, à letra E "Reajustamento de Salários"; da alínea 51, "Serviços Educativos e Culturais", os Honorários de Professôres; da alínea 02, "Seleção, Aperfeiçoamento e Especialização de Pessoal", os Honorários por Aulas; a alínea 60 "Salários a Presos"; finalmente, computamos, também, os Créditos Adicionais que se referiam a Pessoal. Esses totais vieram constituir o que chamamos vencimentos, tendo sido verificados relativamente a cada órgão administrativo.

O outro item que, com os Vencimentos, forma as remunerações em moeda constitui-se de vantagens e indenizações, consignações III e IV, respectivamente, da Verba 1, bem como dos Créditos Adicionais referentes a esses itens.

Computamos, outrossim, as remunerações ditas em espécie, constituídas de alíneas da Verba 2, e correspondentes a vestuários, uniformes e auxílios para fardamentos, bem como etapas para alimentação.

- b) Relativamente ao Governo da União, foi-nos possível distinguir as despesas com funcionários civis e militares. Os ministérios que têm pessoal militar são: o da Aeronáutica, da Guerra, da Marinha e da Justiça e Negócios Interiores (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, ambos do Distrito Federal).

Nos ministérios militares, tomamos para 1948 e 1949, do Pessoal Permanente, o grupo civil separadamente do grupo militar, e consideramos ainda como civis os servidores classificados como Extranumerários. Para 1947, o Balanço da União não apresenta esta distinção, razão porque julgamos conveniente aplicar a proporção existente em 1948 ao total do Pessoal permanente de 1947. No item de gratificações tomamos as alíneas 09 e 12 como gratificações aos servidores civis. As demais foram consideradas como atribuídas aos militares.

- c) O pessoal autárquico considerado pertence às Autarquias de Intervenção Econômica, a saber: Instituto do Açúcar e do Alcool, Instituto Nacional do Pinho, Instituto Nacional do Mate, Instituto Nacional do Sal, Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca (falta o dado referente a 1949), Caixa de Crédito da Pesca (falta o dado referente a 1949) e o Departamento Nacional do Café (faltando o Balanço de 1947, tomamos o valor de 1948 como sendo válido para aquele ano). Usamos os Balanços dessas autarquias para o levantamento das respectivas despesas com pessoal.

## SECÇÃO II

— *Governos Estaduais*

## § 1) Fontes dos Dados.

Balanços e orçamentos dos Governos Estaduais.

## § 2) Procedimento de cálculo.

Sempre que possível, foram utilizados os dados dos Balanços. Em alguns casos utilizamos as proporções verificadas nos orçamentos, aplicando-as aos dados globais dos Balanços. Finalmente, para os Estados cujos Balanços são ignorados, utilizamos os dados dos respectivos orçamentos. Não foi possível distinguir entre pessoal civil e militar.

## SECÇÃO III

— *Governos Municipais*

## § 1) Fontes dos Dados.

Balanços e orçamentos dos Governos Municipais.

## § 2) Procedimento de cálculo.

Como para a maioria dos municípios não existiam Balanços, utilizaram-se os dados dos respectivos orçamentos. Aqui também não foi possível, pela natureza dos dados, distinguir entre pessoal civil e pessoal militar.

## CAPÍTULO II

## LUCRO

Os montantes apresentados nesta rubrica estão, em nosso entender, muito abaixo da realidade, pelas razões explicadas mais adiante (1).

## SECÇÃO I

— *Empresas Individuais*

§ 1) Os dados constantes dêste item estão, como assinalamos acima, evidentemente subestimados. Utilizamos as estatísticas

(1) Inclui os lucros obtidos por algumas empresas cujas atividades se estendem à agricultura e pecuária.

oriundas da Divisão do Impôsto de Renda, que apresentamos, entretanto, com as necessárias reservas. A primeira observação a fazer, de um modo geral, é que o lucro alcançado pelo fisco nem sempre representa o total do lucro real efetivamente apurado pela empresa, seja em consequência de deduções feitas de acôrdo com a lei, seja por causa de sonegações que os órgãos arrecadadores não têm podido impedir. Qualquer estimativa a êsse respeito será, porém, arbitrária.

§ 2) O lucro médio das empresas individuais, taxado pelo impôsto de renda, foi de 11 606, 11 924 e 11 978 cruzeiros em, respectivamente, 1947, 1948 e 1949. Trata-se, como se vê, de quantias insignificantes, com variações desprezíveis de um ano a outro. Das 218 mil empresas taxadas em 1947, 215 mil apresentavam lucros classificados na ampla classe inicial de 0 a 100 mil cruzeiros. A média obtida revela, todavia, a grande quantidade de casos com lucros mínimos. E', sem dúvida, uma média baixa não sômente para o conjunto do país, como também para as várias Unidades da Federação, como se observa nos quadros 49 e 50.

LUCRO MÉDIO NAS EMPRESAS INDIVIDUAIS TAXADAS PELO  
IMPÔSTO DE RENDA — 1947/1949

Quadro 49

A N O	NÚMERO	LUCRO MÉDIO—Cr\$
1947.....	217 956	11 606
1948.....	225 713	11 924
1949.....	239 322	11 978

LUCRO MÉDIO NAS EMPRESAS INDIVIDUAIS TAXADAS PELO  
IMPÔSTO DE RENDA EM ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO  
1947 — EM CRUZEIROS

Quadro 50

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	1947
Pernambuco.....	8 550
Bahia.....	7 739
Minas Gerais.....	13 964
Distrito Federal.....	16 361
São Paulo.....	13 638
Rio Grande do Sul.....	12 062

## SECÇÃO II

— *Sociedades Anônimas*

Lucro total, segundo as estatísticas da Divisão do Impôsto de Renda. Temos de repetir, também aqui, as reservas feitas no caso do item anterior. Acreditamos, todavia, que as margens de sonegação sejam menores nas sociedades anônimas do que nas empresas individuais ou nas sociedades limitadas. Assim pensamos, supondo, entretanto, que a fiscalização do órgão incumbido de arrecadar o impôsto pode ser exercida, neste campo, com maior eficiência, e que, por outro lado, na sociedade anônima, um maior número de interessados (acionistas) é, em princípio, melhor aquinhoado quanto maior o lucro apurado e distribuído sob a forma de dividendos. A segunda parte desta suposição perde muito da sua importância, todavia, — para não dizer que perde toda a validade — no caso das sociedades anônimas vulgarmente ditas “de família”, isto é, nas quais o maior número de ações se concentra nas mãos de membros de uma só família. Neste caso, é possível que os membros da “família” sejam automaticamente diretores da empresa, onde poderão, talvez, ter maior interesse na percepção de honorários, comissões, gratificações e vantagens em geral, atribuídos aos membros da diretoria, do que mesmo na importância dos dividendos distribuídos.

§ 1 — *Dividendos*

As estatísticas do Impôsto de Renda nos informam sobre o montante de dividendos e bonificações de ações ao portador para 1947, 1948 e 1949, cujo impôsto é arrecadado na fonte.

Essas estatísticas não nos permitem conhecer, entretanto, separadamente, os dividendos de ações ao portador nem os de ações nominativas.

Dispomos, porém, de dados obtidos através das análises de balanço feitas por “Conjuntura Econômica”. Esses resultados correspondem, para 1948 e 1949, a um número de sociedades anônimas bastante superior ao das sociedades cujos lucros foram taxados pelo impôsto de renda (1). Assim é que, relativamente ao ano de 1948, “Conjuntura Econômica” examinou os balanços de

(1) Relativamente ao ano de 1947, as análises procedidas por “Conjuntura Econômica”, — na fase inicial dos seus trabalhos — abrangem apenas 2 792 sociedades, enquanto o impôsto de renda incide sobre 3 467 sociedades (“Conjuntura Econômica”, Ano III, n.º 1, pág. 16).

4 358 sociedades anônimas (1). O imposto de renda referente àquele ano incidiu apenas sobre 3 316 sociedades. Para 1949 temos 4 753 balanços nas análises de "Conjuntura Econômica" (2) e 4 017 sociedades cujos lucros foram taxados pelo imposto de renda.

Pelos resultados apresentados por "Conjuntura Econômica", não se distingue entre dividendos de ações ao portador e dividendos de ações nominativas (3). Obtém-se, entretanto, um dado global muito útil para a finalidade desta estimativa.

As análises divulgadas por "Conjuntura Econômica" ainda não abrangem, portanto, a totalidade das sociedades anônimas existentes no país. Os seus levantamentos englobam, porém, a quase totalidade dos resultados correspondentes a este tipo de empresa nos anos de 1948 e 1949, uma vez que não lhe escapam as mais importantes. Não fôsse a margem de erro que resulta desse fato e a que decorre também da impossibilidade de distinção, na estatística da Divisão do Imposto de Renda, entre dividendos e bonificações de ações ao portador, poder-se-ia determinar, por diferença entre os dados dessas duas fontes, o montante de dividendos de ações nominativas.

As informações provenientes das duas fontes acima mencionadas constam do quadro 51.

#### DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS EM 1948 E 1949

EM MILHÕES DE CRUZEIROS

Quadro 51

ESPECIFICAÇÃO	1948	1949
Total de dividendos, segundo "Conjuntura Econômica"	2 813	3 210
Dividendos e bonificações de ações ao portador, segundo a Divisão do Imposto de Renda.....	(*) 1 575	2 943

(\*) O montante relativamente pequeno taxado em 1948 se deve ao fato de muitas empresas terem antecipado a distribuição de dividendos em fins de 1947, na expectativa do aumento da taxa do imposto de renda, que se tornou efetivo, como é sabido, a partir de janeiro de 1948.

Tomamos, por conseguinte, os dados de "Conjuntura Econômica" para 1948 e 1949. Não dispusemos de meios, entretanto,

(1) "Conjuntura Econômica", Ano III, n.º 10, pág. 24, e n.º 11, págs. 13 e 16.

(2) "Conjuntura Econômica", Ano IV, n.º 12, págs. 20-21.

(3) Não se pode distinguir, outrossim, entre dividendos pagos a empresas e dividendos pagos a indivíduos.

para a estimativa da parcela de dividendos de ações em poder de empresas.

### § 2 — *Impôsto de Renda*

Dados originários da Divisão do Impôsto de Renda, do Ministério da Fazenda.

### § 3 — *Outras Distribuições*

Dados obtidos, sòmente para 1949, através das análises de balanço das sociedades anônimas, a cargo de "Conjuntura Econômica" (1).

### § 4 — *Lucros não Distribuídos*

Os lucros não distribuídos constituem uma parcela residual. Resultam da diferença entre o lucro taxado e as parcelas desse lucro cujo destino está claramente assinalado (dividendos, impôsto de renda e outras distribuições). Aqui também só nos pareceu possível discriminar dados para 1949 (1).

### § 5 — *Demais itens de lucro*

Estatísticas da Divisão do Impôsto de Renda, do Ministério da Fazenda. Nenhuma consideração foi dada — por falta de informações — ao problema da dedução das perdas de empresas que não apresentaram lucro no período considerado.

## CAPÍTULO III

### JUROS

Dados oriundos da Divisão do Impôsto de Renda. Trata-se de juros recebidos por indivíduos, taxados através da cédula B (2) e da arrecadação na fonte. Foram excluídos os juros da dívida pública interna federal, estadual e municipal, considerados simples transferências entre indivíduos residentes no país. Seria de desejar, entretanto, um levantamento dos investimentos feitos pela autoridade pública, financiados por empréstimos internos. Os juros destes empréstimos poderiam ser considerados como remuneração de capitais investidos, diferindo, pois, fundamental-

(1) "Conjuntura Econômica", Ano IV, n.º 12, pág. 20. Vide diferença entre lucros distribuídos e dividendos pagos.

(2) Exclui juros da dívida pública.



mente, dos juros pagos pela autoridade pública por empréstimos utilizados no financiamento de atividades correntes do governo.

Quanto aos juros da dívida pública externa a sua adição ao Produto Geográfico se faria sempre que correspondesse a empréstimos utilizados na formação do capital nacional, ou seja, empréstimos aplicados em investimentos. A impossibilidade de uma verificação de tal natureza leva-nos a excluir esses juros do Produto Geográfico, deduzindo, porém, dêste Produto, a parcela dos juros efetivamente remetida para o exterior.

Os dados relativos aos juros taxados através da cédula B em todo o país, oriundos da Divisão do Imposto de Renda, se referem, como é sabido, aos rendimentos líquidos da cédula. Procedemos à estimativa dos rendimentos brutos correspondentes (montante de juros efetivamente declarados) com base na relação entre rendimentos bruto e líquido, conhecida para o Distrito Federal em 1949, na citada cédula.

Quanto aos juros tributados na fonte, tínhamos os dados referentes a juros de debêntures, "juros em geral" e juros de apólices da dívida pública, separadamente, para 1948, sem distinção, todavia, das parcelas pagas a residentes e a não residentes no país. Nestas condições, dos juros taxados na fonte em 1948, tomamos somente as parcelas correspondentes aos juros de debêntures e aos "juros em geral".

Relativamente ao ano de 1949, os dados da arrecadação na fonte, de que dispusemos, se referem a um total global de juros, sem as especificações obtidas para o ano anterior. Utilizamos, porém, para efeito da estimativa, as percentagens encontradas em 1950.

Quanto ao ano de 1947, a estatística da arrecadação na fonte divulgada no "Relatório das Atividades do Ano de 1947", do senhor Diretor da Divisão do Imposto de Renda (1) não nos parece de molde a permitir qualquer estimativa.

Na ausência de outro procedimento que nos parecesse melhor, estimamos o montante de "juros de debêntures" e de "juros em geral" em 1947, aplicando, ao dado correspondente de 1948, a percentagem representativa da variação ocorrida nesses dois anos, no montante de juros taxado através da cédula B.

Devemos ressaltar, finalmente, que não nos foi possível estimar as parcelas de "juros de debêntures" e "juros em geral" re-

---

(1) Edição da Imprensa Nacional, Rio, 1948, págs. 255 e 256.

cebidas por emprêsas e as que foram pagas a indivíduos. Temos a impressão de que o montante destinado a indivíduos é aqui a grande maioria. Relativamente ao que vai para emprêsas, seria de estimar ainda a parte que caberia a certas instituições, como sejam as companhias de seguros sociais e privados, que podem ser consideradas como agregados de indivíduos, no sentido de conjunto de economias de indivíduos.

Dêsse modo obtivemos os resultados constantes do quadro 52.

#### ESTIMATIVA DE JUROS PAGOS A INDIVÍDUOS (\*)

Em Cr\$ 1 000,00

Quadro 52

ESPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949
Cédula B.....	871 634	1 050 032	1 156 818
Arrecadação na Fonte (Juros de debentures e "juros em geral").....	(**) 390 000	468 592	(***) 617 693
<b>Total.....</b>	<b>1 261 634</b>	<b>1 518 624</b>	<b>1 774 511</b>

(\*) Vide ressalvas constantes do texto.

(\*\*) Estimativa segundo a percentagem de aumento do montante de juros declarados na cédula B. O número estimado seria 389 milhões de cruzeiros, que arredondamos para 390 milhões.

(\*\*\*) Os dados originais que obtivemos para 1949 representavam o montante global do imposto arrecadado na fonte sobre juros, inclusive juros de apólices. Utilizamos, para efeito da estimativa, as percentagens verificadas em 1950.

### CAPÍTULO IV

#### ALUGUÉIS

Fêz-se aqui uma estimativa grosseira do valor locativo dos imóveis, com base no imposto predial arrecadado. Utilizamos, para êsse fim, os dados de balanço e de orçamento dos municípios, coletados através do Conselho Técnico de Economia e Finanças, do Ministério da Fazenda.

Agrupados os municípios das capitais dos Estados, dos Territórios e Distrito Federal e mais vinte e nove outros municípios dentre os de maior receita fiscal total, obtivemos um conjunto de municipalidades, cuja arrecadação proveniente do imposto predial representa um pouco mais de 83% do montante global da arrecadação dêsse imposto no país.

Esse imposto se caracteriza, como é bem sabido, pela diversidade de taxas dentro de um mesmo município, as quais variam

em função de diferentes causas (áreas urbana e suburbana; presença ou ausência de serviços públicos, tais como água, luz, esgoto; qualidade do ocupante, proprietário ou inquilino; valor locativo do prédio, etc.). Adotamos, então, como critério de estimativa, a média aritmética simples das taxas em vigor naqueles municípios selecionados, a qual foi multiplicada pelo montante da arrecadação correspondente ao imposto em referência. Ao montante da arrecadação dos municípios restantes aplicamos a taxa de 10%, por ser essa a taxa média mais freqüentemente encontrada nos municípios selecionados.

Essa estimativa de aluguéis é nitidamente baixa, sobretudo quando consideramos certas regiões nas quais se tem verificado, nos últimos dez anos, um grande surto de construções de casas e apartamentos a preços sempre crescentes. Nessas regiões não parece diminuir a acentuada pressão da procura de cômodos para habitação, que se agigantou súbitamente durante a última guerra mundial, com as suas conhecidas conseqüências de luvas e pagamentos sem recibo, fora dos termos habituais dos contratos.

Convém atentar, todavia, para o fato de que não é possível, pelo método de cálculo adotado, distinguir os aluguéis recebidos por indivíduos e os recebidos por empresas, ou por instituições de beneficência, filantrópicas e outras. No caso de instituições filantrópicas, de beneficência, de difusão cultural, ou outras de fins não lucrativos, que funcionam, por exemplo, sob a forma jurídica de fundações, não há praticamente problemas de duplicação, uma vez que tais instituições podem ser encaradas como agregados de indivíduos sem a expressão unitária da empresa comum, de fins lucrativos.

Há o problema, entretanto, dos aluguéis recebidos por empresas de finalidade lucrativa. Estes aluguéis deveriam ser subtraídos do montante global de aluguéis incluído na Renda Nacional, uma vez que já foram computados na receita dessas empresas. Acreditamos, todavia, que a dupla contagem desses dados pouca repercussão terá no valor global dos aluguéis e da Renda Nacional. O esclarecimento completo do assunto só nos parece viável através de informações das Prefeituras Municipais — o que demanda tempo — ou de análise dos balanços das empresas, o que apresenta grandes dificuldades, praticamente irremovíveis no momento. Dessas dificuldades destacaríamos a impossibilidade ma-

terial de análise dos balanços das firmas que não são obrigadas a publicá-los. Relativamente às Sociedades Anônimas, deparamos a constante diferenciação da maneira de apresentar os balanços, o que impossibilita, muitas vezes, o conhecimento satisfatório de um dado como o de aluguéis.

Os estudos iniciados pela Equipe de Estudos da Renda Nacional neste assunto se limitam, até agora, a uma tomada de contato com as dificuldades materiais da pesquisa. Examinados os balanços, referentes ao ano de 1947, de 2 916 sociedades anônimas, em variados ramos de atividade, encontramos 1 047 balanços que consignavam a conta de aluguéis. Dêstes, 453 tinham receitas provenientes de aluguéis. O assunto exige, entretanto, pesquisa mais ampla e mais cuidadosa.

Cumpre-nos assinalar, finalmente, que o montante de aluguéis consignado na presente estimativa não representa aluguéis líquidos. Engloba, portanto, parcelas referentes à depreciação, juros de capital e, possivelmente, parcelas de renda da terra.

Ainda não foi possível levar a bom termo, outrossim, a tentativa, já iniciada, de estimativa independente do montante de juros hipotecários.

Do total assim obtido deduzimos uma parcela correspondente a 10% do seu valor, a título de despesas de manutenção e reparações.

## CAPÍTULO V

### AGRICULTURA E PECUARIA

#### VALOR DA PRODUÇÃO, DEDUZIDOS ALGUNS ITENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO

Cr\$ 1 000,00

Quadro 53

CLASSE	1947	1948	1949
Agricultura.....	28 203 924	33 865 411	39 296 486
Pecuária.....	8 687 415	11 718 634	12 454 323
Caça e Pesca.....	465 204	497 900	556 624
Ind. extrativas vegetais.....	4 974 786	4 691 536	4 930 671
<b>Total.....</b>	<b>42 331 329</b>	<b>50 773 481</b>	<b>57 238 104</b>

## SECÇÃO I

## CONSIDERAÇÕES GERAIS

O critério que adotamos para o cálculo da Renda Nacional, ou seja "aos custos dos fatores", não pode ser plenamente aplicado neste ramo de atividade.

A modificação foi necessária por não possuímos elementos que nos permitam calcular, separadamente, a remuneração dos fatores de produção. Dessa maneira, tomamos o valor total ou seja os preços dos produtos no produtor, uma vez que os valores relativos a cada fator acham-se incorporados ao valor do produto acabado. Para alguns produtos, como os originários da caça, não nos foi possível conseguir o valor da produção no produtor e, por conseguinte, fomos levados a lançar mão de outros meios, como se verá no devido tempo.

Conhecidos os valores globais da produção no produtor, passamos a calcular aqueles elementos de custo para os quais possuíamos informações. Nestas circunstâncias só nos foi possível calcular, na parte propriamente agrícola, as despesas com sementes, adubos e defesa sanitária. Na pecuária, deduzimos apenas alguns itens de consumo intermediário. Assim, pois, entre os itens omissos se encontra o que se refere à utilização de máquinas e utensílios.

Depois destas deduções, temos um montante que engloba salários, lucros, juros, aluguéis, renda da terra, alguns itens de consumo intermediário da pecuária (sal, farelo, torta), consumo próprio dos produtores e amortizações. Atualmente não possuímos elementos para ir mais além nessa dissociação, nem evitar, tampouco, algumas duplicações.

Nenhuma estimativa foi feita, outrossim, por absoluta falta de informações, relativamente ao consumo intermediário das Indústrias Extrativas, da Caça e da Pesca.

Procuramos, porém, evitar, dentro das possibilidades, quaisquer duplicações que pudessem resultar na dupla contagem das atividades inerentes às fases de industrialização dos produtos primários. Em alguns casos, entretanto, não nos foi possível excluir algumas fases primárias da transformação industrial do produto, como é exemplo o caso de certas indústrias extrativas vegetais.

Não é demais acentuar, finalmente, a deficiência do campo abrangido pelos levantamentos estatísticos. Tivemos que usar, muitas vezes, o recurso das estimativas, quase sempre bastante precárias.

## SECÇÃO II

### AGRICULTURA

A fonte a que recorremos foi o Serviço de Estatística da Produção (S.E.P.), única, aliás, de que dispomos.

Os dados conhecidos se referem aos 29 produtos principais da nossa lavoura, sendo que, para os restantes, elaboramos uma estimativa na base de 10% do valor da produção dos 29 produtos acima aludidos. Esta estimativa baseia-se no seguinte raciocínio: até o ano de 1943, inclusive, as estatísticas do S.E.P. abrangiam sòmente 21 culturas. Posteriormente, os levantamentos passaram a cobrir 29 produtos. Verificamos, então, que as novas culturas consideradas, em 1948, representavam cêrca de 3,6% (Cr\$ . . . . 1 223 341 000,00) do valor da produção total. O S.E.P. realiza ainda a coleta estatística de outros 23 produtos, sem que se dê a êsse material, entretanto, o tratamento indispensável à sua utilização. Considerando isto, supusemos que o valor dêstes 23 produtos pudesse ser estimado proporcionalmente ao valor das 8 culturas já referidas. O resultado obtido aparece no quadro a seguir, sob o título de "Culturas Diversas", correspondendo a um coeficiente de 10%, o qual foi considerado constante para os anos de 1947 e 1949.

Acreditamos, entretanto, que êsses resultados estão, de um modo geral, subestimados, em virtude das naturais dificuldades do levantamento estatístico no interior do país.

## VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA — 1947/1949

Em Cr\$ 1 000,00

Quadro 54

CLASSE	1947	1948	1949
Culturas permanentes (*).....	20 781 696	24 940 733	28 291 667
Culturas temporárias (**).....	7 804 269	8 942 770	11 119 649
Culturas diversas.....	2 858 596	3 388 310	3 941 131
<b>Total.....</b>	<b>31 444 561</b>	<b>37 271 813</b>	<b>43 352 447</b>

(\*) Banana, cacau, café beneficiado, chá da Índia beneficiado, côco da Bahia, laranja, tangerina e uva.

(\*\*) Abacaxi, alface, algodão em caroço, alho, amendoim com casca, arroz com casca, aveia, batata doce, batata inglesa, cana-de-açúcar, cebola, centeio, cevada, fava, feijão, fumo em folha, mamona, mandioca, milho, tomate e trigo.

No quadro 55 apresentamos o resultado das atividades agrícolas, considerando as deduções correspondentes às despesas com sementes, adubos e defesa sanitária.

## VALOR DA PRODUÇÃO MENOS DESPESAS COM SEMENTES, ADUBOS E DEFESA SANITÁRIA

Em Cr\$ 1 000,00

Quadro 55

ESPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949
Total bruto (*).....	31 444 561	37 271 813	43 352 447
Estimativa das despesas com sementes, adubos e defesa sanitária(**).....	3 240 637	3 406 402	4 055 961
<b>Total líquido.....</b>	<b>28 203 924</b>	<b>33 865 411</b>	<b>39 296 486</b>

(\*) Relativamente ao café convém lembrar que os grandes agricultores, bem como os médios, têm em suas fazendas o aparelhamento necessário ao primeiro beneficiamento do produto. Os lucros provenientes desse beneficiamento inicial revertem, portanto, para os próprios agricultores. Existem outros beneficiamentos, mas a coleta efetuada pelo S. E. P. refere-se àquele primeiro, que consiste em tirar o grão da casca (informação prestada pelo Chefe da Seção do Café, do Ministério da Agricultura). Desta maneira, o valor com que o café entra no quadro acima é o de café beneficiado. Considera-se de pequena importância o café em côco vendido pelo pequeno produtor ao grande produtor ou a outros intermediários.

(\*\*) Dr. Ben-Hur F. Sarandy Raposo. Relatório preparado para a E.E. da Renda Nacional, da Fundação Getúlio Vargas.

## SECÇÃO III

## PECUARIA

## ESTIMATIVA DO VALOR DA PRODUÇÃO — 1947/1949

EM Cr\$ 1 000,00

Quadro 56

CLASSE	1947	1948	1949
<b>Animais de abate:</b>			
Animais abatidos.....	5 605 407	6 895 221	7 146 268
Aumento de rebanho.....	590 627	2 386 688	2 730 271
Animais para serviços.....	110 639	273 701	171 206
Abate de aves.....	83 322	62 262	72 482
<b>Derivados:</b>			
Leite.....	4 078 928	4 262 982	4 560 896
Ovos.....	958 720	1 135 250	1 323 190
Lã.....	207 248	265 648	322 973
Cêra de abelha.....	12 030	12 082	12 352
Mel de abelha.....	23 476	25 311	27 881
Sêda em casulo.....	34 713	15 216	15 591
<b>Subtotal.....</b>	<b>11 705 110</b>	<b>15 334 361</b>	<b>16 383 110</b>
<b>Menos:</b>			
Consumo de alfafa.....	120 218	151 367	171 203
Consumo de milho (*).....	2 897 477	3 464 360	3 757 584
<b>Total.....</b>	<b>8 687 415</b>	<b>11 718 634</b>	<b>12 454 323</b>

(\*) De acôrdo com o estudo feito pela Conjuntura Económica (n.º 3 de 1950) cerca de 66% da produção de milho é consumida na pecuária (porcos 36%, cavalos, mulas etc. 21%; aves 6%; bois, carneiros, etc. 3%). Aplicando esta percentagem obtivemos os valores acima. Consideramos os preços do produtor por não ser possível a obtenção de um preço médio do quilo pago pelo agricultor. É oportuno assinalar que grande parte da produção é consumida pelo próprio produtor. O erro que existe é para menos e não parece ser muito grande, pois o preço médio acima referido estaria bastante próximo do preço do produtor.

A pecuária constitui um dos ramos em que a avaliação tropeça em maiores dificuldades, em consequência da falta quase absoluta de dados. Dividimo-lo em 4 partes: 1) Animais de abate; 2) Animais para serviços e animais de raça; 3) Abate de aves; 4) Derivados.

§ 1 — *Animais de Abate:*a) *Animais abatidos:*

O S.E.P. nos forneceu o número de animais abatidos nos estabelecimentos inspecionados pelo Govêrno. Desta maneira, o resultado total acha-se subestimado, pois não são considerados os abates para consumo próprio.



Relativamente aos valores aplicados para cada classe de animal as estatísticas do S.E.P. alcançaram apenas os anos de 1947 e 1948.

Os preços fornecidos pelo S.E.P. — preços de produtor — são coletados pelos agentes municipais de estatística. Para cada espécie de gado — gado em pé — há um preço médio por município. Os municípios foram por nós agrupados, dentro de cada Unidade da Federação, em zonas fisiográficas. Tomamos, como preço representativo de cada zona, a média aritmética simples dos preços verificados nos respectivos municípios que possuíam maiores rebanhos.

O preço médio em cada Estado ou Unidade federada resultou do cálculo da média aritmética ponderada dos preços representativos das diversas zonas fisiográficas da Unidade, tendo sido adotado, como coeficiente de ponderação, o número de cabeças de gado existente nas zonas consideradas.

O preço médio nacional resultou da média aritmética dos preços médios estaduais, ponderada segundo o número de animais de cada Estado.

Quanto ao ano de 1949 resolvemos — na ausência de quaisquer informações — repetir o dado obtido para 1948.

Obtivemos assim o quadro 57.

## ANIMAIS ABATIDOS NOS ESTABELECIMENTOS INSPECIONADOS PELO GOVÊRNO

1947/1949

Quadro 57

C L A S S E	PREÇOS MÉDIOS Cr\$		1947		1948		1949	
	1947	1948/1949	Quant. (*)	Valor (**)	Quant. (*)	Valor (**)	Quant. (*)	Valor (**)
Bovinos.....	679	878	5 204	3 533 070	5 829	5 122 684	6 022	5 387 773
Suínos.....	362	313	5 256	1 902 731	5 094	1 595 935	5 072	1 587 680
Ovinos.....	70	76	1 445	101 605	1 293	98 882	1 129	90 601
Caprinos.....	56	62	1 210	68 001	1 258	77 720	1 294	80 214
<b>Total.....</b>	—	—	—	5 605 407	—	6 895 221	—	7 146 268

(\*) Em 1 000 cabeças    (\*\*) Em Cr\$ 1 000,00

b) *Aumento do rebanho:*

Dados relativos a 1947 e 1948 originários do S.E.P.. Os levantamentos estatísticos relativos ao ano de 1949 ainda não estavam concluídos ao tempo da elaboração dêste trabalho. Procedemos, então, à estimativa do rebanho para êsse ano, em relação ao qual conhecíamos tão somente o número de animais abatidos nos matadouros fiscalizados pelo Govêrno.

Conhecidos, portanto, o número de animais abatidos em 1947, 1948 e 1949, e o número de animais existentes em 31 de dezembro de 1947 e 1948, foi-nos possível calcular o que denominamos de crescimento bruto do rebanho em 1948.

Supondo que a percentagem do crescimento bruto observada em 1948 se tivesse mantido constante em 1949, aplicamo-la ao número de animais existentes em 31 de dezembro de 1948, com o que estimamos o crescimento bruto verificado no decurso de 1949. Desta quantidade deduzimos o número de animais abatidos (Quadro 57) para obtermos o aumento líquido em relação a 1948.

**AUMENTO DO REBANHO — BOVINOS, SUÍNOS, OVINOS E CAPRINOS**

**Quadro 58**

C L A S S E	PREÇO MÉDIO Cr\$		1947		1948		1949	
	1947	1948/1949	Quant. (*)	Valor (**)	Quant. (*)	Valor (**)	Quant. (*)	Valor (**)
Bovinos.....	679	878	1 569	1 065 351	2 251	1 976 378	2 458	2 158 124
Suínos.....	362	313	-1 177	-426 074	1 378	431 314	1 813	567 469
Ovinos.....	70	76	-903	-63 210	-836	-63 536	-618	-46 968
Caprinos.....	56	62	260	14 560	686	42 532	833	51 646
<b>Total .....</b>	—	—	—	590 627	—	2 386 688	—	2 730 271

(\*) Em 1 000 cabeças — (\*\*) Em Cr\$ 1 000,00

## § 2 — Animais para serviços e animais de raça:

### a) Animais para serviços — Equinos, asininos e muares:

Além dos animais de abate, devemos computar a produção de equinos, asininos e muares, que, normalmente, não são destinados ao corte. Neste caso particular, utilizamos a estatística do aumento do efetivo.

Supomos, desta forma, que o número de animais novos corresponde, *grosso modo*, ao número de animais adultos vendidos ou comercializados pelos criadores, permanecendo, assim, inalterado o rebanho dos criadores.

Convém salientar, outrossim, que não foi levada em consideração a diversidade de preço que deve corresponder à diferenciação de raça.

### 1.) ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

Relativamente aos anos de 1947 e 1948, utilizamos os levantamentos estatísticos do S.E.P.. Para 1949, entretanto, na ausência de tais estatísticas, procedemos a uma estimativa que passamos a descrever.

#### 1.1) Equinos

Supusemos que tenha ocorrido em 1949 um aumento proporcionalmente idêntico ao que se verificou em 1948.

#### 1.2) Asininos

O Recenseamento de 1940 não nos oferece, neste caso, os elementos necessários ao procedimento adotado no grupo anterior.

As estatísticas do S.E.P. nos informam que a população asinina tem flutuado, em média, em torno de um aumento anual de 64 mil cabeças no período de 1945-1948. Consideramos, na falta de outras informações, que tal variação média se tenha verificado também para 1949.

#### 1.3) Muares

O levantamento estatístico desta classe parece-nos que foi, mais do que qualquer outro, deficiente. O S.E.P. informa que em 1946 houve um aumento de 185 460 cabeças; em 1947 um

decrécimo de 33 810 e em 1948 um aumento de 228 280. Para efeito de estimativa, arbitramos, então, um aumento de 100 000 cabeças em 1949, o que representaria um pouco menos do que a média aritmética simples de crescimento anual nos três anos acima referidos.

## 2.) ESTIMATIVA DO VALOR

Os valores representativos de 1947 e 1948 foram estimados com base na média aritmética simples dos preços verificados nos principais municípios de cada região fisiográfica, calculando-se, então, o preço médio ponderado para as Unidades da Federação e para o Brasil (ponderação feita segundo o número de animais das zonas, para cada Estado, e dos Estados para a média nacional).

Consideramos para 1949 os mesmos valores unitários de 1948.

## ANIMAIS DE SERVIÇO — 1947/1949

Quadro 59

C L A S S E	PREÇOS MÉDIOS Cr\$		1947		1948		1949	
	1947	1948/1949	Quant. (*)	Valor (**)	Quant. (*)	Valor (**)	Quant. (*)	Valor (**)
Equinos.....	691	742	171	117 885	12	8 622	21	15 582
Asininos.....	389	447	86	33 427	66	29 359	64	28 524
Muare.....	1 203	1 271	—34	—40 673	185	235 720	100	127 100
Total.....	—	—	—	110 639	—	273 701	—	171 206

(\*) Em mil cabeças — (\*\*) Em Cr\$ 1 000,00

b) *Animais de raça — Bovinos*

Supomos que uma parte importante da pecuária é representada pela criação do gado fino. A produção nesta parte só foi computada através da estimativa da variação anual dos rebanhos. Há, por conseguinte, uma deficiência de estimativa, devida à diferença de valor do gado de raça e do gado comum, que não conseguimos estabelecer estatisticamente.

§ 3 — *Aves abatidas:*

O cálculo do valor das aves abatidas parece muito subestimado, em virtude de deficiência dos levantamentos estatísticos.

Os dados que abaixo apresentamos se referem ao valor da carne de aves abatidas nos matadouros avícolas inspecionados pelo Governo (S.E.P.).

Se bem que o valor que consideramos inclua um valor adicionado por transformações que fogem do campo propriamente pecuário, ele está, certamente, subestimado para o volume de aves abatidas em todo o território nacional. Isto porque não estão computados o consumo nas cidades do interior e o consumo próprio dos produtores.

Outro aspecto interessante desse tipo de atividade é o que se relaciona com o custo de produção. Uma grande parte da nossa população de aves domésticas tem um custo de produção muito baixo, em virtude do tratamento que em geral se lhes dá no interior. A nosso ver, qualquer estimativa seria temerária atualmente, com os dados de que dispomos.

## AVES DOMÉSTICAS ABATIDAS — 1947/1949

Quadro 60

A N O	Carne produzida (*)	VALOR (**)
1947.....	4 761	83 322
1948.....	3 244	62 262
1949.....	3 681	72 482

(\*) Em Toneladas — (\*\*) Em Cr\$ 1 000,00

§ 4 — *Derivados:*

Sob este título geral são considerados o leite, ovos, lã, sêda em casulos, cera de abelha e mel de abelha.



## a) Leite:

Levando em conta que os dados apresentados pelo S.E.P. se referem, exclusivamente, aos estabelecimentos inspecionados pelo Governo — que não constituem, como se sabe, a totalidade dos estabelecimentos existentes — preferimos elaborar uma estimativa que nos possibilitasse uma visão mais realista, se bem que a base usada possa apresentar alguns senões.

O censo de 1940 nos informa quanto ao volume de leite produzido em 1939, incluindo o leite destinado à industrialização. Temos conhecimento também do número de vacas naquele ano. Com êstes elementos, conseguimos um coeficiente de produção *per capita*. Conhecido o número de vacas existentes em 1947, 1948 e 1949, e considerando que o coeficiente de produção *per capita* em 1939 não tenha sofrido alterações radicais, procedemos à estimativa na base da produção *per capita* de 1939.

Quanto ao preço do leite no produtor, não possuíamos informações seguras. Pelos preços a varejo nas capitais dos principais Estados produtores (Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro) e Distrito Federal, verificamos que não houve alterações no triênio 1947-1949 (Boletim Estatístico ns. 31 e 32 do I.B.G.E.). Desta maneira, podemos supor que o preço do produtor tenha permanecido também constante.

De acôrdo com o relatório da Presidência da F.A.R.E.S.P. para o exercício de 1949, o preço pago ao produtor no Estado de São Paulo foi de Cr\$ 1,60 para o leite destinado ao consumo e Cr\$ 1,00 para o destinado à industrialização.

Consideramos êsses preços como razoavelmente representativos para os outros dois grandes produtores, Minas Gerais e Estado do Rio. Como êsses três Estados (São Paulo, Minas e Estado do Rio) englobam cêrca de 80% da produção nacional, julgamos que aquêles preços possam ser tomados como base para a determinação do valor da produção total.

Com esta base podemos organizar o quadro abaixo, sendo que as quantidades de leite industrializado representam 60% do total. Esta percentagem foi obtida através de observação feita no Estado de Minas Gerais em 1947 (Boletim do Leite n.º 40 — outubro de 1950) e que achamos bastante razoável, levando em conta o nosso baixo consumo de leite *in natura*. E' de se notar, tam-

bém, que nos países onde a produção leiteira se encontra em estágios mais avançados, o consumo do leite *in natura* representa somente de 30% a 48% da produção total (Dr. Roberto de Oliveira Castro, no Boletim da C.C.P.L. — fevereiro, 1951 — página 163).

PRODUÇÃO DE LEITE — 1947/1948

Quadro 61

D E S T I N O	PREÇOS MÉDIOS DO Litro Cr\$	1947		1948		1949	
		Quant. (*)	Valor (**)	Quant. (*)	Valor (**)	Quant. (*)	Valor (**)
Para consumo.....	1,60	1 315 783	2 105 253	1 375 155	2 200 249	1 471 257	2 354 011
Para industrialização.....	1,00	1 973 675	1 973 675	2 062 733	2 062 733	2 206 885	2 206 885
<b>Total.....</b>		<b>3 289 458</b>	<b>4 078 928</b>	<b>3 437 888</b>	<b>4 262 982</b>	<b>3 678 142</b>	<b>4 560 896</b>

(\*) Em 1 000 litros — (\*\*) Em Cr\$ 1 000,00

## b) Ovos:

Por ausência de informações fomos levados, novamente, ao campo das estimativas. Em 1939 (Censo de 1940), para uma quantidade de 62 659 892 aves domésticas correspondeu uma produção de 115 000 000 dúzias de ovos. Aplicamos a relação daí decorrente à quantidade estimada de aves domésticas existentes no período 1947-1949, obtendo-se, dêsse modo, a estimativa da produção de ovos em tal período.

## 1.) ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

## 1.1) Ano de 1947:

- Produção de ovos em 1939: 115 milhões de dúzias.
- Quantidade de aves domésticas em 1939: 63 milhões de cabeças.
- Quantidade estimada de aves domésticas em 1947: 123 milhões de cabeças.
- Produção de ovos estimada em 1947: 224 milhões de dúzias.

## 1.2) Anos de 1948 e 1949:

As quantidades estimadas de aves domésticas em 1948 e 1949 foram, respectivamente, de 131 e 139 milhões de cabeças. Com o mesmo procedimento utilizado em 1947, obtivemos para 1948 e 1949 a produção estimada de, respectivamente, 239 e 253 milhões de dúzias.

## 2.) ESTIMATIVA DO VALOR DA PRODUÇÃO

As informações que possuímos se referem:

- ao preço médio de produtor, em 1948, para os Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná;
- aos preços de varejo verificados nas capitais dos Estados nos três anos em foco.

2.1) Consideramos, então, que os resultados observados nas Unidades mencionadas acima seriam tomadas como base para a estimativa do valor da produção nacional. O procedimento de cálculo cinge-se, rigorosamente, à penúria de informações. Procuramos determinar, inicialmente, a participação percentual do

preço do produtor no preço de varejo praticado nas capitais daqueles Estados. Obtivemos, desse modo:

2.11) *Estado de Minas Gerais:*

Preço médio do produtor em 1948: Cr\$ 4,15 (Anuário do Estado de Minas Gerais, 1949). Preço médio de varejo em Belo Horizonte em 1948: Cr\$ 9,00 (Boletim Estatístico n.º 29, ano 1950, I.B.G.E.). Participação do preço de produtor no preço de varejo da capital: 46%.

2.12) *Estado do Rio Grande do Sul:*

Preço médio do produtor em 1948: Cr\$ 3,80 (Informação especial do Dep. Estadual de Estatística ao I.B.G.E.). Preço médio de varejo em Pôrto Alegre também em 1948: Cr\$ 8,50 (Boletim Estatístico n.º 29, ano 1950, I.B.G.E.). Participação do preço de produtor no preço de varejo da capital: 44,7%.

2.13) *Estado de Santa Catarina:*

Preço médio do produtor em 1948: Cr\$ 4,00 (Informação especial do Dep. Estadual de Estatística ao I.B.G.E.). Preço médio de varejo em Florianópolis em 1948: Cr\$ 8,80 (Boletim Estatístico n.º 29, ano 1950, I.B.G.E.). Participação do preço do produtor no preço de varejo da capital: 45,5%.

2.14) *Estado do Paraná:*

Preço médio do produtor em 1948: Cr\$ 5,00 (Informação especial do Dep. Estadual de Estatística ao I.B.G.E.). Preço médio de varejo em Curitiba em 1948: Cr\$ 13,60 (Boletim Estatístico n.º 29, ano 1950, I.B.G.E.). Participação do preço do produtor no preço de varejo da capital: 36,7%.

2.2) Considerando a média aritmética dos preços de varejo observados nas capitais das Unidades da Federação em 1948 (Cr\$ 11,00) (1) e, julgando válida para todo o Brasil a participação percentual do preço do produtor no preço de varejo, expressa por uma média aritmética simples dos resultados obtidos nos Estados de Minas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná — 43,2% — estimamos um preço médio do produtor para todo o país em 1948. Temos, pois:

(1) "Boletim Estatístico", n. 32. Ano 1950, I B.G.E.

Preço médio de varejo nas capitais em 1948: Cr\$ 11,00.

Participação do produtor nesse preço médio: 43,2%.

Preço médio nacional provável, do produtor: Cr\$ 4,75.

Adotamos, assim, a estimativa de um preço médio nacional apesar das restrições que fazemos às mensurações em termos de média nacional em nosso país. Neste caso, entretanto, como em alguns outros, somente um conhecimento mais extenso das condições da produção e do consumo nas diversas unidades federais possibilitaria melhor estimativa.

Acresce, outrossim, que não há informações relativas ao preço de produtor nos anos de 1947 e 1949, pelo que extendemos a êsses anos a estimativa da participação do preço do produtor no preço de varejo feita para 1948. Resulta, então:

#### 2.21) Para 1947:

Preço médio de varejo nas capitais: Cr\$ 9,90 (Boletim Estatístico, n.º 29, ano 1950, I.B.G.E.). Participação do preço do produtor no preço de varejo: 43,2%. Preço médio nacional provável, do produtor: Cr\$ 4,28.

#### 2.22) Para 1949:

Preço médio de varejo nas capitais: Cr\$ 12,10 (Boletim Estatístico, n.º 32, ano 1950, I.B.G.E.). Participação do preço do produtor no preço de varejo: 43,2%. Preço médio nacional provável, do produtor: Cr\$ 5,23.

Com êste procedimento obtemos os números totais constantes do quadro 62.

#### ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO DE OVOS — 1947/1949

Quadro 62

A N O	Preço médio - Cr\$	Quantidade 1 000 dúzias	Valor Cr\$ 1 000,00
1947.....	4,28	224 000	958 720
1948.....	4,75	239 000	1 135 250
1949.....	5,23	253 000	1 323 190

c) A produção nacional de lã, cêra de abelha, mel de abelha e sêda em casulo é calculada, anualmente, pelo S.E.P., cujas estatísticas foram transcritas no quadro 63.

PRODUÇÃO NACIONAL DE LÃ, CÊRA E MEL DE ABELHAS, E SÊDA EM CASULO — 1947/1949

Cr\$ 1 000,00

Quadro 63

PRODUTOS	1947	1948	1949
Lã.....	207 248	265 648	322 973
Cêra de abelhas.....	12 030	12 082	12 352
Mel de abelha.....	23 476	25 311	27 881
Sêda em casulo.....	34 713	15 216	15 591
<b>Total.....</b>	<b>277 467</b>	<b>312 257</b>	<b>378 797</b>

SECÇÃO IV

CAÇA E PESCA

ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO — 1947/1949

Em Cr\$ 1 000,00

Quadro 64

CLASSE	1947	1948	1949
Caça.....	44 181	44 862	34 714
Pesca.....	421 023	453 038	521 910
<b>Total.....</b>	<b>465 204</b>	<b>497 900</b>	<b>556 624</b>

§ 1) *Caça* — Os dados mencionados neste item se referem à parte da produção exportada, expressa em preços de venda ao importador estrangeiro. A fonte a que recorremos foi a Comissão de Caça e Pesca e a coleta foi efetuada através dos documentos de exportação que, obrigatoriamente, transitam por aquela repartição.

Não existem outros dados que nos aproximem mais do primeiro estágio de produção. Os produtos encaminhados para a exportação aparecem já nas estatísticas sob a forma de peles cur-

tidas. A estimativa engloba, por conseguinte, valores correspondentes a alguns serviços intermediários.

A parcela atinente a tais serviços constitui, na verdade, um excesso neste item. E' provável que não o seja, porém, pelo menos na sua totalidade, quando consideramos a Renda Nacional em seu todo, em cuja estimativa estará faltando a parcela — cuja grandeza ignoramos — representativa dos produtos da caça consumidos no mercado interno.

§ 2) *Pesca* — As estatísticas utilizadas para a estimativa do valor da produção neste ramo são oriundas do S.E.P. Trata-se do valor nas fontes de produção.

### SECÇÃO V

#### INDÚSTRIAS EXTRATIVAS VEGETAIS

PRODUÇÃO — 1947/1949

Em Cr\$ 1 000,00

Quadro 65

CARACTERÍSTICA	1947	1948	1949
Levantamento estatístico de 19 produtos (*).....	1 334 561	1 243 783	1 198 883
Dados estimados:			
Madeiras.....	1 450 472	1 156 487	1 207 378
Lenha.....	1 862 146	1 970 008	2 214 204
Carvão vegetal.....	272 726	267 626	253 403
Dormentes.....	54 881	53 632	56 803
Totais.....	4 974 786	4 691 536	4 930 671

(\*) Agave, Babaçu, Borracha, Caróá, Castanha do Pará, Cêra de Carnaúba, Cêra de Licuri, Coquilhos de Licuri, Erva-mate, Guaraná, Guaxima, Jarina, Juta, Oiticica, Piaçava, Tinbó em raiz, Tinbó em pó.

### § 1 — *Dados do Ministério da Agricultura*

O S.E.P. faz, anualmente, um levantamento estatístico para os 19 principais produtos dêste setor. E' provável que os totais apresentados estejam subestimados em virtude das dificuldades naturais da coleta de dados. Tornou-se necessária, outrossim, uma estimativa para a produção de madeiras, lenha, carvão vegetal e dormentes, pois, os dados mais recentes de que dispomos se referem ao ano de 1947.



§ 2 — *Dados Estimados*a) *MADEIRAS*1.) *Quantidades*

As estatísticas existentes atualmente para os anos de 1948 e 1949 se referem somente às produções dos Estados do sul (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) (1).

Baseados na participação desses Estados no total da produção nacional em 1946 e 1947 elaboramos a estimativa para os anos posteriores.

Assim é que em 1946 e 1947 a produção daqueles Estados representou, respectivamente, 42,12% e 45,29% da produção nacional. Supusemos, então, que a percentagem de 1947 tenha se mantido constante nos dois anos subsequentes, para os quais dispúnhamos tão somente — como já assinalamos — de informações referentes aos Estados do Sul. Foi feita, desse modo, a estimativa da produção nacional em 1948 e 1949, constante do quadro 66.

## PRODUÇÃO DE MADEIRAS — 1947/1949

## QUANTIDADES — EM METROS CÚBICOS

Quadro 66

A N O	Produção do Sul (*)	Estimativa da Pro- dução Nacional
1947.....	2 450 697	5 336 354
1948.....	2 279 540	5 065 644
1949.....	2 221 260	4 936 133

(\*) Inclui todas as madeiras serradas.

2.) — *Preços*

As estatísticas de preço conhecidas se referem: 1) a preços de atacadista, para o pinho de 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> qualidades na cidade de São Paulo durante o triênio 1947-1949; 2) a preços também de atacadista verificados no Distrito Federal para o pinho de 1.<sup>a</sup>

(1) Instituto Nacional do Pinho.

e 2.<sup>a</sup> nos anos de 1947 e 1949, e para o pinho de 3.<sup>a</sup> qualidade nos três anos. Convém notar, aliás, que o consumo de pinho de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> no Rio é muito pequeno, sendo preferido quase exclusivamente o pinho de 3.<sup>a</sup>; 3) e, finalmente, ao preço de produtor em 1947.

As grandes lacunas que ocorrem nessas estatísticas nos levaram a uma estimativa do valor da produção baseada nas variações verificadas em os números índices dos preços do pinho no Distrito Federal e da peroba na cidade de São Paulo e dos preços da exportação nacional de madeiras (na qual o pinho tem posição importante).

Relativamente ao Distrito Federal e São Paulo, obtivemos os índices constantes do quadro 67.

NÚMEROS ÍNDICES DOS PREÇOS DE PINHO E PEROBA NO DISTRITO FEDERAL E CIDADE DE SÃO PAULO — 1947/1949

Quadro 67

T I P O	D. FEDERAL			CIDADE DE S. PAULO		
	1947	1948	1949	1947	1948	1949
Pinho:						
de 1. <sup>a</sup> e 2. <sup>a</sup> .....	100	—	94	100	83	88
de 3. <sup>a</sup> .....	100	82	89	100	78	85
Peroba.....	—	—	—	100	85	90

Notamos, através desses números, que houve uma queda de preço bastante acentuada em 1948, tanto no Rio como em São Paulo. Em 1949 houve uma recuperação, que não logrou, no entanto, restabelecer o nível de 1947.

O movimento destes índices nos encoraja a supor que o preço do pinho de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> no Distrito Federal, também tenha baixado em 1948. Adotamos, então, para o mercado da capital da República em 1948, relativamente a estes dois tipos de pinho, um número índice igual ao que encontramos para a capital do Estado de São Paulo. Trata-se, como já assinalamos, de tipos de pinho pouco usados no Rio.

Calculamos, finalmente, o índice médio desses preços em cada ano, do que resultou o quadro 68.

## NÚMEROS ÍNDICES DOS PREÇOS DE MADEIRA

BASE: 1947 = 100

Quadro 68

ANO	Exportação (*)	D. Federal (**)	São Paulo (***)	MÉDIA
1947.....	100	100	100	100
1948.....	86	83	82	84
1949.....	90	92	87	90

(\*) Inclui os preços de tôdas as madeiras exportadas.

(\*\*) Inclui somente os preços do pinho de 1.ª, 2.ª e de 3.ª.

(\*\*\*) Inclui os preços do pinho de 1.ª e 2.ª, de 3.ª e Peroba.

Conhecida a flutuação média dos preços de atacado em São Paulo e no Rio de Janeiro, e dos preços de exportação, na forma dêste último quadro, supusemos que se tenha verificado uma variação proporcional nos preços do produtor. E' possível, e mesmo provável, que não ocorra tal proporcionalidade no campo dos negócios, sobretudo quando se sabe da grande decalagem de, aproximadamente, 6 meses, entre o corte da madeira e a sua entrega no mercado. Não há elementos, contudo, para a escolha de outro critério.

Estimamos, em consequência, o preço do produtor para 1948 e 1949, segundo a variação da média dos índices acima especificados. Partindo-se, pois, de um preço médio de Cr\$ 271,80 (1) em 1947, obtém-se:

(1) S.E.P., do Ministério da Agricultura.

VARIAÇÃO DOS PREÇOS DA MADEIRA  
1947/1949

Quadro 69

A N O	Média dos índices	Preço do produtor Cr\$ por m3
1947.....	100	271,80
1948.....	84	228,30
1949.....	90	244,60

A nossa estimativa da produção nacional de madeiras ofereceria, dessa forma, os resultados constantes do quadro 70.

ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO DE MADEIRAS (\*)  
1497/1949

Quadro 70

A N O	Quantidade 1 000m3	Valor Cr\$ 1 000,00
1947.....	5 336	1 450 472
1948.....	5 066	1 156 487
1949.....	4 936	1 207 378

(\*) Madeiras em geral, conforme a classificação do S.E.P.

b) — ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO DE LENHA, CARVÃO VEGETAL E DORMENTES

Quadro 71

A N O	L E N H A		CARVÃO VEGETAL		DORMENTES	
	Quantidade 1 000 m3	Valor Cr\$ 1 000,00	Quantidade Tonelada	Valor Cr\$ 1 000,00	Quantidade 1 000 unidades	Valor Cr\$ 1 000,00
1947.....	79 713	1 862 146	593 074	272 726	3 777	54 881
1948.....	79 532	1 970 008	669 065	267 626	3 077	53 632
1949.....	79 619	2 214 204	633 508	253 403	3 104	56 803

## 1.) ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

Os dados relativos à produção nacional desses produtos se referem somente aos anos de 1946 e 1947 (1). Relativamente aos anos de 1948 e 1949 existem apenas estatísticas da produção do Estado de Minas Gerais, (2) o qual havia contribuído, em 1947, com, respectivamente, 38,7%, 41,2% e 33,5% da produção total desses produtos.

A importância da posição relativa dessa Unidade da Federação na produção nacional levou-nos — na ausência de outras possibilidades — a tomá-la por base para efeito de estimativa em 1948 e 1949. Supondo-se constantes as percentagens acima referidas, alcançamos, assim, os resultados que passamos a especificar.

1.1) — *Ano de 1948*1.11) *Lenha*

Produção do Estado de Minas Gerais: 30 778 900m<sup>3</sup>.

Produção nacional: 79 532 mil metros cúbicos.

1.12) *Carvão Vegetal*

Produção do Estado de Minas Gerais: 275 654 700 kgs.

Produção nacional: 669 065 toneladas.

1.13) *Dormentes*

Produção do Estado de Minas Gerais: 1 030 690 unidades.

Produção nacional: 3 077 mil unidades.

1.2) — *Ano de 1949*1.21) *Lenha*

Produção do Estado de Minas Gerais: 30 812 700m<sup>3</sup>.

Produção nacional: 79 619 mil metros cúbicos.

1.22) *Carvão Vegetal*

Produção do Estado de Minas Gerais: 261 005 100 kgs.

Produção nacional: 663 508 toneladas.

---

(1) S.E.P. do Ministério da Agricultura.

(2) "Anuário Estatístico de Minas Gerais", Ano III (1949) e IV (1950).

1.23) *Dormentes*

Produção do Estado de Minas Gerais: 1 039 850 unidades.  
Produção nacional: 3 104 mil unidades.

2.) *ESTIMATIVA DO VALOR*

Repetem-se aqui as mesmas dificuldades encontradas quando da estimativa das quantidades. Conhecemos o preço médio do produtor no país (S.E.P.), para os anos de 1946 e 1947 e o preço médio do produtor do Estado de Minas Gerais nos anos de 1947 a 1949. Calculamos, então, os números índices representativos do preço naquele Estado e supusemos que o preço médio nacional tivesse oscilado, a partir de 1947, em igual medida. Obtivemos, então:

2.1 *Lenha*

ESTIMATIVA DO PREÇO MÉDIO DO m<sub>3</sub> DE LENHA NO PRODUTOR  
Quadro 72

ESPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949
Preço médio em Minas Gerais — Cr\$	24,03	25,50	28,60
Índices do preço de Minas Gerais....	100	106	119
Preço médio nacional — Cr\$. ....	23,37	24,77	27,81

2.2) *Carvão Vegetal*

ESTIMATIVA DO PREÇO MÉDIO DO kg DE CARVÃO VEGETAL  
NO PRODUTOR

Quadro 73

ESPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949
Preço médio em Minas Gerais — Cr\$	0,36	0,32	0,32
Índices do preço de Minas Gerais....	100	88	88
Preço médio nacional — Cr\$. ....	0,46	0,40	0,40

2.3) *Dormentes*ESTIMATIVA DO PREÇO MÉDIO DO DORMENTE, NO PRODUTOR  
Quadro 74

ESPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949
Preço médio em Minas Gerais — Cr\$	14,82	17,84	18,60
Índice do preço de Minas Gerais.....	100	120	126
Preço médio nacional — Cr\$.....	14,53	17,43	18,30

## SECÇÃO VI

IMPOSTOS INDIRETOS INCIDENTES SOBRE A  
AGRICULTURA E PECUÁRIA

O maior pêso da taxaçaõ indireta que se aplica a essas atividades decorre da tributaçaõ exercida pelos governos dos Estados e Municípios. Os impostos mais importantes sãõ os chamados “sobre vendas e consignações” e “exploraçaõ agrícola e industrial”, que sãõ, na realidade, verdadeiros impostos de consumo, devendo notar-se que o impõsto de exploraçaõ agrícola e industrial terá a sua cobrança definitivamente suspensa em virtude de disposiçaõ constitucional vigente. Dificuldades até o momento insuperáveis impediram, entretanto, a consignaçãõ dêsses dois impostos em nossa tentativa de estimar a renda aos custos dos fatores na Agricultura e Pecuária. Quanto ao impõsto de exploraçaõ agrícola e industrial existe a dificuldade de distinguir, no total da arrecadaçaõ, qual a parcela que corresponde aos produtos da agricultura e pecuária, qual a que corresponde aos produtos industriais e, finalmente, qual a que incide sobre os produtos em trânsito por outros setores da economia, como seja, por exemplo, o comércio exportador. Trata-se de um impõsto arrecadado, algumas vêzes, simultâneamente, por governos do Estado e de respectivos Municípios. Relativamente ao impõsto sobre vendas e consignações, encontramos também a dificuldade de distinguir as parcelas da arrecadaçaõ provenientes dos vários setores da economia. Os dados existentes, e a diversidade dos cri-



térios adotados nas várias Unidades da Federação, não encorajam a elaboração de qualquer estimativa.

Quanto às taxas municipais e estaduais, que também recaem sobre o agricultor e o pecuarista, acreditamos que o seu montante não ultrapassa o total de 10 milhões de cruzeiros (1). Trata-se de um total relativamente modesto, mas cujo levantamento exigiria uma pesquisa ampla, mais demorada e de êxito duvidoso. A sua exclusão não afetará a ordem de grandeza do total da Renda, embora se trate de importante fonte de receita para algumas prefeituras municipais.

Relativamente às taxas pagas à autarquias de intervenção econômica, teríamos de repetir, em parte, o que acabamos de dizer relativamente às prefeituras, parecendo fora de dúvida que as taxas não são arrecadadas nas fontes primárias da produção. Nada sabemos, outrossim, das autarquias sob jurisdição de governos estaduais.

A pesquisa é mais fácil, entretanto, no que respeita a taxas arrecadadas pelo governo federal. Dêsse modo, obtemos os dados do quadro 75.

#### ALGUMAS TAXAS INCIDENTES SOBRE A AGRICULTURA E PECUÁRIA (\*)

1947/1949 — Em Cr\$ 1000,00

Quadro 75

ESPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949
<b>Taxas Federais:</b>			
de expansão da pesca.....	4 609	6 416	7 540
fito-sanitária.....	4 111	4 474	3 757
de inspeção sanitária.....	6 802	6 527	7 258
de desinfecção.....	137	141	141
<b>Total.....</b>	<b>15 659</b>	<b>17 558</b>	<b>18 696</b>

(\*) Estimativa incompleta. Vide explicações no texto.

(1) Consoante informação colhida no Conselho Técnico de Economia e Finanças, do Ministério da Fazenda.

## CAPÍTULO VI

## TRANSAÇÕES COM O EXTERIOR

Dados da estatística cambial. Diferença entre lucros, dividendos e juros remetidos para o exterior, e lucros, dividendos e juros recebidos do exterior. Os resultados dessa diferença, que nos é desfavorável, constam do quadro 76 a seguir.

## SALDO DA CONTA "RENDAS DE INVESTIMENTO" — 1947/1949

EM MILHÕES DE CRUZEIROS

Quadro 76

ESPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949
Rendas de investimentos diretos.....	-422	-703	-767
Outras rendas (*). .....	-240	-463	-393
<b>Total.....</b>	<b>-662</b>	<b>-1 166</b>	<b>-1 160</b>

Fonte: Balance of Payments Yearbook — International Monetary Fund — 1948 and preliminary 1949, pgs. 78/85, e Vol. 3, 1949/1950, pgs. 82/90.

(\*) Juros e descontos bancários e juros debitados à conta de empresas concessionárias de serviços públicos, do Export-Import Bank, da dívida pública exterior (federal, estadual e municipal nos montantes de 256, 311 e 111 milhões de cruzeiros em 1947, 1948 e 1949, respectivamente) e outros.

Observa-se, entretanto, que as importâncias destinadas pelo governo ao pagamento de juros da dívida pública exterior atingem a 337, 324 e 284 milhões de cruzeiros em 1947, 1948 e 1949, respectivamente, segundo informações do Conselho Técnico de Economia e Finanças, do Ministério da Fazenda.

Os dados de que dispomos para 1948 e 1949 revelam, entretanto, uma diferença entre o montante das rendas de investimentos remetido para o exterior e o montante dos rendimentos creditados a residentes no exterior, taxados pelo impôsto de renda em nosso país, através da arrecadação na fonte. A diferença entre os dois dados aparece nitidamente no quadro 77.

ESTIMATIVA DE RENDAS LÍQUIDAS CREDITADAS A RESIDENTES  
NO EXTERIOR — 1949

MILHÕES DE CRUZEIROS

Quadro 77

E S P E C I F I C A Ç Ã O	
1 — Taxação na Fonte (*).....	2 421
1.1 — Aluguéis.....	63
1.2 — Dividendos.....	912
1.3 — Juros de apólices, de debêntures e “em geral”.....	394
1.4 — Lucros.....	1 052
2 — Mais: Juros da dívida pública exterior federal, estadual e municipal (**). ....	111
3 — Menos: Rendas de capitais nacionais investidos no exterior (**)..	53
4 — Rendas líquidas creditadas a residentes no estrangeiro.....	2 479

(\*) Fonte: Divisão do Imposto de Renda, Ministério da Fazenda.

(\*\*) Balance of Payments Yearbook — cit. p. 137.